

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS - ESTUDOS LITERÁRIOS**

EDZÉLIA DA SILVA MOREIRA

**MATERNAGEM E VIOLÊNCIA EM *OLHOS D'ÁGUA*,
DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

**MANAUS
2022**

EDZÉLIA DA SILVA MOREIRA

**MATERNAGEM E VIOLÊNCIA EM *OLHOS D'ÁGUA*,
DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Lajosy Silva

MANAUS

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M838m Moreira, Edzélia da Silva
Maternagem e violência em Olhos d'água, de Conceição Evaristo
/ Edzélia da Silva Moreira . 2022
110 f.: 31 cm.

Orientador: Lajosy Silva
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Conceição Evaristo. 2. Contos. 3. Mulher negra. 4. Violência. 5.
Maternagem. I. Silva, Lajosy. II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título

EDZÉLIA DA SILVA MOREIRA

**MATERNAGEM E VIOLÊNCIA EM *OLHOS D'ÁGUA*,
DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

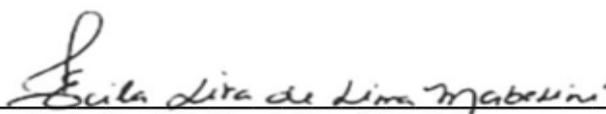
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de Estudos Literários.

Aprovada em 30 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Lajosy Silva (UFAM) – **Presidente**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Prof^ª. Dr^ª. Ecila Lira de Lima Mabelini – **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM



Prof. Dr. Fulvio Torres Flores – **Membro**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

À minha mãe, Ivaneide Moreira, mulher negra,
batalhadora, que desde muito cedo começou a
labuta nos serviços domésticos, mas que na
educação encontrou o caminho para uma nova
escrita.

“A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela”

Conceição Evaristo

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar.

Aos meus pais, Ivaneide da Silva Moreira e Ernesto de Souza Moreira, pela presença constante em minha vida;

À minha irmã Edlane Moreira, pela ajuda incondicional nos momentos das batalhas familiares;

Ao meu irmão Ismael Maciel, pelo acolhimento sempre que precisei;

À minha filha Klysna Almeida, pelas inúmeras conversas e contribuições para a minha escrita;

Ao meu filho Kauã, pelo companheirismo em momentos de aflição;

Ao professor Jubertino Muniz da Silva (*in memoriam*), um grande entusiasta de meu amor pela literatura;

À minha avó, Maria Izabel de Souza (*in memoriam*), pelas inumeráveis contações de estórias e por ter me apresentado os primeiros letramentos em literatura;

À minha irmã Elivete Moreira (*in memoriam*), que em vida me ensinou que a esperança é nossa grande aliada;

À minha amiga Alair Pereira da Silva, pelo auxílio e compartilhamento de ideias e materiais de estudo;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufam, por terem me acolhido na minha pesquisa em Estudos Literários;

Aos amigos e amigas da Escola Nossa Senhora de Nazaré, pela força e incentivo;

À Professora Dr^a. Ecila Lira e ao Professor Dr. Fulvio Torres Flores, membros da banca, por suas contribuições de extrema importância para o desenvolvimento da dissertação;

Ao meu orientador, Professor Dr. Lajosy Silva, pela paciência e por ter aceitado me orientar. Seus ensinamentos levarei para a vida. Obrigada!

RESUMO

A violência e a maternagem são umas das principais temáticas propostas na antologia de contos *Olhos d'Água* (2016), da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo. Esta pesquisa tem como objetivo identificar as várias formas de violência contra a mulher negra e pobre, bem como o olhar sobre a maternagem em seis contos da coletânea: “Ana Davenga”, “Duzu Querença”, “Maria”, “Quantos filhos Natalina teve?”, “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” e “Di lixão”. A análise dos contos discute a violência e a maternagem: a primeira, como mecanismo de dominação e estratégia de sobrevivência, e a segunda, como rompimento do discurso arquetípico que fomenta a imagem da “boa mãe”. A hipótese interpretativa tem com base a perspectiva de Conceição Evaristo, escritora negra que conseguiu, em *Olhos d'Água*, lançar mão da escrita para dar voz a mulheres negras subalternizadas. A escritora, além de romper com o silêncio por meio da linguagem, denuncia através da escrita o apagamento da narrativa daqueles que por longo tempo foram excluídos na sociedade. Para a fundamentação dessa hipótese, recorreremos à base teórica que versa sobre a forte influência da ordem patriarcal: Gayatri Spivak (2010), Grada Kilomba (2019), Bell Hooks (2014), Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2019), Sueli Carneiro (2020), Lélia Gonzalez (2018), entre outras. Sobre a condição feminina, a maternagem da mulher negra e a violência simbólica, tomamos como base os estudos de Mary Del Priore (2004), Cristina Maria Teixeira Stevens (2007), Patricia Hill Collins (2019) e Pierre Bourdieu (2014). E quanto aos conceitos de violência urbana, embasamo-nos nas pesquisas de Rubem George Oliven (2010) e Jean Claude Chesnais (1999).

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Contos. Mulher negra. Violência. Maternagem.

ABSTRACT

Violence and motherhood are one of the main themes proposed in the short story anthology *Olhos d'Água* (2016) by the Afro-Brazilian writer Conceição Evaristo. This research aims to identify the various forms of violence against black and poor women, as well as the view on motherhood in six short stories of the collection: "Ana Davenga", "Duzu Querença", "Maria", "Quantos filhos Natalina teve?". The analysis of the stories discusses violence and mothering: the first, as a domination mechanism and survival strategy, and the second, as a rupture of the archetypical discourse that foments the image of the "good mother". The interpretative hypothesis is based on the perspective of Conceição Evaristo, a black writer who, in *Olhos d'Água*, managed to use writing to give voice to subalternized black women. The writer, in addition to breaking the silence through language, denounces through writing the erasure of the narrative of those who for a long time were excluded in society. For the substantiation of this hypothesis we will resort to the theoretical basis that addresses the strong influence of the patriarchal order: Gayatri Spivak (2010), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2014), Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2019), Sueli Carneiro (2020), Lélia Gonzalez (2018), among others. On the status of women, black women's motherhood and symbolic violence, we have as a basis the studies of Mary Del Priore (2004), Cristina Maria Teixeira Stevens (2007), Patricia Hill Collins (2019) and Pierre Bordieu (2014). And on the concepts of urban violence, we are based on the research of Rubem George Oliven (2010) and Jean Claude Chesnais (1999).

Key words: Conceição Evaristo. Short stories. Black women. Violence. Motherhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
RESISTÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE	15
I.1 Lutas feministas no Brasil.....	15
I.2 Feminismo negro.....	16
I.3 “Escrevivência” de Conceição Evaristo.....	19
I.4 A maternagem e o patriarcalismo	24
I.5 A maternidade negada às mulheres pretas	25
I.6 Representatividade dos grupos marginalizados na literatura	31
I.7 Espaços de exclusão na literatura.....	36
CAPÍTULO II	
A VIOLÊNCIA E A MATERNAGEM EM SEIS CONTOS DE CONCEIÇÃO	
EVARISTO	44
II.1 A violência física e simbólica em “Ana Davenga”.....	46
II.2 Decadência e abandono no conto “Duzu Querença”.....	52
II.3 Violência e silenciamento no conto “Maria”	58
II.4 A maternagem e o abandono em “Quantos filhos Natalina teve?”.....	63
II.5 Um olhar sobre a mãe Benícia e a violência em “Zaita esqueceu de guardar os brinquedos”	67
II.6 Um olhar sobre a maternagem e o abandono em “Di lixão”	72
CAPÍTULO III	
O CORPO NEGRO FEMININO NAS NARRATIVAS DE CONCEIÇÃO	
EVARISTO	77
III.1 Imagens de controle e opressão em Ana, Duzu, Maria e Natalina.....	78
III.2 Exploração do corpo negro e feminino	83
III.3 As “escrevivências” do corpo negro e feminino	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procura-se analisar como a violência e a maternagem são apresentadas na obra *Olhos d'Água*, contrapondo-se à visão ultrassexualizada da mulher negra, bem como à negação da maternidade a esse grupo social. Tendo em vista o que se tem produzido em estudos anteriores, esta dissertação pretende, à luz dos textos de Evaristo e dos mais variados suportes teóricos, tecer entendimentos acerca do tema, com o propósito de levantar questionamentos sobre os estereótipos criados em torno dos grupos marginalizados, tendo em vista, sobretudo, a representação de mulheres negras na literatura canônica.

Levantar questionamentos em torno da maternagem e da violência nos contos de Evaristo significa abrir espaço para que a mulher negra seja ouvida e compreendida a partir de novos olhares e sentidos atribuídos a ela na literatura. As narrativas apresentam uma galeria de mulheres (avós, filhas, netas) que vivenciam a maternagem de forma diversa e quase sempre em meio aos conflitos de ordem social, psicológica e cultural. Nesse contexto, a autora nos apresenta mães desviantes, que desafiam a ordem patriarcal.

Assim, a literatura contemporânea afro-brasileira de autoria feminina tem uma nova perspectiva sobre o maternar, por uma ótica que não se encontrava habitualmente contemplada nos prestigiados clássicos literários. De acordo com Evaristo (2009), a maternidade foi negada às mulheres negras, que, no entanto, foram relegadas a cuidar dos filhos alheios e vivenciar o racismo sexualizado de modo extremamente visível.

A representação da violência social na literatura é outra tematização analisada à luz dos escritos de Evaristo, principalmente as violências física, psicológica e simbólica, fundamentadas nas mais diversas formas de dominação masculina que por longo tempo foram naturalizadas pelo coletivo social, estendendo-se ao cânone literário brasileiro.

Para trabalhar a temática da violência, damos ênfase aos contos “Ana Davenga” e “Maria”, que nos permitem fazer uma análise mais aprofundada das personagens em meio ao caos social, principalmente à criminalidade e ao preconceito que permeiam o cotidiano das personagens. Para tanto, destacamos as representações femininas nas narrativas de Conceição Evaristo, considerando principalmente o modo como a mulher afrodescendente experimenta as limitações sociais, de raça e gênero.

O presente estudo também dá foco à maternagem da mulher negra, uma temática que sofreu uma espécie de apagamento na literatura, principalmente em muitos escritos que fazem parte do cânone literário. A maternagem, assim como a violência, é um tema recorrentemente

negligenciado. A primeira, vista pelo prisma masculino, que a ela tem dado pouco apreço, uma vez que fora negada à mulher negra a maternidade, não só na ficção, como no contexto sociocultural. A segunda foi naturalizada como violência típica das favelas e pouco problematizada a partir de análises políticas e culturais que verdadeiramente considerem “o lugar dos excluídos” como sendo o lugar dos que não são atendidos pelo poder público ou que são invisibilizados por grande parte da sociedade.

A maternagem e a violência são temas que devem ser analisados não só à luz das vivências individuais, mas também coletivas. Nesse sentido, não podem ser interpretadas sem que sejam considerados os fatos culturais e históricos que fundamentam a grande desigualdade social brasileira, bem como as condições das minorias, subalternizadas do ponto de vista dos que vivem em situação privilegiada e distante da vida suburbana.

Nesse contexto, o objetivo desta dissertação não é fazer uma análise dos fenômenos sociais que resultam na violência, mas discutir como a violência foi retratada nos contos de Conceição Evaristo, visto que a autora agrega novos sentidos e nos revela um olhar mais próximo da cultura do povo afrodescendente. Para tanto, recorreremos aos Estudos Culturais, tendo como fim uma melhor compreensão da matriz da violência presente na nossa cultura e na nossa história social e literária.

De acordo com Hall (2003), a análise da cultura é a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos. Dessa maneira, buscaremos fazer uma análise com base no estudo dos contos que compõem a obra *Olhos d'Água*, da escritora Conceição Evaristo. As narrativas evaristianas nos colocam diante de problemas sociais que afetam a população afro-brasileira, principalmente a mulher-negra na periferia urbana, e nos instigam a reflexões sobre raça e gênero, sem deixar sua literatura cair nas armadilhas da idealização.

Dessa forma, pensar a violência e a condição da mulher-mãe negra nos contos de Evaristo é nos colocar diante de personagens insurgentes que não cedem às demarcações definidas pela sociedade patriarcal. Logo, podemos afirmar que este é um passo importante para investigar a literatura escrita pelos que vivenciam o “lado de cá”, sem os estereótipos naturalizados não só na ficção, como no contexto sociocultural.

De acordo com Evaristo (2005), é importante analisar como as mulheres-mães negras foram tratadas na escravidão, bem como considerar que elas foram marcadas durante muito tempo no imaginário social como domésticas, infecundas, objetos sexuais, entre outros estereótipos marcados nas páginas de romances e em telas de TV.

Segundo Bell Hooks (1981), a maternagem da mulher negra não foi vista com o mesmo olhar dispensado à maternagem da mulher branca, pois embora ambas tenham sido afetadas pela dominação masculina, a mulher negra foi duplamente violada e condenada ao anonimato, tendo em vista sua condição de subalternização.

Os fatores mencionados acima são fundamentais para a compreensão da demarcação dos papéis sociais atribuídos à mulher-mãe negra na sociedade patriarcal. Conforme Eduardo de Assis Duarte (2009, p. 9), os estereótipos também foram empregados nas obras de grandes escritores, como Jorge Amado e Aluísio de Azevedo, entre outros. As mulheres negras foram representadas como personagens sem criatividade e rotuladas como objeto sexual, como a mulata Rita Baiana, na obra *O Cortiço*.

A literatura tradicional pouco deu notoriedade à temática da maternidade, e, quando a pensou, considerou-a como função das mulheres brancas. Para as negras, foi reservada apenas a imagem de cuidadoras dos filhos alheios, serviçais e mulheres ultrassexualizadas. Conforme Evaristo (2005, p. 52), “a imagem do corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” esteve viva por longo tempo na literatura brasileira.

Como exposto, a forma como a literatura apagou a figura da mãe negra só reforça o mito social em torno das personagens estereotipadas. Os escritos de Conceição Evaristo, por sua vez, rompem com esse silêncio e dão voz às mulheres negras, numa tentativa de romper com as representações negativas e desconstruir a imagem da “negra estéril”.

Nesta dissertação, nos reportamos à representatividade dos grupos marginalizados na literatura contemporânea, tendo em vista sobretudo as personagens femininas negras, em seis contos da escritora Conceição Evaristo: “Ana Davenga”, “Duzu-Querença”, “Maria”, “Quanto filhos Natalina teve?”, “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” e “Di lixão”.

Nos contos de Evaristo, nos deparamos com grupos de mulheres subalternas descritas com um olhar de “dentro da favela”, numa perspectiva de quem conhece profundamente os seus personagens. Nesse contexto, a autora mostra a fissura de modo a desconstruir representações definidas pela literatura dominante.

Segundo Dalcastagnè (2008), é necessário pensar a literatura nos mais diversos sentidos, expectativas e representatividades, pois embora tenhamos escritores solidários aos problemas sociais dos grupos subalternizados, eles nunca poderão nos dar a mesma perspectiva de quem “vive na pele” os problemas sociais de tal população. Nesse sentido, a escrita de Evaristo não só rompe com os estereótipos, como questiona a imagem de controle da feminilidade negra.

Por isso, as narrativas de Conceição nos seduzem tanto, uma vez que a autora, além de ser mulher-negra advinda da favela, conhecedora dos problemas sociais da comunidade, nos apresenta outro olhar sobre as mulheres negras, periféricas e marginalizadas. Assim, as experiências dos grupos são melhor compreendidas, posto que as personagens das narrativas compartilham as mesmas condições sociais.

Esse olhar nos coloca em face das diversas formas de violência vividas nas periferias dos grandes centros urbanos. As personagens apresentadas foram moldadas pelas mãos de uma mulher-negra que vivenciou esses conflitos e que pode com propriedade confrontar a opinião formada pelo poder hegemônico, bem como nos enveredar nas reais representações da violência e da maternidade, sem cair na cilada da idealização.

É necessário, portanto, enfatizar o quanto é importante para a escrita afro-brasileira combater e desconstruir o mito social em torno da imagem da mulher negra marginalizada. Nesse sentido, essas perspectivas nos dão outras possibilidades de entendimento, principalmente sobre a representatividade de grupos que por muito tempo ficaram invisibilizados na literatura.

Para Cunha (1999), a literatura de autoria feminina negra tem contribuído para uma nova perspectiva e consciência sobre os grupos sociais, embora saibamos que temáticas como a violência e a maternidade são extremamente complexas devido ao campo social, cultural e religioso que as cerca. Podemos afirmar, assim, que a análise de textos literários como os propostos neste trabalho nos levará a reflexões sobre raça e gênero.

É importante enfatizar que tanto as mulheres negras quanto as brancas foram rejeitadas na literatura, visto que a escrita literária era ofício para homens, não para as mulheres, uma vez que elas tinham outras funções a desempenhar, principalmente nos espaços domésticos. Logo, a mulher foi silenciada, excluída e por muito tempo ficou à margem do campo literário.

Com relação à participação da mulher negra na literatura, ela começa a aparecer a partir do século XIX, e com esses escritos passamos a ter acesso a novos sentidos e representações, especialmente à (auto)representação da figura do negro, bem como à história da população afrodescendente. Na literatura contemporânea, nos deparamos, por exemplo, com os escritos de Conceição Evaristo, cujas narrativas são analisadas nesta dissertação.

A autora nos apresenta em suas narrativas temáticas relacionadas ao gênero, raça, poder, violência e maternagem. As personagens, em sua maioria negras marginalizadas, ocupam os espaços degradantes na narrativa. Dessa forma, a autora denuncia as desigualdades sociais

existentes no Brasil, principalmente nos lugares mais segregados da sociedade, como a periferia.

Conforme Antonio Candido (1988), a literatura não é só um direito de todos, mas age como força humanizadora, de modo que o texto literário assume um posicionamento em relação aos problemas sociais. Contudo, para que a literatura nos liberte do caos e nos humanize, é necessário não apenas o acesso à literatura que narra o marginalizado, mas também o direito para que esse subalterno escreva sua própria história.

Trata-se aqui, portanto, de dar voz aos escritores afrodescendentes, cujos textos até recentemente eram vistos como literatura menor, sobretudo os escritos de mulheres, que foram colocados à margem do cânone literário. Se na literatura os escritos de mulheres foram apagados, apreende-se que a escrita feminina negra esteve ainda mais fortemente silenciada.

Em *Olhos d'Água*, Conceição Evaristo nos apresenta personagens vulneráveis à violência urbana e à precária condição social. Em tais condições, a autora dá voz a personagens marginalizados, sobretudo mulheres negras, de modo a denunciar as desigualdades sociais e revelar as ideologias racistas e sexistas herdadas de um passado escravocrata.

A pesquisa tem uma abordagem textual qualitativa, que, de acordo com Batispta (2009, p. 458), é aquela que apresenta diversos modos de análise do texto e por meio da qual, “numa perspectiva essencialmente ligada à teoria narrativa, os textos são vistos e compreendidos como narrativas que procuram explicar o mundo”. Nesse caso, os contos propostos para análise serão interpretados à luz dos Estudos Culturais, cujas áreas de conhecimento, como história, antropologia, filosofia e sociologia, nortearão as análises.

A dissertação divide-se, assim, em três capítulos: 1 - Resistência e representatividade; 2 - A violência e a maternagem em seis contos de Conceição Evaristo; e 3 – O corpo negro feminino nas narrativas de Conceição Evaristo. O objetivo geral subjacente é analisar a representação da violência e da maternagem da mulher negra nos seis contos já mencionados.

No primeiro capítulo, contextualizamos o surgimento do feminismo negro no Brasil, bem como a influência e contribuição dos movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa para o seu desenvolvimento. Para tanto, recorreremos às teóricas feministas negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Bell Hooks e Djamila Ribeiro, que nos ajudarão a compreender como as mulheres negras se organizaram na defesa de direitos.

No segundo capítulo, discutimos como a violência urbana e a maternagem são representadas nos contos de Conceição Evaristo. As temáticas citadas são relevantes e têm chama-

do a atenção da crítica literária, uma vez que as personagens apresentadas rompem com o padrão arquetípico da mulher negra ultrassexualizada e dos estereótipos marginalizados, quase sempre representados como intrusos e lixos da sociedade. Nessa perspectiva, as narrativas de Evaristo contestam a legitimidade dos grupos privilegiados quando conferem a subalternidade e opressão às mulheres negras e pobres.

Sobre o estudo da violência física e simbólica, buscamos as contribuições de Pierre Bourdieu para compreendermos como a violência simbólica e a dominação masculina atuam sobre o pensamento e o comportamento das pessoas, a fim de que o discurso de ordem social seja reproduzido e legitimado. Outros pesquisadores como Rubem George Oliven e Jean Claude Chesnais auxiliam no estudo acerca da violência urbana.

Por fim, o capítulo III levanta discussões em torno da objetificação da mulher negra, bem como da imagem de controle, opressão e exploração do corpo negro feminino. Como aporte teórico para esses estudos, recorreremos às pesquisas de Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, Judith Butler.

Conforme os autores supracitados, entendemos que os fenômenos da violência e da maternidade podem ser estudados a partir do texto literário, tendo como suporte os Estudos Culturais, haja vista que tal teoria se interessa pelo campo onde se estabelecem as relações de poder e cultura, com atenção especial ao modo como elas estão intrinsecamente relacionadas.

Discutir a maternagem diante do exposto é um desafio, essencialmente porque estamos diante de crenças religiosas e de um imaginário coletivo que entende que a mulher foi “criada da costela de Adão”, entre outros mitos que norteiam a gênese da criação. Basta recordar, a esse respeito, que a mulher foi concebida como a primeira a pecar e a levar o homem ao pecado. Embora tenhamos outras concepções desses escritos bíblicos, é essa a que prevalece no imaginário coletivo. Por isso, o tema é tão complexo, mas de grande relevância para o presente estudo, principalmente para combater o discurso hegemônico.

Logo, falar da maternidade e da violência na literatura implica abrir um debate mais amplo sobre essas temáticas, de modo a propagar os novos discursos e combater a hegemonia da sociedade patriarcal, tanto em relação à organização e definição de papéis sociais, como em resposta aos inúmeros questionamentos, sobretudo no meio literário, no qual esses temas foram historicamente negligenciados.

CAPÍTULO I

RESISTÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE

I.1 Lutas feministas no Brasil

As ideias das feministas norte-americanas, inglesas e francesas contribuíram de forma significativa para a organização e ação das mulheres de diversos países. No Brasil, por exemplo, elas serviram de parâmetro para o fortalecimento do movimento feminista, que, similarmente ao ocorrido na Europa, passou também por determinadas fases, classificadas por estudiosas do assunto como “ondas feministas”.

Em *Breve História do Feminismo no Brasil*, a pesquisadora e escritora brasileira Maria Amélia de Almeida Teles (1999) traz contribuições importantes para entender como as mulheres brasileiras se organizaram na defesa de seus direitos políticos e sociais. No primeiro momento (início do século XX), elas estiveram empenhadas no reconhecimento legal da garantia do direito ao voto.

Nesse começo das lutas feministas no Brasil, as mulheres, sobretudo as operárias, quando observaram que suas demandas políticas e trabalhistas não eram contempladas, mobilizaram-se através de greves em prol da garantia de melhorias salariais. Contudo, as reivindicações somente seriam apreciadas quando mulheres de classe média e intelectuais passassem a cobrar do poder público por direitos básicos.

No Brasil, com relação aos direitos políticos, as mulheres estiveram timidamente organizadas, pois vivia-se uma cultura enraizada na repressão às minorias, tendo sido o voto uma das primeiras pautas de manifestação em prol dos direitos básicos de cidadania. Com efeito, tal movimento coletivo partiu de iniciativas individuais, principalmente de mulheres universitárias que estiveram estudando fora do país e tiveram contato com os movimentos feministas na Europa, dentre as quais podemos citar Bertha Lutz.

Outra feminista brasileira que teve grande contribuição na defesa da expansão da educação no Brasil, especialmente para as mulheres que não tinham acesso à continuidade aos estudos, foi Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nesse contexto de conquista dos direitos básicos, vale ressaltar também a importante atuação de mulheres como Maria Lacerda Moura e Patrícia Galvão, entre outras.

Por sua vez, a escritora francesa Simone de Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo*, publicada em 1949, contribuiu também para a emancipação do pensamento feminino ao redor do

mundo, pois trouxe reflexões sobre uma sociedade patriarcal que definiu o destino biológico das mulheres. Outro importante estudo, em 1969, foi o da pesquisadora e professora brasileira Heleieth Saffioti, em *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, que levantou questionamentos sobre as reproduções das desigualdades sociais e de gêneros.

Por conseguinte, em meados do século XX, observa-se que começam a florescer novas ideias que irão questionar os discursos patriarcais da sociedade brasileira. Para tanto, as revistas e jornais serão importantes ferramentas de divulgação das ideias feministas, algo que, segundo Maria Amélia de Almeida Teles (1999), faz-nos entender que o Brasil é um país onde o jornalismo feminista foi muito atuante.

I.2 Feminismo negro

É importante lembrar que durante outros períodos da história, apesar dos poucos registros, as mulheres, sobretudo as negras, se mantiveram resistentes. De acordo com a pesquisadora Maria Amélia de Almeida Teles (1999), no período colonial, algumas confrontaram o poder escravagista da época, no entanto, foram silenciadas e tiveram suas histórias apagadas, como se tivessem aceitado de forma pacífica a escravidão imposta pelo sistema escravocrata.

Ainda segundo Teles (1999), a sociedade dessa época era de maioria branca e liderada por homens, o que se comprova pelos escassos registros de revoltas de mulheres negras, índias ou brancas, pois, de acordo com as pesquisas, os poucos documentos encontrados fazem alusão às revoltas de mulheres de forma individual. Em suma, isso significa que em uma sociedade patriarcal e escravagista, em que as mulheres negras eram tratadas como propriedade, objeto de troca e negociação, elas dificilmente teriam suas histórias contadas (TELES, 1999).

Nesse ínterim, o feminismo negro sempre existiu, o que não houve foi o devido reconhecimento da luta das mulheres negras, uma vez que houve a negação de suas pautas reivindicatórias contra o racismo e outras ramificações estabelecidas por um sistema que apagou a história das negras, bem como as excluiu dos importantes acontecimentos históricos.

De acordo com Djamila Ribeiro (2018), percebe-se que determinados grupos, como os negros, mulheres trans e lésbicas, tiveram sua representatividade negada, o que fortaleceu ainda mais o discurso do poder opressor, relegando essas pessoas à invisibilidade. Nesse sen-

tido, foi necessário pensar em uma abordagem interseccional que de fato discutisse os problemas específicos desses grupos.

Conforme Djamilia Ribeiro (2018, p. 52), o feminismo das mulheres negras não pode ser equiparado ao feminismo das mulheres brancas, haja vista que ambas tiveram pautas de reivindicações diferentes, pois “enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, as mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas”. A pesquisadora Ana Claudia Lemos Pacheco (2008, p. 15), por sua vez, traz a seguinte abordagem a respeito de tal problema:

As reivindicações das negras não estavam em consonância com os projetos políticos de emancipação do feminismo; havia um desencontro histórico entre ambos. Enquanto as feministas brancas lutavam pelo direito ao aborto e pelo celibato, as negras denunciavam o processo de esterilização contra as mulheres negras e pobres; alega-se a necessidade de planejamento familiar e não de esterilização, principal ponto de reivindicação do MMN. Enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição da família, as mulheres negras falavam da “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando assim o racismo e o sexismo.

As mulheres negras já tinham o entendimento de que não eram reconhecidas como pessoas, tampouco teriam as suas pautas reivindicatórias atendidas, e para isso era necessário percorrer um longo caminho. Muitas outras se posicionaram com relação ao racismo e o sexismo pelos quais passavam, contudo, segundo Bell Hooks (2014), o racismo das mulheres brancas impediu que as mulheres negras tivessem vez e voz no movimento feminista.

Em 1852, Sojourner Truth tomou a decisão de se pronunciar na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio, e discursou ao público majoritariamente branco da seguinte forma:

[...] Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) ... Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravidão e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (HOOKS, 2014, p. 115).

Pensando no enfrentamento dessas posturas racistas e separatistas sofridas por mulheres negras que estiveram à frente da emancipação do pensamento feminista negro, elas assumiram as próprias lutas, no sentido de inverter a situação de opressão, isto é, começaram a ocupar espaços que por muito tempo lhes foram negados. Assim, vale ressaltar a importância

do feminismo negro a partir das pautas levantadas por mulheres negras cultas e não cultas que ousaram enfrentar todas as formas de opressões naturalizadas pelo Estado.

De acordo com Djamila Ribeiro, “Há necessidade de romper com os silêncios”¹. A autora menciona que o uso do discurso único e autorizado impede que uma pluralidade se expresse, convertendo o silêncio em violência e negando a humanidade às pessoas. Portanto, é preciso falar, incomodar e romper com as violências naturalizadas.

Nesse contexto, Bell Hooks (2014) pondera que a sociedade branca se sentia superior e dentro de uma configuração extremamente opressora e racista, o que contribuiu para o processo de desumanização da população negra, negando-lhe o direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação e o acesso aos espaços sociais.

Dentro da conjuntura atual, os afrodescendentes ainda carregam a herança de seus antepassados, não só com o peso do açoite, mas com a força de outras ferramentas de opressão que continuam assumindo o lugar dos feitores com relação ao racismo arraigado nas estruturas das instituições sociais brasileiras. Assim, os negros, que simbolicamente foram libertados, continuam a lutar e a resistir a um sistema que tende a negá-los como parte da sociedade brasileira.

Dessa maneira, quando pensamos no feminismo das mulheres brancas, nos deparamos com situações completamente antagônicas. De um lado, elas foram vítimas de diversas formas de violência, principalmente quanto às demarcações dos papéis sociais e às opressões de gênero; entretanto, obtiveram algumas de suas demandas reivindicatórias contempladas. De outro lado, as mulheres negras, devido às marcas do passado escravagista, ainda lutam para se estabelecer nos espaços sociais, bem como pelo reconhecimento de sua feminilidade.

De acordo com Núbia Regina Moreira, os lugares almejados pelas negras não serão cedidos com gentileza, pois não há interesse em ceder espaços para negros, sobretudo em instituições que são altamente representativas dos homens brancos². Faz-se necessário, portanto, que as mulheres negras lutem por suas demandas, com o propósito de representar as comunidades negras, principalmente a população advinda das favelas. Tendo vista a fala referida acima, pode-se afirmar que os únicos interessados na integração dos negros na sociedade são os que de fatos vivem essa situação de subalternidade.

¹ Fala da pesquisadora Djamila Ribeiro numa palestra intitulada: Precisamos romper como os silêncios, fornecida pelo Instituto Avon no TEDx São Paulo, em 27 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://ted.com/tedx>. Acesso em: 20/05/2021.

² Fala da pesquisadora Núbia Regina Moreira no programa da série: “O que querem as mulheres?” ao canal Café Filosófico, no YouTube, em novembro de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/TQa0La1YIFw>. Acesso em: 12/08/2021.

I.3 “Escrevivência” de Conceição Evaristo

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2020, p. 54).

A escritora Conceição Evaristo nasceu em Belo Horizonte, em 1946, filha de uma lavadeira. Ainda menina, foi morar com a tia, haja vista as condições financeiras da mãe, que já criava quatro irmãs e cinco irmãos. Muito cedo, teve que adentrar no mundo do trabalho doméstico, e foi nesse ofício, entre as lavagens de roupas e arrumações de casas, que Evaristo conheceu o mundo real de uma menina-negra, pobre e favelada. Contudo, nunca se esquivou de seus compromissos com os estudos, e foi com muita luta que conseguiu adentrar na universidade e conquistar o almejado diploma de Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em 1990, estreia na literatura com a publicação de poemas e contos na série *Cadernos Negros*. Assim, segue com suas “escrevivências”, como ela mesma as intitula, e em 2003 publica *Ponciá Vicêncio*; logo depois, *Becos da Memória*, que por vinte anos esteve engavetado. Mas foi com o livro *Olhos d’Água*, no ano de 2014, que Evaristo recebeu o prêmio Jabuti na categoria “Contos e crônicas”.

Conceição Evaristo, em suas palestras e entrevistas, deixa claro que sua escrita foi influenciada pela literatura de Carolina Maria de Jesus, uma escritora negra, moradora da favela, solteira, mãe de três filhos, que tinha como sustento a reciclagem de papel. Jesus é autora de uma obra de repercussão mundial: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicada em 1960 e que obteve grande visibilidade, com mais de 100 mil exemplares vendidos e traduzida em 13 idiomas. Todavia, apenas recentemente seus escritos foram estudados no meio acadêmico e reconhecidos pela crítica literária, não só como registros sociológicos, mas também como uma autêntica literatura escrita por uma mulher negra.

A escrita de Conceição Evaristo, bem como a de Carolina Maria de Jesus, apresenta a dura realidade e vivência dos moradores da favela. Os registros dolorosos nos fazem refletir sobre a condição do ser humano em meio à precariedade, ao espaço degradante, doentio e sem vida, lugar de uma parte da sociedade desprovida dos direitos básicos.

A respeito dessa ausência do Estado na vida dos moradores da favela, Carolina Maria de Jesus (2007, p. 33) escreve em *Quarto de Despejo* a seguinte passagem:

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

A escrita de Carolina Maria de Jesus tem um forte viés social. Ao falar da favela como um lugar onde se deposita o lixo da sociedade, a escritora vale-se da literatura como compreensão de si e de seu entorno. Essa experiência muito próxima da vivência da autora traduz de forma contundente uma imagem capaz de causar a sensação de que as pessoas são desumanizadas.

Por sua vez, no conto “Os amores de Kimbá”, Conceição Evaristo dá voz a um personagem negro, morador da favela, que não se sente parte de um lugar onde todos são tratados como lixo da sociedade, como evidenciado na seguinte passagem: “[...] a falta de conforto, a fossa exalando cheiro de merda. Detestava o rosto lavado lá fora no tanque” (EVARISTO, 2016, p. 89). Assim como Carolina Maria de Jesus evidencia como se sente enquanto moradora da favela em *Quarto de Despejo*, Kimbá protagoniza a luta de um jovem negro que não consegue se ajustar à falta de oportunidades e de moradia digna na periferia. Essas passagens, em ambas as narrativas, nos soam em tom de denúncia, haja vista a preocupação das escritoras em evidenciar as agruras vividas pelos afrodescendentes.

A obra de Conceição Evaristo, assim como a de Carolina Maria de Jesus, traz diversos apontamentos para discussão, dentre os quais podemos citar as formas de violência sofridas pela população afrodescendente, além de trazer uma escrita de cunho social que apresenta a favela como um espaço de degradação onde as pessoas e os lixos se confundem.

Conceição Evaristo, depois de uma longa caminhada, teve suas obras premiadas aos 75 anos. Entre elas, podemos citar o livro vencedor do prêmio Jabuti: *Olhos d'Água*. A partir disso, observamos que suas produções passaram a ser pesquisadas no meio acadêmico e até indicadas pelo vestibular da Unicamp. Os escritos da margem, assim intitulados por muitos pesquisadores, aos poucos vão ganhando espaço num meio até pouco tempo conduzido pela cultura hegemônica.

Afirmar-se como escritora negra vinda da periferia, em um meio literário em que a maioria é branca e de classe média, é desafiador e, ao mesmo tempo, um projeto audacioso, sobretudo quando se pensa numa literatura que traz a força da resistência e autorrepresentação de grupos altamente marginalizados. Diante dessa premissa, nota-se que os paradigmas come-

çam a se romper e a ceder um espaço que por muito tempo fora negado às escritoras, notadamente às mulheres negras.

Dessa maneira, entendemos que é extremamente importante o debate em torno dessas produções no meio acadêmico, principalmente quando esses textos passam a ser definidos como escritos da margem, haja vista que essa classificação tende a contribuir com um conceito do que é ou não canônico no meio literário. Um exemplo disso é a escrita de Carolina Maria de Jesus, que, embora reconhecida na academia, passa por um crivo crítico em que se discute o teor literário ou sociológico da obra, o que perpassa a ideia de que a literatura precisa de determinada autorização para que seja legitimada.

Conforme Heloísa Buarque de Hollanda (2004, p. 110), a “classificação marginal” empregada pelos pesquisadores refere-se aos ditos marginais para especificar uma literatura que “está à margem da produção e veiculação do mercado, mas que não se afirma a partir dos textos propriamente ditos, isto é, de seus aspectos literários”. Nesse sentido, o termo “literatura marginal”, empregado no texto, sinaliza obras que estariam à margem das produções e divulgações comerciais.

Um exemplo de literatura da margem são as obras da escritora Conceição Evaristo, cujos escritos foram tardiamente reconhecidos pela crítica literária, tendo sua produção publicada de forma independente por editoras de pequeno porte. Até pouco tempo, esses escritos eram considerados literatura menor, o que comprova que o ato de escrever ainda não constitui um direito de todos e que tampouco se poderia afirmar que a literatura é democrática, uma vez que grupos seletos discutem o que pode ou não ser considerado texto literário.

De acordo com Antonio Candido (1988), a literatura é um direito de todos, pois, além de agir como força humanizadora, assume um posicionamento em frente aos problemas levantados, resultando no que Candido chama de “Literatura empenhada”. Contudo, para que de fato a literatura nos liberte do caos e nos humanize, é necessário, além do acesso à literatura, dar a esses subalternos o direito de escrever suas próprias narrativas.

Nesse contexto, é necessário romper com o discurso autorizado e masculino que historicamente relegou os textos escritos por mulheres à “literatura menor”. Dessa maneira, os escritos femininos foram silenciados, o que nos leva a perceber que se na literatura as mulheres brancas sofreram com o apagamento, o feminino negro esteve ainda mais fortemente silenciado.

Nesse ínterim, a escritora Conceição Evaristo nos revela que escrever e publicar é um ato político: não se pode negar aos sujeitos sociais tal direito, bem como não se pode censurar

as produções de autores subalternizados por não estarem dentro dos padrões pré-estabelecidos pelo padrão da cultura hegemônica. Assim, de acordo com Evaristo (2007, p. 21), o ato de escrever sem autorização constitui um ato de insubordinação:

Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação.

Essa insubordinação se configura a partir da apropriação de um lugar de fala que independe de autorização por parte da cultura dominante, haja vista que, do ponto de vista da democratização da literatura, todos têm o direito de ler, escrever e publicar. Pensar na literatura produzida nos becos e vielas das favelas significa, portanto, contradizer o pensamento elitista e fortemente preconceituoso de que na periferia não se escreve com “sensibilidade poética” e nem com “primor estético”.

Logo, as produções de Conceição Evaristo têm um forte teor político-social, revelando uma escrita insubordinada, que traz temas voltados para os problemas sociais que acometem a vida dos moradores da periferia. Em suma, os contos dessa escritora apresentam personagens que vivem em condição de subalternidade e de extrema violência, como podemos identificar na seguinte passagem da narrativa “A gente combinamos de não morrer”, da coletânea de contos *Olhos d'Água*:

Meu filho dorme. Lá fora a sonata seca continua explodindo balas. Neste momento, corpos caídos no chão, devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia. “Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito... (EVARISTO, 2016, p. 109).

Ao escrever, Conceição Evaristo deixa registrada a sua marca poética, mesmo diante de passagens sangrentas como essa. Ela tem uma força expressiva e a habilidade com as palavras, narra fatos fortemente impactantes, e com isso consegue atenuar sua narrativa, proporcionando um certo abrandamento em passagens extremamente violentas.

Essa sensibilidade da escritora merece atenção do ponto de vista humanizado, pois o pesquisador Antonio Candido (1988) afirma que a literatura humaniza. Afinal, podemos destacar que a leitura das narrativas de Conceição Evaristo nos faz refletir o quanto é cruel um sistema que exclui as minorias, sobretudo os negros, do direito à moradia digna, à saúde, à educação, entre outros direitos básicos de cidadania.

Diante do exposto, torna-se urgente abrir espaços para que se discuta o direito à escrita. Conforme Regina Dalcastagnè (2008), esses escritos advindos das periferias ou das mar-

gens podem nos dizer muito mais sobre determinados grupos sociais do que as produções da classe dominante.

Muitos escritores, principalmente afrodescendentes, saíram do anonimato e tiveram suas obras premiadas, como as escritoras Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Geni Guimarães, entre outras, contudo, o caminho ainda é longo, já que muitas ainda enfrentam o preconceito no meio editorial. A prova disso é que a maioria tem publicações independentes ou em editoras de pequeno porte. Logo, ainda é preciso avançar quando pensamos em uma literatura que esteja ao alcance de todos. Quantas Carolinas e Conceições temos nas periferias dos grandes centros urbanos do nosso Brasil? Quantas têm seus textos obliterados por uma ávida literatura de classe média que engessa quem gostaria de ter o direito de sonhar em escrever e publicar seus livros?

A literatura escrita por mulheres, principalmente negras e de periferia, tem ainda mais dificuldade de encontrar espaço no meio editorial. Núbia Moreira (2018), em debates sobre os lugares ocupados pelas mulheres negras, tem dado destaque à insubordinação de escritoras que rompem com os lugares instituídos. Nesse sentido, as que já se apropriaram do seu lugar no mundo podem afirmar que a literatura escrita pela mulher negra foi fundamental para o processo de aquisição de um novo paradigma sobre os escritos literários, sobretudo para refletir acerca de questões socioculturais, de gênero e raça sob um olhar realista do “ser negro”, bem como problematizar visões estereotipadas, naturalizadas historicamente na sociedade.

Para Helena Parente Cunha (1999), a literatura de autoria feminina tem contribuído para um novo olhar e uma nova consciência sobre os grupos sociais, embora saibamos que os espaços ainda sejam limitados para a mulher, essencialmente para a negra. Desse modo, podemos afirmar que essa tomada de consciência por parte da crítica literária foi uma conquista das mulheres negras a partir da forte resistência e da luta pelo reconhecimento do direito à escritura.

Conforme Michelle Perrot (2005, p. 36), “a leitura, a escrita é frequentemente, para as mulheres, um fruto proibido”. Assim, é importante enfatizar que tanto as mulheres negras quanto as brancas foram rejeitadas na literatura, visto que no imaginário social a escrita literária era ofício para homens, confinando as mulheres em determinados espaços sociais.

Com relação à participação da mulher negra na literatura, ela começa a aparecer a partir do século XIX, e com esses escritos vamos ter acesso aos novos sentidos e representações, essencialmente quanto à representação da figura do negro, bem como o conhecimento sobre as narrativas da população afrodescendente. Na literatura contemporânea, por exemplo, va-

mos nos deparar com textos literários da escritora Conceição Evaristo, cujos contos são analisados neste trabalho.

I.4 A maternagem e o patriarcalismo

O termo “maternagem”, já bastante popularizado nos escritos feministas, nasceu dos estudos da escritora Adrienne Rich, especialmente no livro *Of Woman Born*, em 1976, para propor uma conceituação distinta da maternidade. Assim, o primeiro é empregado como “a relação potencial de qualquer mulher com seu poder reprodutivo e filhos” (RICH *apud* SILVA, 2017, p. 19), e o segundo está restrito ao meio institucional dirigido pelo poder patriarcal. Nesse sentido, utilizamos o termo como uma forma de enfatizar as diversas práticas de mater-nar das mulheres, sobretudo das negras, nas narrativas de Conceição Evaristo. Para tanto, é imprescindível consultarmos os estudos de Elisabeth Badinter (1980), Michelle Perrot (2005), Mary Del Priore (1994), Cristina Stevens (2007), Conceição Evaristo, entre outras, que trarão discussões sobre o imaginário criado em torno da maternidade, bem como sobre a sociedade patriarcal e como esta se prevaleceu da maternidade para oprimir e confinar as mulheres nos espaços culturalmente demarcados.

Conforme Michelle Perrot (2005, p. 558), “herança das luzes, valoriza a família e diferencia os papéis sexuais ao propor homens políticos e mulheres domésticas”. Assim sendo, as mulheres eram diferenciadas dos homens nos discursos públicos e privados, vistas como responsáveis pelos serviços domésticos e pelos cuidados com a educação das crianças, ao contrário dos homens, que poderiam se ocupar do trabalho externo e dos assuntos políticos.

Outra questão que merece destaque é o fato das mulheres-mães terem sido vistas como sagradas. Para Elisabeth Badinter (1980), elas foram comparadas a Maria, descrita pela Bíblia como uma “mulher santa” que viveu um amor incondicional pelo filho. Logo, essa definição em torno da figura materna permanece viva no inconsciente coletivo.

Dessa forma, a religião foi um dos pontos determinantes para o fortalecimento das relações de poder do patriarcado. Conseqüentemente, do ponto de vista do cristianismo, as mulheres passaram a ser o centro de todo o controle patriarcal. O comportamento submisso da mulher em relação ao marido foi construído não só através dos ensinamentos bíblicos, mas também pelos discursos médicos e históricos, fortalecendo a ideia de superioridade masculina.

Para Cristina Stevens (2007), a mulher foi colocada como “bode expiatório”, vigiada o tempo todo, principalmente com relação aos espaços frequentados e à educação dos filhos; seus comportamentos deveriam ser dignos exemplos de conduta da “boa mãe”. De modo que os discursos patriarcais foram responsáveis por demarcar os papéis sociais e, inclusive, manter o controle sobre o corpo feminino. De acordo com Del Priore (1994, p. 51):

Elevando as mulheres mortais à excelsa natividade de Maria, a maternidade envolvia-as em uma auréola. “Dar à luz” tornava-se uma tarefa nobre, e mais do que isto, era decorrência do que via a igreja como “o bom sexo”, transmutado em virtude da fecundidade.

Em síntese, decretou-se que as mulheres eram aptas à reprodução. De acordo com Bandler (1980, p. 9), “a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado”, não só nos discursos religiosos, como também no imaginário social coletivo. Com efeito, além da crença envolta na imagem imaculada da mulher, a maternidade passou a ser controlada de diversas formas, inclusive pelo Estado.

I.5 A maternidade negada às mulheres pretas

A maternidade foi negada às mulheres pretas e pobres tanto pelo Estado quanto pelos seguimentos sociais. Conforme Venâncio (2004), durante o período colonial, surgiram diversas modalidades de abandonos para controlar o alto índice de natalidade, levando as mães a abandonarem seus rebentos nas ruas, nas portas das propriedades, até em lixeiras. Em outras palavras, isso revela que muitas delas eram oriundas de situação financeira desfavorável, bem como as mulheres acometidas por gravidez indesejável ou até mesmo por razões “morais”, que encontravam nessas atitudes a única “opção”. Assim, Venâncio (2004, p. 189) afirma que:

Durante o período colonial, muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar os próprios filhos. Não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar os filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais.

Logo, observa-se pelas palavras de Venâncio que a prática do controle com relação à “desonra” das famílias brasileiras era mais severa com as mulheres brancas do que com as mulheres negras, o que significa que a sociedade não se importava com a “reputação” dessas populações, sobretudo de mulheres negras e brancas pobres, não na mesma proporção com

que se preocupava com determinados grupos sociais. Ainda segundo Venâncio (2004, p. 199), “o modelo patriarcal que contrapõe o recato da mulher branca à promiscuidade das escravas é uma grosseira simplificação da realidade”.

Assim, a maternidade da mulher branca, quando dada como legítima dentro dos padrões patriarcais, é tratada diferentemente da maternidade das mulheres negras, sobretudo porque estas foram negligenciadas de seus direitos maternos. Ademais, durante o período colonial, as escravas negociadas pelos senhores de escravos eram separadas de seus filhos. Convém destacar, portanto, que nem o Estado, nem a sociedade se importou com os sentimentos dessas mães, tampouco com o destino das crianças, filhos de escravos. Conforme Koutsoukos (2009, p. 307):

As tristes histórias de separação das amas negras escravas e seus filhos naturais narraram casos de crianças vendidas em separado da mãe; daquelas que ficavam em casas dos senhores, enquanto a mãe era vendida ou alugada (nesses casos, eram criadas pelas demais escravas da casa); das que eram mandadas para as casas das amas (geralmente mulheres livres pobres, brancas ou negras); que criavam vários, enquanto as mães alugadas, das que eram abandonadas nas rodas dos asilos e lá morriam ou se criavam alimentando-se de leite de uma ama, contratada para amamentar até dez bebês “enjeitados”; e das que morriam ao nascer.

A maternidade foi opressora para as mulheres em geral, contudo, as mulheres negras foram duplamente penalizadas. A escravidão deixou marcas visíveis, sobretudo nas populações negras e subalternas, acometidas pela miséria, pela violência, pelo silêncio e pela omissão do Estado. Para Del Priore (1994, p. 55), “o excessivo labor e nula ajuda institucional” contribuíram para que as mulheres recorressem ao abandono dos filhos, à “concepção, o aborto ou o infanticídio”.

Conforme Venâncio (2004), as mulheres que abandonavam os filhos eram vistas como mães cruéis, mas muitas mulheres negras podem ter sido convencidas a acreditar que deixar os filhos nas “rodas dos expostos” seria uma opção para que seu rebento tivesse a oportunidade de ser livre ou tivesse chance de sobreviver num sistema escravocrata. Nesse sentido, o abandono pode ser entendido como uma forma de proteger aquelas crianças.

Ademais, constata-se ainda que as mulheres não tiveram muitas escolhas, principalmente as negras, que sofreram ainda mais, isto é, além do peso da escravidão, eram praticamente obrigadas a entregar os filhos nas “rodas dos expostos”, uma vez que viam nessa prática a única saída para abrandar o destino dos seus.

Nesse contexto, pelas razões mencionadas acima, não se anula a possibilidade de muitas mulheres terem entregado os filhos por outros motivos além da condenação moral, como a situação de extrema miséria, ou até mesmo por estarem convencidas de que essa prática era

uma forma menos cruel de abandono de crianças, porque o aborto e o infanticídio eram práticas vistas como “demoníacas”.

Dessa maneira, a maternidade das mulheres negras consistiu em histórias de dor, silêncio, genocídio e abandono desde o período colonial. O modo de vida nas senzalas acabou destruindo “as linhagens africanas”, fazendo com que os escravos buscassem outras formas de vida familiar.

Sendo assim, essa herança da escravidão, que negou a vida familiar às populações negras, ainda é muito latente no modo de vida dos descendentes africanos. Muitas mulheres negras vivem sua maternidade sem apoio de companheiros, criam seus rebentos sozinhas, e, na maioria das vezes, vivem em lugares periféricos, locais onde os negros foram alocados depois da chamada “abolição”. De acordo com Del Priore (2004, p. 201-202):

A escravidão e a miséria deixaram séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisaram até mesmo as formas de amor e criação dos filhos. Estratégias comuns às mães pobres consistiam em socializar os filhos através de uma extensa rede de vizinhança e parentela.

A prática de “distribuir” os filhos entre parentes e vizinhos ainda é recorrente na vida dos afrodescendentes, sobretudo nas famílias em que mães quase sempre solteiras são responsáveis pelo sustento dos filhos. Segundo uma reportagem para um pequeno portal, o *Joio* (26/02/2019), com o tema: “Mulheres, negras, moradoras da periferia: a desigualdade alimentar tem endereço”, as entrevistas ali presentes trazem o relato de Samira Silva, moradora de Cidade de Tiradentes, mãe de dois filhos (9 anos e 2 anos), que diz: “Enquanto estou trabalhando, tenho que deixar a comida pronta pro mais velho esquentar no micro-ondas. E toda a alimentação do meu bebê, que eu deixo com a minha vizinha”.

Com relação à criação dos filhos, além de proverem sozinhas o sustento da família, as mulheres pretas ainda têm que enfrentar a desigualdade social, que na maioria dos casos está relacionada aos fatores raciais. Outro fato que também deve ser mencionado é a violência e a morte dos filhos de mulheres negras nos bairros periféricos.

De acordo com a revista *Fórum* (27/06/2019), em matéria intitulada “Uneafro Brasil: Atlas da Violência, 2019”, o genocídio da juventude e das mulheres negras aumentou no país, revelando que continua o genocídio histórico da população negra. Em 2017, os dados apresentados no *Atlas da Violência* afirmam que “75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. Isto significa dizer que para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos”.

Muitos casos de assassinatos de jovens negros aconteceram no Brasil e muitos continuam como mais um número em trágicas estatísticas de violência contra tal grupo social. Marinete da Silva teve a filha, Marielle Franco (38 anos), assassinada com quatro tiros na cabeça; a mãe, acometida pela dor da perda, ainda se defende das perseguições e agressões à memória da jovem assassinada.

Para Viana (2011, p. 93), “o Estado” é, antes de qualquer coisa, masculino, ao passo que do outro lado estão figuras eminentemente femininas: mães enterradas, mães que enterram. Além de estarmos diante de uma instituição patriarcal, as mães medem forças com um Estado que de forma ilegítima tirou a vida de seus filhos. Resta às famílias, portanto, essencialmente às mães, recorrerem a meios investigativos por conta própria, para que o direito a uma defesa justa seja realmente reconhecido. Segundo Butler (2015, p. 46-47):

A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado, que com frequência não têm opção a não se recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas.

Consequentemente, para a autora, depender da proteção do Estado para que o direito à vida seja reconhecido “significa, precisamente, trocar uma violência potencial por outra” (BUTLER, 2015, p. 47). É óbvio que nem toda violência é culpa do Estado, mas quase sempre as diversas formas de violação nascem das opressões políticas estatais.

Logo, vale afirmar que mães em situação de precariedade social, sobretudo negras e moradoras de lugares periféricos e de favelas, são as que mais sofrem violências advindas do Estado. Para falar de tal realidade, a escritora Conceição Evaristo, em *Olhos d'Água*, apresenta-nos mães-negras como personagens que vivenciam a maternagem e enfrentam a dura falta de assistência do Estado com relação à falta de políticas que contemplem essas mães e seus rebentos.

Os contos de Conceição Evaristo trazem à tona a temática da maternagem em meio a um cenário de conflitos e violência. A escrita da autora está comprometida com a crítica social, com a ancestralidade e com histórias de homens e mulheres afrodescendentes marginalizados. Contudo, um ponto relevante neste estudo é a marca de autoria da escritora, pois os dramas não foram escritos sob a ótica do homem branco, mas de uma mulher negra que traz na alma os estigmas das dores e da luta permeada de resistência histórica das comunidades afrodescendentes.

Assim, falar da representação da mãe-negra na literatura é dar espaço para que mulheres mães-negras possam contar suas vivências individuais, sobretudo aquelas às quais a ma-

ternidade foi historicamente negada. De acordo Conceição Evaristo (2009), a literatura brasileira desde a sua formação esteve empenhada em atribuir um discurso pejorativo à figura da mulher negra, relegando-a ao trabalho doméstico e a objeção sexual.

Levantar questionamentos em torno da maternagem nos contos de Evaristo é abrir espaço para que a mulher negra seja ouvida e compreendida a partir de novos olhares e sentidos. Dessa maneira, as narrativas de Evaristo apresentam uma galeria de mulheres, avós, irmãs, filhas e netas que estão associadas à figura da mãe, embora cada uma apresente vivências e sentimentos individuais.

A literatura tradicional pouco deu notoriedade à temática da maternagem, e, quando a pensou, teve como modelo as mulheres brancas. Em se tratando das negras, pensou-se nelas apenas como cuidadoras dos filhos alheios e como serviçais. Nesse sentido, Evaristo (2005, p. 53) argumenta que:

Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, em suas diversas épocas e gêneros, nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra. Quanto à mãe-preta, aquela que causa comiseração ao poeta, cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus. Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e, portanto, perigosas.

Como exposto, a forma como a literatura apagou a figura da mãe-negra só reforça o mito social em torno dos personagens estereotipados, o que significa que a literatura tem uma significativa relação de poder e tem contribuído para o fortalecimento dessas representações negativas, bem como para o distanciamento desses grupos dos discursos literários.

Nos contos de Evaristo, nos deparamos com Natalina, mulher subalterna, descrita com um olhar da “janela de dentro da favela”, não do lado de fora, como faziam os escritores que não conheciam profundamente os seus personagens, especialmente “esses grupos marginalizados”, os quais os escritores fizeram questão de manter a distância. Segundo Regina Dalcagnè (2008, p. 79):

Na narrativa brasileira contemporânea é marcante a ausência quase absoluta de representantes das classes populares. Estou falando de produtores literários, mas a falta se estende também a personagens. De maneira um tanto simplista e cometendo alguma (mas não muita) injustiça, é possível descrever nossa literatura como sendo a classe média olhando para a classe média. O que não significa que não possa haver aí a boa literatura, como de fato há, mas com uma notável limitação de perspectiva.

Dessa forma, é necessário pensar a literatura nos mais diversos sentidos e expectativas, tendo em conta as representatividades dos grupos marginalizados, como os das mulheres e mães-negras. Em suma, precisa-se de outros olhares, vozes e representatividades. Quem pode-

ria, por exemplo, falar pelas mães-negras? Embora tenhamos escritores solidários às questões sociais desse grupo, é necessário termos outras perspectivas, principalmente de quem “vive na pele” aqueles problemas sociais.

Por isso, as narrativas de Conceição nos seduzem tanto. A autora, além de mulher-negra advinda da favela, conhecedora dos problemas sociais da comunidade, nos apresenta uma perspectiva que não conseguimos apreciar em outros contos e romances tradicionais, embora apresente também personagens nas mesmas condições sociais, pois o diferencial está justamente no olhar de dentro da favela.

Esse mesmo olhar nos coloca diante das diversas formas de matinar, de personagens que nos são apresentadas e moldadas pelas mãos de uma mulher-negra, que vivenciou a maternagem e pode confrontar com propriedade a opinião formada pela sociedade patriarcal, bem como nos enveredar nos reais sentidos da maternidade sem cair nas armadilhas das idealizações.

Dito isto, a literatura de autoria feminina negra propõe combater o poder hegemônico, no sentido de desconstruir o mito social em torno da “figura da mulher”, contribuindo com novas perspectivas e outros entendimentos, de forma democrática e, principalmente, dando voz às mulheres negras, que por longo tempo tiveram pouca representatividade na literatura.

Assim, para Helena Parente Cunha (1999, p. 11):

[...] a literatura tem sido um dos grandes instrumentos conscientizadores. Desde as vozes pioneiras que, na poesia do início do século se assumiram como “transgressoras” (Columbina, Gilka Machado, Pagu) até os nossos dias, a literatura vem dando voz à nova consciência da mulher, não só em relação a si mesma, (aprisionando-a), mas também em relação a sua tarefa na construção da história, mesmo que se realize oculta e anonimamente, através de seu “desimportante” agir do dia-a-dia concreto, onde o real se perpetua.

Como visto acima, a literatura de autoria feminina negra tem contribuído para um novo olhar e uma nova consciência sobre o “ser mulher”, não obstante saibamos que temáticas como a maternidade são extremamente complexas devido ao campo social, cultural e religioso que a cerca. Desse modo, podemos afirmar que a análise de textos literários como os propostos nesta pesquisa poderá encaminhar debates e discussões importantes em torno de outras temáticas que questionem o poder patriarcal. De acordo com Cristina Stevens e Vânia Vasconcelos (2011, p. 79):

Percorrendo as páginas da literatura afro-brasileira de autoria feminina encontramos facilmente a diversidade e complexidade na apresentação da função materna. As imagens vão muito além do estereótipo, revelando possivelmente uma inspiração que cruza a observação de uma realidade não mitificada, ou seja, o exercício da ma-

ternidade frequentemente em meio ao caos social e ao preconceito [...].

Nas produções da escritora Conceição Evaristo, a figura da mãe negra também deixa de ser uma “caricatura da ficção brasileira” e passa a ter o direito de afirmar a maternidade de mulheres negras, revisitando diversas personagens, como Natalina, Duzu-Querença, Maria e Luamanda, que vivenciaram a maternidade em situações bem diferentes das representações que por muito tempo ornaram o imaginário social.

I.6 Representatividade dos grupos marginalizados na literatura

Neste trabalho, nos reportamos à representatividade dos grupos marginalizados na literatura contemporânea, a fim de questionar o modo como os personagens negros acometidos pela violência e marcados pelos estereótipos foram representados nas narrativas da chamada “alta literatura”.

Nos contos de Conceição Evaristo, nos deparamos com grupos de mulheres e homens subalternos que, mesmo em condições degradantes, têm voz e representatividade. Essa é uma característica peculiar nas narrativas da escritora, pois embora os personagens sejam acometidos pela violência e pelo crime, eles não são destituídos de humanização, um ponto marcante na escrita evaristiana.

Conforme Sérgio Gonzaga (1981), o termo “marginal” se refere à literatura voltada para os problemas típicos das periferias dos grandes centros urbanos. O crítico nos apresenta o conceito do ponto de vista social, sinalizando com ele todas as pessoas que ficaram à margem da sociedade, ou seja, que não foram contempladas com o processo de desenvolvimento social. Nesse contexto, esses sujeitos sociais foram inseridos na máquina de exclusão que fabrica o bandido, a prostituta, o menor abandonado e as demais categorizações consideradas marginalizadas.

Partindo dessa premissa, outros conceitos de marginalização se popularizaram e permitiram que determinados grupos, sobretudo no âmbito da literatura, se reconheçam como artistas, escritores ou poetas marginais, uma vez que não se encaixam nos padrões da considerada “alta literatura”, tampouco têm voz para ter representatividade nas narrativas, principalmente naquelas narradas pela elite literária.

Nesse sentido, para Dalcastagnè (2008, p. 78), os grupos marginalizados são:

[...] todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valorização negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério.

Percebemos, assim, que a literatura marginal começa a ter um pouco mais de visibilidade, haja vista o seu próprio caráter de insubordinação. É nesse contexto que começam a aparecer as produções de artistas que tiveram a ousadia de resistir e usufruir não só do direito à leitura, mas também da escrita literária, que nascia a partir das vivências nas periferias.

Um grande exemplo foi o da escritora Carolina Maria de Jesus, que, embora desautorizada pela elite literária, rompeu com a padronização e escreveu *Quarto de Despejo*. Também não podemos esquecer de Paulo Lins, com *Cidade de Deus* (1997), e Ferréz, com *Capão Pecado* (2000), entre outros trabalhos que deram voz aos anônimos dos becos das favelas com seus projetos insubordinados e marginais:

[...] não somos movimento, não somos os novos, não somos nada, nem pobres, porque pobre segundo os poetas da rua é quem não tem as coisas. Cala a boca, negro e pobre aqui não tem vez! Cala a boca! Cala a boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral agora a gente escreve. Quem inventou o barato não separou entre literatura boa/feita com caneta de ouro e literatura ruim/escrita com carvão, a regra é só uma mostrar as caras (FERRÉZ, 2005, p. 09).

O interessante dessa escrita insubordinada é que os escritores da periferia, ditos marginais, estão à margem de uma literatura de elite e resolveram escrever mesmo sem autorização, criando seus próprios espaços coletivos para fazer uma literatura que é narrada com a voz dos próprios autores. Isso só fortalece e incentiva os demais, que não acreditavam que poderiam produzir literatura por não estarem dentro do sistema hegemônico, ou seja, em um cenário formado por padrões que certamente engessam a literatura advinda de outros espaços, principalmente da rua e da periferia. Para Regina Dalcastagnè (2008, p. 81):

O campo literário reforça esta situação, através de suas formas de consagração e de seus aparatos de leitura crítica e interpretação. Afinal, “todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende que o outro não é”, ou seja, a valoração sistematicamente positiva de uma forma de expressão, em detrimento de outras, faz da manifestação literária o privilégio de um grupo social.

Essa visão cristalizada acaba por bloquear a diversidade e fecha as portas para os novos sentidos do fazer literário. Nesse contexto, faz-se necessário conhecer outras produções, outras visões e espaços, bem como outras vivências sociais, outros posicionamentos a partir de ângulos diferentes dos quais estamos habituados a enxergar. Não podemos permitir que, além do abandono econômico e das privações de oportunidades igualitárias, esses sujeitos também sejam impedidos de falar de suas próprias mazelas sociais.

Outro problema que também deve ser discutido são os estereótipos que ajudam a disseminar uma visão preconceituosa sobre a representação dos grupos marginalizados. Não se pode negar as diversas manifestações sociais e a importância da literatura para combater os mecanismos de opressão social. A literatura ficcionaliza a realidade, portanto, não podemos ficar inertes ao entendimento do mundo real, tampouco relegarmos os escritos a uma visão apequenada da realidade, sem considerar as vivências e os fatores determinantes e projetados pelas relações de poder.

A inserção de personagens nas narrativas também passa pelo crivo do preconceito, posto que suas vivências e dramas são frequentemente falseados, bem como ridicularizados, o que comprova que muitos escritores disseminam o mesmo ponto de vista da sociedade opressora, reforçando ainda mais a visão excludente e preconceituosa sobre esses grupos marginalizados, que já são extremamente penalizados pelo poder dominante.

Segundo Bhabha (1998, p. 117):

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do outro permite), constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais.

Nesse sentido, a representação do estereótipo pode contribuir para a perpetuação do preconceito, sobretudo de raça, classe social e cultura, excluindo determinados grupos sociais, impondo-lhes uma visão única de sua identidade. Sobre isso, Bourdieu (2008, p. 112) menciona que:

O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisões comuns e, portanto, uma visão única de sua identidade (este ser-percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros) [...].

Logo, certa representação acaba legitimando percepções sobre determinados grupos e culturas, anulando qualquer possibilidade desses agentes serem percebidos socialmente e tampouco serem vistos como distintos. Em outras palavras, isso se torna preocupante, pois o discurso e a leitura que se tem dos grupos marginalizados são quase sempre condicionados pelos estereótipos sociais.

O distanciamento da realidade desses sujeitos sociais pode funcionar como mecanismo de silenciamento dessas camadas menos favorecidas. Por isso, a importância de dar voz e representatividade aos grupos invisibilizados ou que não sejam sufocados pelos que são autorizados a falar e escrever. Nessa perspectiva, Spivak (2010, p. 78) lança a seguinte pergunta: “Com que voz-consciência o subalterno pode falar?”.

Difícilmente, o sujeito subalterno pode falar se ele não tem representatividade. Como todo segmento social, seja político, seja religioso, os sujeitos optam por se organizar para efetivar suas representações ou até mesmo seus interesses enquanto comunidade. Na literatura, essa representação não é diferente: embora os polos inversos tendam a medir forças, é necessário que os grupos marginalizados no coletivo encontrem mecanismos para combater a hegemonia cultural por onde a censura se estabelece. Para Bourdieu (2008, p. 132):

Esta censura estrutural se exerce por intermédio das sanções do campo que operam como um mercado onde se formam os preços das diferentes modalidades de expressão; ela acaba se impondo a todos os produtos de bens simbólicos, inclusive o portavoz autorizado cuja fala de autoridade está, mais do que qualquer outra, submetida às normas do decoro oficial, condenando os ocupantes das posições dominadas às alternativas do silêncio ou do palavreado escandaloso.

Esse controle do discurso referido por Bourdieu é uma forma de impedir que o sujeito fale, mantendo assim sua posição de dominado e fazendo com que o discurso dessas pessoas seja contido em nome dos que são autorizados a se expressar. Dessa maneira, a censura se estabelece e contribui para que os espaços sejam categoricamente hierarquizados, dividindo e reforçando a ideia de que só podem falar os que têm autorização para tal, condenando uma parte da sociedade, sobretudo a marginalizada, ao silenciamento.

Essa mesma linha de julgamento perpassa a literatura, dando aos privilegiados a autorização para escrever, publicar e discursar de acordo com os códigos linguísticos consagrados. Por isso, muitas vezes a sociedade coaduna com o discurso dominante e reforça a ideia de que os sujeitos considerados iletrados não têm legitimidade para publicar produções que não passem pelo crivo dos autorizados. Sobre isso, Bourdieu (2008, p. 121) declara que:

Os dominados tomam o partido do discurso e da consciência, até mesmo da ciência, uma vez que só podem se constituir em grupo separado, mobilizando-se e mobilizando a força por eles detida em estado potencial, sob a condição de questionarem as categorias de percepção da ordem social as quais, sendo o produto dessa ordem, lhes impõem o reconhecimento dela, e, portanto, a submissão.

A luta através de mobilizações possui, portanto, um sentido revolucionário e pode estremecer a ordem estabelecida. O discurso social passa verdadeiramente a defender um posicionamento que enfrenta a posição de inferioridade em que foram alocados os subalternizados. No entanto, esse entendimento só é possível se os sujeitos sociais, ainda que estigmatizados, forem resistentes em seus espaços para negar determinados conceitos e representações.

Por conseguinte, as produções consideradas marginalizadas são importantes instrumentos de luta contra o poder hegemônico, embora esses escritos das margens não tenham o prestígio literário dos escritores considerados “proprietários do conhecimento”. Em suma, são

fundamentais para a constituição de novos grupos capazes de enfrentar o que é produzido nos limites das instituições e assim possam desenvolver novos escritos, que contemplem outras nuances e que estejam ao alcance de todos.

Para Michel Foucault (1996), as instituições “cerca[m]-os de um círculo de atenção e silêncio, e lhes impõe[m] formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância”. Essa visão hierarquizada da literatura foi consagrada, dando aos escritores autorizados “superpoderes” para anunciar seus discursos. Segundo Roland Barthes (2007, p.31), os escritores eram os proprietários da linguagem, “somente eles, com exceção dos pregadores e dos juristas”, tinham autoridade para falar, ou seja, um determinado grupo, majoritariamente formado por homens, detinha em diversos graus a linguagem da nação.

Às margens desse grupo seletivo e fechado, temos outros grupos considerados marginalizados, que também ousaram escrever, uma vez que se entende que a literatura é um direito de todos. Mesmo reféns do discurso autorizado, os escritores das margens tomam posse de suas próprias representações à medida que se organizam e de forma independente publicam seus textos. Dessa maneira, Barthes (2007, p. 36) nos apresenta conceitos distintos sobre o que ele intitula de produção do escrevente e do escritor:

A produção do escrevente tem sempre um caráter livre, mas também um pouco “insistente”: o escrevente propõe à sociedade o que a sociedade nem sempre lhe pede: situada à margem das instituições e das transações, sua palavra aparece paradoxalmente bem mais individual, pelo menos em seus motivos, do que a do escritor: a função do escrevente é dizer em toda ocasião e sem demora o que ela pensa e basta, acredita ele, para justificá-lo; de onde o caráter crítico, urgente, da palavra escrevente: ela parece sempre assinalar um conflito entre o caráter irreprensível do pensamento e a inércia de uma sociedade que reluta em consumir uma mercadoria que nenhuma instituição específica vem normalizar.

Essa divisão entre o escritor e o escrevente, definida por Roland Barthes, vem reforçar a visão de que existe uma certa distância entre determinados grupos sociais. De um lado, aqueles que detêm o poder sobre os discursos literários e são nomeados como escritores. Por outro lado, aqueles denominados escreventes e que não se enquadram nessa corporação. Um grande exemplo dessa hierarquização são as obras classificadas como canônicas e as não canônicas: as primeiras têm prestígio, por obedecerem às normas; as últimas estão às margens, por não atenderem ao padrão de normatização.

Diante disso, muitos se mantiveram como escreventes das margens, mas sendo livres para produzir textos que, ao contrário do que fazem os escritores autorizados, estão fora dos domínios institucionais. Os escreventes preservam, portanto, uma maior liberdade no uso da palavra para criticar a realidade sem amarras, procurando manter uma estreita relação entre a

escrita e o meio. Afinal, de acordo com Barthes (2007, p. 21), “ninguém pode escrever sem tomar apaixonadamente partido”.

I.7 Espaços de exclusão na literatura

Na perspectiva geográfica, temos a definição de Milton Santos (2006) sobre o espaço como um conjunto de objetos que são manuseados de acordo com as ações humanas e como estas transformam o meio natural e social, ou seja, “o espaço são formas mais a vida que as anima”.

Nesse sentido, cumpre falar de vidas que ocupam os espaços nas narrativas literárias. Para tanto, daremos foco ao espaço da periferia, com a degradação dos personagens nas narrativas de Conceição Evaristo. Além disso, teremos como ponto de partida o espaço-favela, sucessora do cortiço, cuja origem remonta às primeiras décadas do século XX. Conforme Valadares (2000, p. 7):

[...] o cortiço era tido como um antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como espaço por excelência do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico-higienista foram seguidas por medidas administrativas.

Assim, o cortiço se proliferou e ganhou uma nova configuração social, as chamadas favelas, que, embora fortemente vítimas do discurso higienista, receberam caráter de comunidade organizada. No entanto, foram vistas desde logo como uma ameaça à ordem moral e social, por suas características e pela persistência em se tornarem autônomas. O forte simbolismo de resistência se fortaleceu a partir do imaginário herdado da comunidade de Canudos, que se organizou no sertão nordestino, com o propósito de resistir às várias formas de opressão social, inclusive ao poder do Estado, tendo como grande líder o beato Antônio Conselheiro².

Logo, os cortiços passaram a ser as novas favelas, para nomear um espaço não autorizado e desorganizado, bem como o lugar para agregar uma parcela da população menos favorecida que tenta sobreviver diante de precárias condições de vida.

² Segundo Villa (1992), Antônio Vicente Mendes Maciel era natural de Quixeramobim, caixeiro, dono de armazém, professor, rábula e beato, peregrino no sertão durante 20 anos, construtor de igreja e capelas, fundador e organizador da comunidade de Canudos.

É nesse contexto de abandono que se configura o destino dos negros no nosso país, advindo do sistema escravocrata e sem nenhuma estrutura, tampouco políticas de moradia. Afinal, quem se encontra nesses espaços periféricos são pessoas que têm ali a única forma de dar continuidade a seus projetos de vida. De acordo com Lélia Gonzalez e Carlos Hosenbalg (1982, p. 15):

Desde a época colonial aos dias de hoje a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc; até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

É necessário reconhecer, por conseguinte, que os negros foram descartados como “sobras” em espaços degradantes, provenientes de um sistema escravocrata. Em suma, foi o que restou para essa população, que recebeu de herança do passado moradias indignas, similares ao desconforto das senzalas, e que foi submetida aos desmandos da elite dominante, visto que a sociedade visivelmente nunca se livrou do preconceito e da ideia de raça que relegou ao negro posição inferior aos brancos.

A fim de compreendermos a representação de espaços de exclusão, cumpre recorrermos ao conceito de heterotopias, de Foucault (2009, p, 420), que têm, conforme o filósofo, “o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório qualquer espaço real”, ou seja, possuem uma função em relação ao resto do espaço, apesar da impressão de que algo está dentro da normalidade, enquanto há outras demandas que por detrás das estruturas mantêm o total controle sobre o espaço.

Nesse sentido, a sociedade produz heterotopias, ou seja, espaços hierarquizados, assim como as favelas, que são espaços construídos para alocar uma parte da sociedade constituída por negros, velhos e famílias que vivem em extrema pobreza. Esses espaços que sobraram para essas pessoas são reais e se definem como lugares diferentes se forem comparados a outros, sobretudo aos que têm acesso à saúde, à educação e aos serviços essenciais. O espaço do negro se configura, assim, a partir de outro, que é o da representação, do lugar que ocupam os menos favorecidos.

O espaço da favela, nas narrativas de Conceição Evaristo, é a representação de um lugar de ausências, que, embora interligado à cidade, não passa de um ambiente de degradação,

desassistido pelo poder público e marcado pelo estigma da ilegalidade, da marginalidade e da violência, que impede seus moradores de terem acesso a outros espaços que, por outras vias, já foram demarcados. Na narrativa “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, a favela é apresentada como lugar de degradação:

Nos últimos tempos na favela, os tiroteios aconteciam com frequência e a qualquer hora. Os componentes dos grupos rivais brigavam para garantir seus espaços e freguesias. Havia ainda o confronto constante como os policiais que invadiam a área. O irmão de Zaíta liderava o grupo mais novo, entretanto, o mais armado. A área perto de sua casa ele queria só para si. O barulho seco de balas se misturava à algazarra infantil (EVARISTO, 2016, p. 76).

A degradação dos espaços e de seus personagens reafirma a inexistência de políticas públicas por parte do Estado, fazendo com que os moradores do subúrbio, das favelas ou do morro fiquem em total abandono. Quando refletimos sobre o espaço geográfico como uma das formas de definir os lugares e posições sociais, percebemos que essas pessoas se veem privadas do acesso aos demais lugares. Se analisarmos o “lugar do negro” na sociedade, principalmente em países onde houve segregação racial explícita, entendia-se que esse lugar era o fundo do ônibus e que ele jamais poderia sentar ou estar em lugares públicos.

Essa situação nos parece demasiadamente desumana e cruel, contudo, se pensarmos o lugar do negro no Brasil, a situação não se alterou fundamentalmente. Em outras palavras, toma-se por natural o que se configura numa falsa representação dos espaços, sem que se reflita a partir do ponto de vista da segregação que o negro continua a sofrer, invisibilizado e sentado no fundo do ônibus, com os piores salários do mercado, e as mulheres negras limpando e lavando para os patrões.

Segundo Corrêa (2004, p. 8), “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizaram no presente como também daquelas que se realizaram no passado”. Nesse sentido, o espaço da favela, construído a partir dos confinamentos espaciais, bem como das desigualdades sociais, contribui e reforça a fragmentação dos espaços, separando-os dos grandes centros urbanos, levantando muralhas que simbolicamente fortalecem a ideia de hierarquia social.

No conto “Os amores de Kimbá”, Conceição Evaristo apresenta um personagem que é negro e morador da favela, e que não suporta a pobreza, o mau cheiro que vinha do lugar. Assim, em uma passagem da narrativa, o narrador nos apresenta um espaço que configura o nítido abandono:

Chuva na favela era um inferno. O barro e a bosta se confundiam. Os becos que circundavam os barracos se tornavam escorregadios. As crianças e os cachorros se comprimiam dentro de casa. As mães passavam o dia inteiro gritando para que os

Zeinhos sossegassem (EVARISTO, 2016, p. 87).

Nota-se que esse espaço é desprovido de qualquer tipo de assistência. Embora construído de forma desautorizada, ele faz parte da cidade, mas são negados os serviços básicos aos moradores desses lugares considerados fora dos muros dos grandes palacetes, deixando a população segregada em espaços de exclusão. Logo, tais demarcações espaciais separam e hierarquizam, negando às pessoas que vivem nesses espaços o direito tanto à cidade quanto à cidadania plena e igualitária.

Em outra passagem do texto, o personagem Kimbá demonstra que se sente livre ao sair da cercania da favela: “Cá embaixo, senti dor e alívio. Tinha conseguido sair do barraco” (EVARISTO, 2016, p. 88). Essa alusão ao espaço da cidade revela o quanto o personagem é angustiado e não se sente parte daquele ambiente. Assim, ao conhecer outros espaços que não sejam a periferia, concebe-os como uma oportunidade de sair da miséria, principalmente do morro que detestava.

Estamos diante de um grande dilema que se iniciará a partir do momento em que o personagem se descobrirá dividido entre o sentimento que nutre por Gustavo, um rapaz rico, e a paixão por Beth, pertencente a outro grupo social e prima do amigo. Embora tenha vontade de sair daquele ambiente de degradação, ele não se sente confortável, por isso surge contraditoriamente relutante entre a “dor e o alívio”. No fragmento abaixo, o personagem demonstra inquietação com relação à troca de identidade, de espaço, de gosto, e se questiona o porquê de não ser ele mesmo:

Ele detestava também ter de ser dois, três, vários talvez. Dava trabalho mudar o rosto, o corpo, mudar até o gosto. Seria tão bom se ele pudesse ser só ele, mas o que era ser ele? Era ser o Zezinho? Era ser o Kimbá? (EVARISTO, 2016, p. 89)

Trata-se de um personagem desajustado com relação ao espaço onde mora, pois, apesar de não gostar da favela e de sentir alívio quando desce o morro, também está dividido entre a dor de deixar tudo para trás, sobretudo a família e o lugar onde vive, para morar com o casal de amigos. Assim, apesar de não se sentir pertencente à favela, involuntariamente faz parte desse ambiente.

Enfim, Kimbá entende que a periferia, embora detestável, é o lugar dele e será impossível uma relação amorosa com os amigos por conta das diferenças sociais:

Ela era de um mundo que diziam não ser o dele. Gustavo também era das “altas” como dizia ele próprio às vezes, quando se referia às desavenças que tinha com os pais. Ele não podia esquecer isto. Tinha de transar no meio dos dois e ter cuidado, muito cuidado (EVARISTO, 2016, p. 93).

Kimbá estava apaixonado por Beth e nutria um sentimento amigável por Gustavo, contudo, a hierarquia social e a suposta ideia de separação de espaços prevalecem. Com efeito, as demarcações sociais eram uma preocupação para o personagem, visto que ele “não poder ser ele mesmo” (EVARISTO, 2016, p. 89). O sentimento de revolta por pertencer a um espaço de exclusão, a herança da escravidão que atormentava a vida dos seus, a dor de não suportar ver a mãe, as tias, as irmãs, o irmão e a avó relegados à exploração do trabalho doméstico, e tantas outras formas de “escravidão moderna”, levaram-no a sucumbir.

Para Bauman (2009), as pessoas que estão confinadas em lugares “involuntários”, ou seja, em áreas de exclusão, são levadas a acreditar que pertencem a determinados espaços dos quais não são autorizadas a sair. É exatamente dessa maneira que o personagem Kimbá se vê, pertencente a um “gueto involuntário”: apesar das oportunidades de sair, não se sente autorizado a fazer parte de outro mundo que não seja o dele, aquele no qual viveu desde menino, quando ainda era o Zezinho, onde “cresceu solto pelos becos do morro” (EVARISTO, 2016, p. 89).

No conto “Ei, Ardoca”, também nos deparamos com outro espaço de exclusão, o trem, que para o personagem negro e morador do subúrbio não deixa de ser um espaço onde os conflitos da vida são mais latentes, sobretudo para quem necessita utilizar tal transporte público para trabalhar e involuntariamente se submete não só aos péssimos serviços prestados, como também aos desafios constantes e próprios dos espaços de marginalização:

Cresceu em meio aos solavancos, ao empurra-empurra, aos gritos dos camelôs, às rezas dos crentes, às vozes dos bêbedos, aos lamentos e cochilos dos trabalhadores e trabalhadoras cansados. Assistiu inúmeras vezes, como testemunha cega e muda, a assaltos, assassinatos, tráfico e usos de drogas nos vagões superlotados (EVARISTO, 2016, p. 96).

O mais intrigante nesse conto é a ênfase dada ao espaço de exclusão, o trem que há anos era utilizado pelo protagonista em sua viagem e tornara-se um espaço de angústia e degradação. Em suma, sentia desespero, não conseguia se descuidar, estava sempre alerta por conta dos possíveis imprevistos que poderiam acontecer. Logo, essa passagem nos faz refletir a respeito dos espaços marginalizados, aqueles que nos dão a ideia falseada de que a comunidade menos favorecida está sendo atendida. Dessa forma, o trem não é só um espaço que transporta, mas que também separa. Nesse sentido, como mencionado por Foucault (2009), a impressão de que se tem acesso a um determinado lugar é totalmente ilusória. Na verdade, eles tendem a confinar, selecionar, individualizar, localizar os que não podem ter acesso aos mesmos lugares que os mais favorecidos.

Por sua vez, no conto “Di lixão”, iremos nos deparar com o espaço da “rua”. Nessa narrativa, o protagonista tem a mãe assassinada e vai morar nas ruas, passando a compartilhar com um amigo um lugar que nomeiam de “quarto-marquise”. “Di lixão”, nome do protagonista, é apresentado ao leitor como uma criança que dificilmente irá sobreviver num sistema de exclusão. Como morador de rua, cedo teve que aprender a lidar com as ausências de oportunidades, principalmente do poder público. Em outras palavras, sente fome, adocece e não consegue se estabelecer, uma vez que não há espaço na sociedade para quem vive abandonado nas ruas das grandes cidades. Como a história revela-nos: “Os primeiros trabalhadores passavam apressados. Di lixão teve vontade de chamar, mas silenciou o grito na garganta” (EVARISTO, 2016, p. 79).

Essa passagem nos faz refletir que na rua flui o tempo do relógio, os transeuntes estão com muita pressa, o morador de rua naturalmente é visto como uma pessoa sem rosto, sem voz, muitas vezes como um “corpo esquecido” que pode ser confundido com um entulho qualquer. Numa matéria veiculada por um jornal do Sul do país, lê-se a seguinte manchete: “Morador de rua de Porto Alegre foi recolhido por caminhão de lixo quando dormia dentro de contêiner de resíduos orgânicos”. Na narrativa evaristiana, o personagem Di lixão, morador de rua, também será confundido com um lixo qualquer, à espera de um carro da prefeitura para recolher o corpo desfalecido.

Nesse sentido, a rua, com seus múltiplos significados, pode se tornar um espaço invisível e até local propício aos enganos, à insegurança e às perversidades. Para muitos, infelizmente, a rua é um lugar onde não há acesso aos mesmos direitos à cidadania e onde não são vistos como parte da cidade, tampouco como pessoas.

No conto “Di lixão”, nos deparamos com dois espaços que foram determinantes para a degradação e precarização do personagem. O primeiro foi a casa da mãe do protagonista, onde ele sofreu vários tipos de violência, foi vítima de maus-tratos, presenciou não só o relacionamento da mãe (prostituta) com vários homens, como também foi testemunha cega do assassinato dela. Embora soubesse quem era o assassino, não o denunciou, pois se sentia vingado e “não gostava mesmo da mãe, pouca falta ela fazia” (EVARISTO, 2016, p. 78).

O segundo espaço foi a rua, que, para Di lixão, tinha pouca diferença quanto à casa da mãe, pois ambos eram vistos como lugares de violência e abandono. Afinal, “zona por zona, ficava ali mesmo. Lá fora, o outro mundo também era uma zona” (EVARISTO, 2016, p. 78).

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2007), a rua pode ter múltiplos significados: pode ter sentido de passagem, de mercado (ideia de troca), de festa, de reivindicação, norma-

tização, segregação social, de moradia (para os sem-teto) e de lugar onde a violência pode se estabelecer. Assim, no conto de Conceição Evaristo nos deparamos com vários personagens que vivem em espaços de exclusão como a rua, que, apesar da multiplicidade de sentidos, é um lugar onde são perceptíveis as hierarquias sociais que dão acesso a determinados espaços sociais:

Na rua encontra-se não só vida, mas os fragmentos de vida, é o lugar onde o homem comum aparece ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva, No movimento da rua encontra-se o movimento do mundo moderno (CARLOS, 2007, p. 51).

Nesse contexto, o personagem Di lixão não passa de um sujeito que vive na invisibilidade, morador de rua, pobre, relegado a um espaço que, como citado acima, pode ter múltiplos sentidos, onde as disputas se acentuam e se aprofundam os estigmas das diferenças sociais. Dessa maneira, notamos que, numa das passagens da narrativa, o personagem tem por um segundo vontade de pedir ajuda para os trabalhadores que passavam apressados, mas, ao mesmo tempo, reluta e desiste. Em outras palavras, “Di lixão teve vontade de chamar um deles, mas silenciou o desejo na garganta” (EVARISTO, 2016, p. 79).

Em síntese, para Lefebvre (2006, p. 11), “esse espaço homogêneo se fragmenta”, ou seja, produz rupturas, fazendo com que os grupos se separem, produzindo diversos tipos de espaço, inclusive dos que vivem às margens da sociedade, como os moradores de rua. Ademais, o espaço da rua também é um local de desordem e conflito, bem como o lugar por onde muitas pessoas transitam, mas estes acabam sendo confinados em “guetos” separados, dispersos e até mesmo desumanizados. Em suma, para muitos a rua é um lugar de passagem, de comércio, até mesmo de encontros, todavia, para Di lixão, esse espaço tem sentido de decadência, desassistência, solidão, desconfiança, insegurança e morte.

A esse respeito, Foucault (1987, p. 171) esclarece que o espaço tende a “Individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes”. Nesse sentido, ao analisarmos as causas que levaram Di lixão a morar nas ruas, nota-se que o espaço (rua) era a extensão da omissão que já vivia em casa, a falta de uma moradia adequada, ausência de condições para que a mãe pudesse criar o filho. Em outros termos, para o personagem não fazia muita diferença ter um lar ou morar nas ruas, pois era possível que as ruas – apesar da insegurança e do medo – ainda fossem um lugar onde teria chances de sobrevivência.

Assim, a rua passa a ser um lugar de inclusão, enquanto a casa era um espaço brutal, em que o menino estava exposto aos castigos e a outras formas de violência. Contudo, pesan-

do no compromisso do Estado para com seus cidadãos, é visível que tanto a mãe quanto Di lixão foram vítimas da negligência do poder público.

Nesse contexto, apesar de o Estado ser um dos maiores responsáveis pela situação de marginalização, usa-se do poder para culpabilizar a família e muitas vezes punir os corpos ou privá-los do direito a conviver com os “cidadãos do bem”. Isto é o que Foucault (1987) denomina de “docilidade dos corpos”, ou seja, faz-se com que a população que vive às margens seja aos poucos eliminada dos espaços que foram construídos, para que assim se adéquem às regras estabelecidas pela sociedade dominante.

Por conseguinte, “estar nas ruas” era para Di lixão um meio de resistência e umas das poucas alternativas que tinha mediante o sistema opressor que confina os corpos e espaços sociais, com a intenção de os separar. Tudo isso com base num imaginário social que historicamente foi demarcado por uma sociedade majoritariamente branca e racista.

Em suma, as narrativas de Conceição Evaristo nos impressionam por sua insubordinação, pois, embora acometidas pelos conflitos que afetam a população negra, elas nos apresentam homens e mulheres negras como protagonistas de suas próprias histórias e que rompem com os estereótipos da “alta literatura”.

CAPÍTULO II

A VIOLÊNCIA E A MATERNAGEM EM SEIS CONTOS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Este capítulo tem como foco temático a violência e a maternagem em seis contos da escritora Conceição Evaristo. A obra selecionada para esta análise é *Olhos d'Água* (2016), livro de contos que recebeu o prêmio Jabuti no ano de 2015. Dos quinze contos do livro, seis deles foram selecionados para trabalharmos a temática da violência e a maternagem: “Ana Davenga”, “Duzu-Querença” “Maria”, “Quantos filhos Natalina teve?”, “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos” e “Di lixão”.

Os seis contos escolhidos para análise são narrativas de mulheres, homens, crianças, vítimas das mais diversas formas de materialização do preconceito, discriminação, violência física e simbólica. Esses contos relatam os dramas cotidianos das personagens, em sua maioria expostas à segregação social, assassinatos, violência sexual, linchamento, balas perdidas, abandono, entre outras formas de marginalização. Em suma, os contos foram escolhidos não só porque narram a experiência individual das personagens pretas, mas também porque nos trazem reflexões sobre a vivência coletiva dos grupos que vivem em situação de vulnerabilidade.

Para abordar a temática da violência e da maternagem nas narrativas de Conceição Evaristo, será necessário trabalhar conceitos discutidos e considerados por alguns autores, como Pierre Bourdieu, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, entre outros, que possuem pontos de vista diferentes, sobretudo em relação à legitimidade dada ao grupo que tem o lugar de fala. Para tanto, as temáticas serão exploradas dentro do campo da representação do poder simbólico, não só da perspectiva de gênero, como também de classe e raça.

A violência sempre esteve presente na história do povo brasileiro, sendo associada por grande parte da sociedade à criminalidade, embora esse vocábulo tenha sentido amplo e vá além desse mero significado. De acordo com o dicionário *Houaiss* (2001, p. 2866), violência é o cerceamento da justiça e do direito; coação, ou seja, sujeitar alguém a fazer alguma coisa pelo uso da força, opressão, tirania.

Para Maria Cecília de Souza Minayo (2006, p. 13):

No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro e de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas soci-

ais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Há violências toleradas e há violências condenadas.

Nesse sentido, para a autora, a violência está relacionada ao poder e ao uso ilegítimo da força. A sociedade que cria a “política da boa vizinhança” é a mesma que se alimenta dos conflitos e, de forma imperceptível, mantém o controle sobre os corpos, fazendo com que as pessoas se submetam a determinadas normas sociais. O Estado ou os agentes do poder constituído utilizam-se de uma imperceptível violência para se apropriarem de forma desigual de determinadas riquezas e conhecimentos, ou seja, grupos específicos reproduzem desconformidades entre os privilegiados e marginalizados.

Em outras palavras, compreendemos que tal cenário se esclarece também ao observarmos que, na história da humanidade, há manifestações individuais e coletivas permeadas de violência. Segundo Jean Claude Chesnais (1981), durante todo o período histórico foram registradas diversas formas de violência, em diferentes épocas e grupos sociais. Assim, o autor nos encaminha diferentes conceitos para explicar as diversas formas de violência existentes, como, por exemplo: a violência física, que está diretamente relacionada à agressão física; a violência econômica, que concerne à desapropriação dos bens contra a vontade do proprietário, sendo utilizadas a força e a repressão como instrumentos de violência; e, por fim, a violência simbólica, que diz respeito à violação dos direitos do outro, e pode ser entendida como a violência aliada às questões culturais.

Percebe-se, portanto, que não é simples a maneira de interpretar e definir a violência, pois muitos conceitos têm sido estudados para identificá-la, de hábitos a práticas pedagógicas que, por longos anos, foram passados de geração a geração. No livro *Escritos de Educação*, organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, Pierre Bourdieu (2007) reflete sobre a violência simbólica, identificada com os mecanismos sutilmente utilizados por setores privilegiados, a fim de legitimar determinada crença, pensamento ou tradição. Assim, a sociedade, de forma involuntária, reproduz o padrão e os costumes sociais.

Nessa perspectiva, a violência tem sido vista como um fenômeno com diversas faces, que não só pode atingir a integridade física de uma pessoa, como também a psicológica, emocional e simbólica de determinados grupos sociais em suas mais diferentes esferas. Cabe notar, então, que a violência perpassa tanto espaços públicos quanto espaços privados e que, além disso, as estruturas sociais passam por um processo de aceitação e legitimação de práticas naturalizadas, principalmente a violência contra os grupos étnicos, contra mulheres, crianças e menos favorecidos.

Em suma, a violência é um tema presente em toda a obra de Conceição Evaristo. Logo, daremos também enfoque à maternagem nos seis contos selecionados, partindo da premissa de que os espaços da rua, periferia, os ambientes domésticos são lugares de dominação masculina e tendem a segregar determinados grupos sociais, bem como fortalecer os ideais propostos pela sociedade patriarcal.

II.1 A violência física e simbólica em “Ana Davenga”

Em “Ana Davenga”, conto originalmente publicado em *Cadernos Negros*, em 1995, Conceição Evaristo nos apresenta a personagem Ana, uma jovem mulher negra que se apaixona por Davenga, um homem envolvido com negócios ilícitos. O casal se conhece numa roda de samba e, desde então, resolve viver junto numa casa descrita como uma espécie de quartel-general, onde eram confabulados todos os serviços ilícitos do grupo comandado pelo Davenga.

A narrativa nos dá poucas informações sobre a vida de Ana, contudo, nota-se a flagrante submissão e a relativa felicidade em meio aos conflitos e angústias, marcando em definitivo a personagem. Inicialmente, o narrador nos apresenta a festa de aniversário de Ana, uma surpresa preparada por Davenga e seus amigos. Porém, a ausência do companheiro era motivo de tensão e preocupação para a personagem:

As batidas na porta ecoaram como prenúncio de samba. O coração de Ana Davenga naquela quase meia-noite, tão aflito, apaziguou um pouco. Tudo era paz então, uma relativa paz. Deu um salto da cama e abriu a porta. Todos entraram, menos o seu. Os homens cercavam Ana Davenga. As mulheres, ouvido o movimento vindo do barraco de Ana, foram também. De repente, naquele minúsculo espaço coube o mundo (EVARISTO, 2016, p. 21).

Convém esclarecer que o conto é narrado em terceira pessoa, por um narrador que revela aos poucos os conflitos violentos. Nesse sentido, durante a narrativa da festa de aniversário de Ana, à medida que a personagem se demonstra aflita, devido à ausência do companheiro, o narrador dá conta de relatos que se sucederam na vida do casal, dos segredos revelados à companheira, dos serviços ilícitos e até mesmo de outros relacionamentos amorosos de Davenga.

Embora seja também uma história de amor, a narrativa é marcada por violências, mas Ana é incapaz de reconhecer o poder simbólico e a dominação masculina que a cercam. Assim, a personagem acaba por aceitar a submissão imposta pelo companheiro.

Interpretamos tal cenário a partir dos apontamentos de Pierre Bourdieu (2014), que o define como “violência suave”, isto é, nem sempre é percebida e pode estar internalizada nas próprias normas sociais, passando por um processo de consentimento. Trata-se de uma violência invisível às suas próprias vítimas e que interfere nas estruturas mentais e emocionais delas, contribuindo para uma visão alienada de mundo. Conforme a narrativa, podemos perceber que a personagem não se dá conta da violência sofrida:

Depois de um certo tempo, Davenga comunicou a todos que aquela mulher ficaria com ele e nada mudaria. Ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles. Ele, entretanto, queria dizer mais uma coisa: qualquer um que bulisse com ela haveria de morrer sangrando nas mãos dele feito porco capado (EVARISTO, 2016, p. 22).

Nessa passagem do conto, é possível perceber certo consentimento por parte dos personagens, sobressaltando-se ao leitor a “doce violência”: Ana está na posição de dominada, não há necessidade de se impor violência física para que a personagem entenda qual é o seu lugar naquele contexto. De acordo com Bourdieu (2014, p. 60), “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos”, ou seja, não precisa de coação física, visto que o poder simbólico já está incorporado nas mais diversas formas de representação.

Com efeito, a dominação masculina também é muito latente na narrativa, isto é, evidencia-se que Ana, logo que chegou à casa, não foi bem recebida pelos companheiros de Davenga, do que se infere que a presença de uma mulher dentro do “quartel-general” era vista como uma ameaça para o grupo:

O barraco de Davenga era uma espécie de quartel-general, e ele era o chefe. Ali se decidia tudo. No princípio, os companheiros de Davenga olharam Ana com ciúme, cobiça e desconfiança. O homem morava sozinho. Ali armava e confabulava com os outros as proezas. E de repente, sem consultar os companheiros, mete ali dentro uma mulher (EVARISTO, 2016, p. 22).

Nesse trecho da narrativa, observamos, pelos apontamentos de Pierre Bourdieu (2014), que a ordem masculina é uma herança patriarcal inscrita nas coisas, nos corpos das pessoas e presente nas diversas formas de organização social, nos “rituais coletivos ou privados”. Conforme a narrativa: “Não era do agrado deles aquela mulher dentro do quartel-general do chefe, sabendo de todos os segredos” (EVARISTO, 2016, p. 24). Dessa forma, é explícita no conto a presença marcada dos lugares definidos como tipicamente masculinos, os quais as mulheres são impedidas de acessar.

É importante destacar que, ainda segundo Bourdieu (2014), essas invertidas silenciosas e imperceptíveis, por parte de um sistema hierárquico e masculinizado, preparam as mu-

lheres para naturalizar e não questionar as prescrições arbitrárias, contribuindo com uma ideia conformista de seu lugar de subalternização.

A dominação masculina é visível no discurso de Ana, que vai se acentuando desde o primeiro momento em que aceitou morar com Davenga. Com efeito, decide não só usar o sobrenome, como também marcar o corpo com o nome do companheiro: “Resolveu então que a partir daquele momento se chamaria Ana Davenga. Ela queria a marca do homem dela no seu corpo e no seu nome” (EVARISTO, 2016, p. 26-27).

Verifica-se em Ana a submissão feminina em relação a Davenga, pois a personagem sente necessidade de incorporar o sobrenome do companheiro para ser reconhecida na sociedade. Essa prática continua forte, porque se estabelece como norma cultural que vem desde a história patriarcal, o que deixa em evidência que a ideia de casamento, para Ana, ainda está vinculada às tradições patriarcais, segundo as quais a mulher é “propriedade” do marido. Isso contribui para fortalecer o pensamento de que o homem tem total autoridade sobre sua companheira.

Nesse sentido, para Sueli Carneiro (2020), filósofa e ativista negra, o combate das mulheres, em geral, movimenta-se a superar não só as desigualdades construídas a partir da proeminência do sexo masculino, como também implica a necessidade de enfrentar outros fatores estruturantes na sociedade, como o racismo, que coloca as mulheres negras numa posição de subalternidade em relação aos “grupos étnicos dominantes”.

Ademais, convém destacar que o conto põe em cena Maria Agonia, uma personagem que no passado se envolvera amorosamente com Davenga e, diferentemente de Ana, demonstra-se insubmissa e se recusa a morar com ele: “Vê só se ela, crente, filha de pastor, instruída, iria deixar tudo e morar com um marginal, com um bandido? Davenga se revoltou” (EVARISTO, 2016, p. 28). Essa recusa foi recebida por Davenga como uma afronta à sua “honra”, a ponto de utilizar-se de comportamentos violentos para afirmar sua virilidade masculina:

Não havia de ser nada. Tinha alguém que fazia o serviço para ele. Dias depois, a seguinte manchete aparecia nos jornais: “Filha de pastor apareceu nua e toda perfurada de balas. Tinha ao lado do corpo uma bíblia. A moça cultivava o hábito de visitar os presídios para levar a palavra de Deus” (EVARISTO, 2016, p. 28).

No livro *A Dominação Masculina*, Pierre Bourdieu (2014, p. 76) reforça o questionamento de que a “virilidade é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança)”. Cabe, pois, ressaltar que Davenga utiliza-se da violência como uma forma de solucionar os conflitos na relação amorosa e garantir a virilidade.

Diante do exposto, é imprescindível afirmar que a violência, tanto direta quanto simbólica, é latente nessa narrativa, afinal, as personagens demonstram-se alvos dos padrões influenciados por modelos de gênero, raça e pelas relações desiguais de poder, das quais as mulheres, sobretudo negras, são vítimas, seja da dominação masculina ou de outras ideologias, como o racismo e o sexismo. Assim, Ana Davenga e Maria Agonia, por exemplo, apesar dos diferentes contextos de dominação, têm muito em comum, pois ambas são mulheres silenciadas.

Grada Kilomba (2019), escritora e teórica negra, afirma que as mulheres negras são afetadas por diversas formas de opressão, haja vista que historicamente vivenciaram primeiro a opressão relacionada à raça. Em vista disso, temos um conceito ainda mais complexo a questionar que o gênero não é o único pressuposto de partida para se pensar a opressão das mulheres, sobretudo das negras, porque estas vivenciam não apenas o sexismo, mas também enfrentam o racismo.

Como assinala Ruben George Oliven (2010, p. 10), “assim como a violência se constitui em mecanismo de dominação por parte das classes dominantes, ela se transforma cada vez mais em estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas”. No conto em análise, Ana, por exemplo, na condição de subalterna, opta por viver com Davenga, mesmo sabendo das suas atividades ilícitas:

Ana sabia bem qual era a atividade de seu homem. Sabia dos riscos que corria ao lado dele. Mas achava também que qualquer vida era um risco e o risco maior era o de não tentar sobreviver (EVARISTO, 2016, p. 26).

Nesse contexto, ganha destaque o ponto de vista do marginalizado, de quem se envolve ou é conivente com negócios ilegais, como uma estratégia de sobrevivência em um cenário de desigualdades sociais latentes. Para Oliven (2010, p. 18), no entanto, “isto não nos deve, naturalmente, fazer cair no engodo de imputar mecanicamente a criminalidade à pobreza”, visto que nem todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social usam da delinquência como meio de sobrevivência.

A passagem em que Davenga assalta um deputado deixa em evidência o ponto de vista do marginalizado, que, por sua vez, cobra do político o direito de ter acesso a bens materiais dos quais os subalternizados foram privados:

Pois é doutor, a vida não tá fácil! Ainda bem que tem homem lá em cima como o senhor defendendo a gente, os pobres. - Era mentira. - Doutor, eu votei no senhor, - Era mentira também. - E não me arrependi. Veio visitar a família? Eu também tou indo ver a minha e quero levar uns presentinhos. Quero chegar bem-vestido, como o

senhor (EVARISTO, 2016, p. 24).

Diante de tal passagem, cabe recorrer novamente a Oliven (2010), para quem a violência não é praticada somente para recuperar bens econômicos, mas também se constitui em uma disposição política, uma vez que se busca, por parte dos subalternos, resgatar e se apropriar daquilo que lhe foi socialmente negado. Outra contribuição válida é a da pesquisadora Regina Dalcastagnè, quando afirma que a violência “é justamente a forma de inserção daqueles que têm negado o acesso aos bens de consumo. E é aí que os diferentes mundos se cruzam” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 120).

Pode-se, então, assegurar que ambas as personagens (Davenga e o deputado) se alimentam da mesma violência, contudo, de lados antagônicos. De um lado, temos o privilegiado, detentor dos bens de consumo; do outro, o marginalizado, que não tem acesso a esses bens. Essa construção social é fortemente simbolizada pelo deputado, na posição de “homem de bem”, e por Davenga, na posição de “homem do mal”. Logo, nos faz refletir e olhar o espaço urbano tanto na perspectiva social do privilegiado quanto na do marginalizado.

No conto em questão, as personagens vivem em estado de guerra, em constante tensão e no perigo da morte violenta. Com efeito, o desfecho do conto é o momento mais contundente, cujo fim trágico encaminha a uma cena demasiadamente chocante:

Já estavam para se explodir um no outro, quando a porta se abriu violentamente e dois policiais entraram de armas em punho, mandaram que Davenga se vestisse rápido e não bancasse o engraçadinho, porque o barraco estava cercado. Outro policial do lado de fora empurrou a janela de madeira. Uma metralhadora apontou para dentro de casa, bem na direção da cama, na mira de Ana Davenga. Ela se encolheu levando a mão a barriga, protegendo o filho, pequena semente, quase sonho ainda (EVARISTO, 2016, p. 30).

Davenga tinha medo da prisão, “só em pensar tinha medo e desespero. Se um dia caísse preso e não conseguisse fugir, se mataria” (EVARISTO, 2016, p. 27). Constata-se assim a impotência do protagonista diante do poder e da força militar, que, visivelmente, representa o encarceramento de sua liberdade. Então, prefere reagir a ir à prisão:

Os noticiários depois lamentaram a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morrera ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga (EVARISTO, 2016, p. 30).

Nesse ponto da narrativa, fica mais evidente a violência física que culminou na morte dos personagens. Ana Davenga representa o corpo feminino subalterno que não teve, ao menos, a chance de falar que estava grávida, tampouco de lutar pelo direito de ser mãe. Assim, nesse desfecho, deparamo-nos definitivamente com a sentença do silenciamento, que é gesta-

do com a finalidade de conter e segregar determinados grupos sociais, tidos como indesejáveis.

Conceição Evaristo nos coloca, portanto, diante de uma cena trágica, com um final semelhante a muitos outros ocorridos nas favelas do Brasil. A partir desse cenário, entende-se que o Estado, ao invés de proteger vidas, atua como agente de uma política de extermínio cujas maiores vítimas são os jovens negros e periféricos. Se antes a escravidão era uma forma de violência naturalizada, hoje, o assassinato de pretos favelados é uma nova forma de violência institucionalizada.

Diante desse contexto exterminador, a literatura afro-brasileira assume o papel de denunciadora, de porta-voz dos negros subalternizados, ao narrar a vivência do povo afrodescendente e as condições de precarização dessa população no pós-escravidão, sobretudo dos pretos alocados em barracos, bairros periféricos e desprovidos dos direitos básicos.

Para Lélia Gonzalez (1982), esse retrato das desigualdades raciais não é uma simples herança escravocrata: ela é alimentada pelas estruturas desiguais que mantêm os negros num lugar de subalternidade, ou seja, eles permanecem em desvantagem em relação aos grupos étnicos dominantes. De modo que, no conto “Ana Davenga”, Evaristo não só denuncia essa condição desigual, como também narra a experiência que pode ser representativa de muitas mulheres negras no Brasil.

Percebemos, portanto, que o conto “Ana Davenga” não só traz reflexões sobre a dominação masculina, mas também sobre as mais diversas formas de opressão que atingem os grupos mais vulneráveis, sobretudo as mulheres negras, que foram historicamente oprimidas tanto pelo sexismo quanto pelo racismo e pela exclusão social. Em suma, a luta das mulheres negras ganha novos paradigmas, pois, de um lado, a narrativa rompe com os conceitos únicos de opressão gênero e, de outro, abre discussões para refletir sobre questões raciais.

Para a escritora e professora Miriam Alves (2021, p. 186), a escrita negra “tira as máscaras das relações de gênero e raça da sociedade onde está inserida”. Por conseguinte, interpretamos que a escrita de Conceição Evaristo revisita não só a voz dos afrodescendentes, como também coloca em evidência os registros e as vivências da população negra, que, historicamente, esteve na invisibilidade. Narra sob a perspectiva, notadamente feminina e negra, os conflitos individuais e, ao mesmo tempo, coletivos que afetam os grupos étnicos mais vulneráveis.

Em síntese, a escrita de Conceição Evaristo nos alerta que, apesar de a escravidão ter sido proibida legalmente no Brasil, permanecem vivos os resquícios dos fundamentos ideoló-

gicos do passado, pautados na desigualdade e nos privilégios de brancos sobre negros. A prova disso é que os negros ainda continuam na invisibilidade social, ocupando os lugares subalternos, provando que ainda temos muitas estruturas a serem rompidas. É, pois, nesse contexto de enfrentamento que a escrita de Evaristo leva-nos a discutir demandas que oportunizem esse grupo, isto é, vai além da condição de raça e gênero.

II.2 Decadência e abandono no conto “Duzu-Querença”

O conto “Duzu-Querença” é narrado em terceira pessoa e tem uma moradora de rua como protagonista. A narrativa começa com Duzu lambendo os dedos gordurosos de comida e causando asco em um transeunte que passava na rua: “Um homem passou e olhou para a mendiga, com uma expressão de asco” (EVARISTO, 2016, p. 31). O texto traz ainda recortes da vida da protagonista, em forma de *flashbacks*, nos quais o narrador discorre sobre as memórias de Duzu-Querença desde quando esta chegou na cidade grande:

Quando Duzu chegou pela primeira vez na cidade, ela era menina, bem pequena. Viera em uma viagem de trem, dias e dias. Atravessara terras e rios. As pontes pareciam frágeis. Ela ficava o tempo todo esperando o trem cair. A mãe já estava cansada. Queria descer no meio do caminho. O pai queria caminhar para o amanhã (EVARISTO, 2016, p. 32).

Conforme o fragmento, a personagem Duzu é acompanhada pelos pais numa longa viagem, após ter sido deixada numa casa de uma senhora que havia prometido trabalho e a oportunidade de estudos para a menina, sem, contudo, ter cumprido nada do que fora acordado com a família. A personagem foi submetida a longas jornadas de trabalho sem salário, bem com às mais diversas formas de violação da infância. Percebe-se, portanto, que a sua trajetória é como a de muitas meninas do interior, que são encaminhadas para a cidade grande, de modo a melhorarem de vida, mas que acabam submetidas a empregos escravos e à prostituição.

A personagem será incessantemente exposta a todas as agruras que a vida de miséria pode oferecer, especialmente à violação da infância, prostituição, abandono e morte. Diante desse contexto, compreendemos, criticamente, que uma família que enfrenta as dificuldades inerentes à condição de extrema pobreza não consegue perceber que a filha seria vítima de exploração; pelo contrário, pensa que aquela atitude poderia ajudar a filha a ter um futuro diferente do seu.

Na passagem da narrativa, a seguir, é possível ver que o pai tinha esperança de melhorar a situação da filha:

O pai de Duzu tinha nos atos a marca da esperança. De pescador que era, sonhava um ofício novo. Era preciso aprender outros meios de trabalhar. Era preciso também dar outra vida para a filha. Na cidade havia senhoras que empregavam meninas. Ela podia trabalhar e estudar. Duzu era caprichosa e tinha cabeça para leitura. Um dia sua filha seria pessoa de muito saber. E a menina tinha sorte. Já vinha no rumo certo. Uma senhora que havia arrumado trabalho para a filha de Zé Nogueira ia encontrar com eles na capital (EVARISTO, 2016, p. 32).

Entende-se a precariedade não só como fator marcante para a tomada de decisão, mas também como condição determinante para a trajetória da família, que, inserida em um contexto de vulnerabilidade social, é seduzida pela proposta de uma vida mais confortável para a filha. Nesse sentido, os pais, na tentativa de mudar o destino de Duzu, são capazes de entregar a menina aos cuidados de uma desconhecida.

De acordo com a narrativa, a senhora que ficou responsável pela menina não cumpriu com o trato que fizera com os pais, tendo submetido Duzu ao trabalho infantil³ e impedido seu acesso ao estudo, o que configura mais uma violência praticada contra uma criança que foi exposta a toda sorte de infortúnio e vulnerabilidade.

Nesse contexto, nota-se que a personagem, assim como a família, é vítima de violência estrutural⁴. A menina Duzu foi submetida ao trabalho doméstico, que, pela descrição da narrativa, era um serviço com baixa remuneração, podendo ser entendido também como prática análoga à escravidão: “Duzu trabalhava muito. Ajudava na lavagem e na passagem da roupa. Era também quem fazia a limpeza dos quartos” (EVARISTO, 2016, p. 32).

O narrador nos apresenta a precária infância da personagem, numa perspectiva extremamente preocupada em provocar uma reflexão sobre o abandono. Diante desse destaque, percebemos que a exploração do trabalho infantil e a pobreza não configuram apenas uma condição econômica, mas um grave problema social. Afinal, entregue pelos pais aos cuidados de D. Emeraldina, a menina, sem entender o que a esperava, deu os primeiros passos em direção ao mundo desconhecido da sexualidade. Duzu, ao entrar em um dos quartos da casa sem bater, presenciou a primeira cena de sexo, conforme descrito: “Duzu ficou confusa: porque

³ De acordo com as Convenções da OIT nº 38 e nº 182: “É considerado trabalho infantil o trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima de admissão de emprego, trabalho estabelecido no país; também são considerados como piores formas de trabalho infantil a escravidão, o tráfico de pessoas, o trabalho forçado e a utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados, exploração sexual e tráfico de drogas”. Disponível em: www.ilo.org/temas/long--pt. *O que é o trabalho infantil* – Internacional Labour Organization. Acesso em: 05 out. 2020.

⁴ A violência estrutural é assim definida por Minayo (1994, p. 8): “Entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte”.

aquele homem dormia em cima da moça? Estava engraçado. Estava bonito. Estava bom de olhar” (EVARISTO, 2016, p. 33).

A precocidade da menina diante dessa cena nos faz constatar que a personagem desse espetáculo de sexo ainda é uma criança, que se demonstra confusa e sem nenhuma ideia do que se passa naquele espaço, contudo, nota-se que o narrador, ao descrever a cena, tem a preocupação com as palavras, com o ponto de vista do outro, optando por uma postura sem julgamentos, justamente por se tratar do olhar de uma criança.

Em uma dessas incursões de Duzu nos quartos, a menina sofre a primeira violência sexual, quando um dos clientes da casa faz um carinho no rosto da menina, em seguida “abaixando a mão lentamente” (EVARISTO, 2016, p. 33). Logo, é repreendido por uma acompanhante de quarto, que questiona se ele “não estava vendo que ela era uma menina” (EVARISTO, 2016, p. 33). Em outras palavras, observamos nessa passagem a visível violência a que a menina é submetida, isto é, apesar de a moça interferir na atitude do homem, fica claro que esse é o primeiro sinal de violação sexual e que, conseqüentemente, haverá outras tentativas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), o abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em uma prática sexual em que ela não pode reagir ou ter plena compreensão do ato, portanto, não pode consentir, devido ao seu desenvolvimento e vulnerabilidade. Essa constatação nos leva a refletir sobre o papel do adulto como responsável pelo pleno desenvolvimento infantil, prática inexistente nessa narrativa.

Os abusadores geralmente mantêm uma relação de confiança com suas vítimas, e essas, involuntariamente, confundem certas atitudes abusivas com afeto. Foi o que aconteceu com a personagem:

Ele pegou a carteira de dinheiro e deu uma nota para Duzu. Ela olhou timidamente para o homem. Voltou ali no outro dia no entrar-entrando. Não era o mesmo. Saiu desapontada e triste, passados alguns dias voltou a entrar de supetão. Era ele. Era o homem que lhe havia feito um carinho e lhe dado um dinheiro [...] Vagarosamente ela foi se aproximando. Ele, em cima da mulher, com uma das mãos fazia carinho no rosto e nos seios da menina. Duzu tinha gosto e medo. Era estranho, mas era bom. Ganhou muito dinheiro depois (EVARISTO, 2016, p. 33).

A perda da infância tem por princípio a violência, que começa com a entrega da menina à vida degradante em que será inserida. Sua primeira iniciação sexual foi com um homem que, aos poucos, foi conquistando a confiança da menina, ou seja, de forma violenta e sutil, ao usar o corpo como moeda de troca para realizar seus desejos sexuais, mesmo sabendo que se tratava de uma criança. O sexo precoce e violento ao qual a menina é subjugada representa a

violação da infância. A personagem nem sequer tinha entendimento da prática sexual, a ponto de confundir a violência com carinho e afeto.

Conceição Evaristo permite-nos assim refletir sobre um tema preocupante, isto é, a violência sexual, que atinge não só as crianças, mas todas as faixas etárias e indivíduos de ambos os sexos. Segundo Ribeiro, Ferriani e Reis (2004, p. 457), a violência sexual tem raízes culturais e “adquiriu um caráter endêmico, convertendo-se num complexo problema de saúde pública”. Na narrativa, Duzu nos é apresentada como uma criança em situação de vulnerabilidade que, além do abandono da família e do trabalho infantil, é submetida à violência sexual:

Duzu voltava sempre. Vinha num entrar-entrando cheio de medo, desejo e desespero. Um dia o homem estava deitado nu e sozinho. Pegou a menina e jogou na cama. Duzu não sabia ainda o ritmo do corpo, mas, rápida e instintivamente, aprendeu a dançar. Ganhava mais e mais dinheiro. Voltava e a moça do quarto nunca estava (EVARISTO, 2016, p. 33).

Da mesma forma que a personagem adentrou os quartos sem saber o porquê de estar ali, ela teve sua iniciação sexual sem ter noção do que estava acontecendo. Desse modo, Duzu, ao ser surpreendida por D. Esmeraldina, entendeu “o porquê do homem lhe dar dinheiro, o porquê das mulheres, dos quartos, e porque nunca conseguiu estudar” (EVARISTO, 2016, p. 34). Diante da complexidade da violência, principalmente pela imaturidade, a personagem é incapaz de perceber as violações, o que, conseqüentemente, a levará à prostituição: “entendeu também qual seria sua vida. E, ia ficar. Ia entrar- entrando sem saber quando parar (EVARISTO, 2016, p. 34).

A entrada da personagem na prostituição não foi de forma voluntária, pelo contrário, partiu da exploração sexual extrafamiliar, que, aliada à violência estrutural, culminou na exposição do corpo infantil para fins comerciais. Com efeito, “Dona Esmeraldina arrumou um quarto para Duzu, que passou a receber homens também. Criou fregueses e fama” (EVARISTO, 2016, p. 34).

A falta de perspectiva obriga a personagem a aceitar a condição imposta por Dona Esmeraldina; a menina não teve escolhas, a não ser usar o corpo para sobreviver naquele ambiente. Não é de hoje que as variadas formas de violência sexual foram usadas para privar as mulheres e torná-las submissas à vontade do violador.

Segundo Heleieth Saffioti (1987), a mulher, quando é vítima de exploração sexual, pode se achar incapaz de construir outra vida ou de arrumar outra atividade, como também viver em sociedade, por isso pode crer que a zona de prostituição é o único lugar que irá acolhê-la. Em suma, a personagem não pode perceber, tampouco tomar decisões diante de uma relação de subordinação e poder.

Como se depreende da narrativa, Duzu passou muito anos trabalhando na casa de Dona Esmeraldina, tendo aprendido a silenciar ante os insultos da cafetina e a miséria decorrente da exploração. A personagem partiu para outras zonas, viu mulheres sendo assassinadas: “Habitou-se à morte como uma forma de vida” (EVARISTO, 2016, p. 34). Em outras palavras, a presença constante da violência na vida de Duzu contribuiu fortemente para a degradação da personagem, que chega à velhice no total abandono.

Interpretamos ainda que a personagem não conheceu outro ofício que não fosse a prostituição, pois desde criança foi subjugada aos abusos sexuais e, conseqüentemente, à exploração sexual. Tal como no passado escravocrata, em que os corpos das mulheres negras eram objetificados e negociados, a personagem, em condição de vulnerabilidade, foi forçada a comercializar o corpo para garantir a sobrevivência.

Durante os anos em que ela esteve na zona de prostituição, teve nove filhos e muitos netos: “Estavam espalhados pelos morros, pelas zonas e pela cidade” (EVARISTO, 2016, p. 34). Assim como Duzu, os filhos e netos estavam fadados à violência e à miséria:

Duzu olhou no fundo da lata, encontrando apenas o espaço vazio. Insistiu ainda, diversas vezes levou a mão lá dentro e retornou com um imaginário alimento que jogava prazerosamente à boca. Quando se fartou do sonho, arrotou satisfeita, abandonando a lata na escadaria da igreja, e caminhou até mais adiante, se afastando dos outros mendigos (EVARISTO, 2016, p. 31).

Sendo assim, a lata vazia, o alimento imaginário e os mendigos convertem-se em metáforas da degradação, que transfiguram o mundo miserável e violento que a cerca. Tudo na vida de Duzu apresenta-se como aprisionamento, até mesmo a casa em que a personagem vai morar ao sair da zona de prostituição. Em outros termos, sem conseguir se ajustar a um “novo degradante”, Duzu prefere as ruas e os delírios, para se anestesiarem da realidade.

A narrativa revisita assim a realidade vivenciada por muitas mulheres que foram silenciadas ao longo da vida e não tiveram a oportunidade de educação, moradia digna, saúde e emprego, e foram vítimas de vários tipos de violência. A personagem Duzu, mesmo depois que sai da zona, não consegue se ajustar socialmente, tampouco se sentir aceita, não só pela sociedade, como pelos próprios familiares. Percebe-se que o ciclo da marginalização e do abandono se torna latente até os últimos dias da vida da personagem:

Com a morte de Tático, Duzu ganhou nova dor para guardar no peito. Ficava ali, amuada, diante da porta da igreja. Olhava os santos lá dentro, os homens cá fora, sem obter consolo algum. Era preciso descobrir uma forma de ludibriar a dor. Pensando nisso, resolveu voltar ao morro. Lá onde durante anos e anos, depois que havia deixado a zona, fora morar com os filhos. Foi retornando ali que Duzu deu de brincar de faz de conta. E foi aprofundando nas raias do delírio que ela se agarrou

para viver o tempo de seus últimos dias (EVARISTO, 2016, p. 35).

Em suma, compreendemos que o ciclo do abandono e da decadência continua a rondar a vida da personagem e de seus descendentes. Como já mencionado, para suportar as dores, ela criou um mundo de fantasia para fugir da situação de degradação em que se encontrava. A personagem se apegou aos delírios e fugas para inventar uma forma menos dura e cruel de viver, principalmente nos últimos momentos de sua vida.

Conceição Evaristo descreve a trajetória de uma personagem que, assim como a família, foi privada de uma vida digna. A condição social foi determinante para a degradação, que também afetou a vida da sua prole. Sendo assim, tanto Duzu quanto seus filhos e netos se encontram em flagrante estado de vulnerabilidade, como se o ciclo da miséria se estendesse a todos os seus descendentes.

No entanto, antes do fechamento do conto, o narrador nos surpreende com uma postura solidária, de quem consegue vivenciar a dor do outro, sobretudo dos excluídos socialmente: “Estava chegando uma época que sofrer era proibido” (EVARISTO, 2016, p. 35). O narrador nos deixa uma mensagem de resistência, especialmente para os descendentes de Duzu. Nesse sentido, resta o sentimento de esperança de que os sonhos de Duzu sejam contemplados na vida da neta Querença:

E foi no delírio da avó, na forma alucinada de seus últimos dias, que ela, Querença, haveria de sempre umedecer seus sonhos para que florescessem e se cumprissem vivos e reais. Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos. Não sabia ainda como. Estava estudando, ensinando as crianças menores da favela, participava do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da escola. Intuíva que tudo era muito pouco. A luta devia ser maior ainda. Menina Querença tinha treze anos, como seu primo Tático que havia ido por aqueles dias (EVARISTO, 2016, p. 36-37).

Ao narrar a história de decadência da personagem, a autora nos faz refletir sobre o “viver-morrer” da população afrodescendente, acometida pela miséria e vulnerabilidade social. No desfecho do conto, ainda que marcado pelo fim decadente de Duzu, há uma possibilidade de esperança, representada pelo ciclo de iniciação da neta, que simboliza o enfrentamento da sua condição.

A autora denuncia a situação de opressão de grupos mais vulneráveis, bem como os diversos tipos de violência praticados contra as mulheres negras, como o estupro, agressões físicas, abuso doméstico e exploração sexual. Evaristo apresenta a narrativa de mulheres que, sem oportunidade nem recursos, não conseguem confrontar um sistema de exclusão.

Nesse contexto, não só questiona os mecanismos utilizados pelo sistema de dominação que submete as mulheres negras ao silenciamento, como também dá ênfase à luta pela sobre-

vivência do grupo. Assim, o conto analisado traz, como estratégia de resistência cotidiana, a luta da neta de Duzu Querença, que, na tentativa de trilhar novos caminhos, participa do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da escola.

A autora faz alusão, portanto, à resistência em grupo como uma forma de confrontar as instituições opressoras, bem como à educação e ao ativismo social como instrumentos de enfrentamento. Nesse contexto, a luta por espaço social é necessária, consistindo em construir as identidades negras para resistir às novas formas de opressão.

Assim como as diversas outras narrativas escritas por Conceição Evaristo, o conto revisita uma série de problemas sociais que atingem, principalmente, as mulheres negras, como a violência, pobreza, condições precárias de vida, além da falta de assistência com relação à saúde e às questões reprodutivas.

Outra temática de grande relevância nessa narrativa é o abandono de crianças negras, como também se verifica em outras narrativas da autora. A partir dela, compreendemos que, no passado, os escravos eram obrigados a abandonar seus filhos e, hoje, percebemos a existência de práticas similares, provenientes da subalternização e segregação que ainda afligem esses grupos.

Em suma, o caminho para o enfrentamento das situações supracitadas consiste em se apropriar da identidade negra, de modo a ocupar espaços sociais e intelectuais, bem como estar politicamente preparado para romper com os estereótipos preconceituosos herdados da escravidão e assim confrontar o racismo institucionalizado.

II.3 Violência e silenciamento no conto “Maria”

O conto intitulado “Maria” foi escolhido para análise porque é marcado por duas temáticas que, enfaticamente, chamaram-nos a atenção: em primeiro lugar, a violência simbólica e, em seguida, a violência física que, conseqüentemente, culminou no silenciamento da personagem. Essa narrativa foi inicialmente publicada no nº 14 de *Cadernos Negros* e, posteriormente, na obra *Olhos d’Água*.

Maria, a protagonista da narrativa, trabalha como doméstica e, depois de um dia exaustivo, volta para casa de ônibus. Ao entrar no transporte coletivo, encontra o ex-companheiro, pai do seu filho mais velho. Durante o percurso, a narrativa apresenta um diálogo entre os dois e, nesse ínterim, para surpresa de Maria, o ex-companheiro, com a ajuda de

um cúmplice, anuncia um assalto. Maria não tem os pertences recolhidos, por isso, os demais passageiros do ônibus se convencem de que ela estaria de “conluio com os assaltantes”. Maria tenta se defender, mas é violentamente atacada pelos acusadores, que proferem ofensas e agressões físicas que culminam na morte da personagem.

A violência sofrida por Maria na ficção é semelhante aos frequentes casos de violência no Brasil, cujas vítimas são, sobretudo, as mulheres negras e pobres, um dos grupos mais vulneráveis. Na primeira parte do conto, o narrador nos apresenta uma mulher negra, empregada doméstica, vítima do preconceito racial, prática que vem desde a colonização, dividindo os grupos étnicos e as classes mais abastadas das classes menos privilegiadas:

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor teria ido a pé. Era preciso ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta (EVARISTO, 2016, p. 39).

Os restos de comida e a gorjeta mencionados nessa passagem reafirmam a distância social entre ricos e subalternos, demonstrando que o que resta para os negros são as sobras, os transportes coletivos de péssima qualidade, os últimos lugares, moradias periféricas e o não reconhecimento de seus direitos básicos de cidadão.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 23), “a sociedade é acostumada com a hierarquia de mando”, está atrelada à violência do passado e continua reproduzindo o mesmo sistema que tem muita dificuldade em lidar com a divisão dos direitos e deveres. Nesse sentido, a escravidão do passado continua a se perpetuar no atual sistema econômico, acentuando cada vez mais as desigualdades sociais.

Conceição Evaristo faz questão de mencionar uma festa promovida no domingo, que deveria ser um dia de descanso para a trabalhadora; ao trabalhar no fim de semana, isso significa que a empregada doméstica teria seus direitos trabalhistas violados. A gorjeta mencionada na narrativa é uma visível crítica aos salários de determinados trabalhadores, que em muitos casos recebem um salário miserável ou até mesmo gorjetas em troca de serviços domésticos no dia de descanso, o que podemos considerar como uma nova forma de escravidão.

O narrador menciona ainda que a gorjeta daria apenas para comprar alguns medicamentos e uma lata de Toddy para as crianças (EVARISTO, 2016, p. 39). Comprova-se nessa passagem que a diária paga pela patroa foi um valor irrisório, que mal dava para comprar a escassa alimentação e remédios para as crianças, que estavam doentes. Maria, na posição subalterna, não tem outra saída, a não ser se conformar com aquela condição.

Constata-se na narrativa que a violência se ramifica e reproduz outra, mais profundamente dolorida, marcada pela situação de extrema pobreza, carência e falta de políticas públicas que atendam essas necessidades. Esses problemas sociais são latentes na vida da personagem Maria, que, como mulher negra, solteira e responsável pelo núcleo familiar, enfrenta dificuldades para prover o sustento da família.

Em determinada passagem da narrativa, o narrador, sutilmente, leva a personagem a interromper o pensamento; apreende-se que foi intencional, uma vez que nos induz a refletir sobre determinado objeto que carrega forte representação imagética: “A palma de umas das mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca a laser corta até a vida” (EVARISTO, 2016, p. 40). Nesse sentido, o instrumento de corte pode ser a metáfora de um sistema que fere e sangra, sobretudo do poder dominante, que tira o direito à vida dos que estão em condições de extrema vulnerabilidade.

Certas passagens da narrativa são marcadas por indagações subjetivas e emocionais, por meio das quais o narrador descreve o que Maria estava pensando durante o diálogo monossilábico com o ex-companheiro: “Como era difícil continuar a vida sem ele... Era tão difícil ficar sozinha!” (EVARISTO, 2016, p. 40). Para a professora e pesquisadora Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008), a solidão afetiva das mulheres negras se dá não só a partir da exclusão sociocultural, como também é acentuada nas relações combinadas entre raça e gênero. Com efeito, nota-se que nos trechos citados a solidão não foi uma escolha da personagem, mas, antes de tudo, uma imposição decorrente dos sistemas opressivos.

Conceição Evaristo revisita a forma de vivência das mulheres negras, em sua maioria abandonadas pelos maridos, tendo de assumir sozinhas as responsabilidades maternas. Ademais, a partir desse cenário, entendemos que ainda vivemos sob a ótica da escravidão, em que as mulheres negras eram discriminadas, abandonadas e racialmente inferiorizadas. Para Sueli Carneiro (2020), estudos demográficos já assinalam desvantagens de mulheres negras em relações afetivas, provocadas não só pelo desinteresse do homem branco, como também pela rejeição de homens negros.

Esse contexto de rejeição, motivado por um imaginário social ainda fortemente herdado do período escravista, contribui para sérios danos à autoestima das mulheres negras. Infelizmente, essa visão desvalorizada e preconceituosa reproduz diversas formas de violência, dentre as quais destacamos a violência racial e a psicológica.

A esse respeito, cumpre assinalar a seguinte passagem da narrativa:

A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta,

aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher (EVARISTO, 2016, p. 42).

Notam-se no trecho acima expressões depreciativas referentes ao corpo subalterno de Maria: “puta”, “negra safada”, “a negra ainda é atrevida”. Os termos utilizados são práticas racistas específicas dirigidas a uma mulher negra e nitidamente têm a pretensão de ofendê-la, inferiorizá-la e silenciá-la. Segundo Silvio Almeida (2018, p. 25), “o preconceito racial é um juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado”. Logo, o corpo feminino negro de Maria sofre as mais severas formas de punição e exclusão reproduzidas, a partir dos estigmas da inferiorização.

Ainda nessa passagem, identifica-se o racismo cotidiano, configurado através das vozes que ecoam contra Maria, pois somente duas pessoas a defenderem, um menino negro e o motorista do ônibus, que, no entanto, não foram suficientes para evitar a violência dos demais passageiros enfurecidos. Para a pesquisadora Grada Kilomba (2019, p. 78), o racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim um “padrão contínuo de abuso”, podendo acontecer em determinados espaços sociais. Isto é, o ônibus foi o espaço onde as práticas racistas proferidas contra Maria ficaram evidentes.

No trecho abaixo, é possível confirmar mais um tipo de violência sofrida pela personagem: a sentença do linchamento. Além das vozes e do tom acusativo, as pessoas estavam armadas de “faca a laser”, que não somente corta, como dilacera a vida:

Estava todos armados com faca a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho (EVARISTO, 2016, p. 42).

Conforme o pesquisador José de Souza Martins (2015), o linchamento é uma prática de violência comum no Brasil, e pode ser considerado como uma forma de julgamento por parte dos acusadores, porque de maneira repentina e com base no ódio, eles executam sua sentença no coletivo de forma anônima e se sentem isentos de qualquer punição.

Na narrativa, o linchamento acontece dentro de um ônibus, sem que Maria tivesse a chance de se explicar. Esse tipo de violência foi motivado pela suposta acusação de que ela estava de conluio com os criminosos que assaltaram o transporte. A protagonista é subjugada a estereótipos raciais e de gênero, o que abre prerrogativas para se pensar que o linchamento de Maria também teve motivação racial e sexista. Ademais, o fato de a personagem ser do

sexo feminino também pode ter contribuído para uma reação machista por parte de alguns passageiros do ônibus.

De acordo com Martins (2015), não há nenhum indício de que a questão racial seja exclusivamente um motivo para linchamentos no Brasil, contudo, os dados de sua pesquisa comprovam que negros são a maioria das vítimas, ou seja, trata-se de uma violência que os atinge em maior proporção do que aos brancos que tenham cometido transgressões semelhantes.

Dessa maneira, o linchamento no Brasil pode ter diversas motivações, entretanto, no caso de Maria é visível que o fato de ser mulher, negra e pobre contribuiu para seu destino demasiadamente violento. Além desse perfil da protagonista, podemos citar que o conservadorismo social também é um fator a ser discutido na narrativa, isto é, a tentativa de impor castigo exemplar a Maria configura o modo como as relações sociais são convencionadas.

Ainda conforme Martins (2015, p. 93), percebemos a esse respeito que:

Se há essa variação na relação entre o motivo e a forma do linchamento há, entretanto, uma constante: o que move a multidão à prática do linchamento é a motivação conservadora, a tentativa de impor castigo exemplar e radical a quem tenha, intencionalmente ou não, agido contra valores e normas que sustentam o modo como as relações sociais estão estabelecidas e reconhecidas ou tenham posto em risco (MARTINS, 2015, p. 93).

Em outras palavras, esse tipo de onda conservadora tem levado a muitos linchamentos no Brasil, como, por exemplo, o caso no município de Guarujá, em que a doméstica Fabiane Maria de Jesus foi acusada de fazer bruxarias e por esse motivo foi violentamente linchada pela população enfurecida⁵. Depois do desfecho, com a morte da acusada, foi constatado que a vítima foi confundida com outra pessoa e assassinada por engano. Nesse contexto, podemos comparar o linchamento de Fabiane ao da personagem Maria, pois, embora em contextos diferentes, ambas sofrem violência e são sentenciadas à morte por um grupo de pessoas enfurecidas e movidas por falsos julgamentos.

Ademais, cumpre assinalar que o conto “Maria” nos traz uma série de temáticas que ainda precisam de debate, como o racismo, o sexismo e a constante violência sofrida pelas pessoas menos favorecidas, sobretudo pelos negros, nas periferias dos grandes centros urbanos. Segundo as pesquisas sobre linchamento, os espaços periféricos são os lugares em que frequentemente acontecem as cenas de violência. No conto, a personagem Maria sofre agres-

⁵ CARPANEZ, Juliana: “Veja o passo a passo da notícia falsa que acabou em tragédia em Guarujá”. In: *Folha de S. Paulo*, 27 set. 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2021.

sões dentro de um transporte coletivo. A partir dessa premissa, pode-se afirmar que o ônibus é também um espaço onde as desigualdades sociais são latentes.

Em suma, o conto levanta reflexões sobre diversas faces da violência urbana que marca o contexto social em que a narrativa é ambientada, em que a violência surge como um problema associado a fome, à miséria, à educação e ao descaso por parte do Estado em relação aos menos favorecidos. Sendo assim, Maria não só foi vítima de agressão física, como também da ineficiência de políticas públicas que não contemplam os grupos mais vulneráveis.

II.4 A maternagem e o abandono em “Quantos filhos Natalina teve?”

O conto “Quantos filhos Natalina teve?” foi publicado pela primeira vez na coletânea de contos intitulada *Cadernos Negros*, em 1999, e depois foi republicado na obra *Olhos d’Água*. Essa narrativa tece discussões acerca de temáticas como a maternagem, a gravidez precoce, o aborto e a violência sexual, por meio da personagem Natalina, que as vivencia ainda na infância. A narrativa se propõe a dar ênfase não só à mulher negra, moradora da periferia que enfrenta diversas formas de violência, como também a denunciar a ausência de políticas públicas que contemplem um grupo que, historicamente, sofre o peso da experiência dramática da colonização.

O título do conto é curioso, pois Conceição Evaristo apresenta a narrativa de quatro gravidezes de Natalina, cada uma concebida de forma diferente, levando-nos à hesitação. Talvez por esse motivo o título seja uma pergunta, por meio da qual a autora deixa para o leitor a responsabilidade de respondê-la.

Outra reflexão intrigante diz respeito ao nome da personagem, cujo significado deriva da palavra “Natal”, que significa “nascimento”, contudo, observamos em Natalina a aversão à gravidez: “não aguentava se ver estufando, estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela” (EVARISTO, 2016, p. 46). Um estorvo que dará sentido e salvará a personagem de si mesma, sendo necessário expulsar o indesejável para se manter viva e mais adiante se aceitar como mãe.

O conto começa com Natalina alisando carinhosamente a barriga: “o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho” (EVARISTO, 2016, p. 43). A partir dessa frase, começam os questionamentos: por que Natalina teria o primeiro filho se engravidara quatro vezes? Logo, infere-se que os demais

filhos da personagem teriam morrido; contudo, no decorrer da narrativa tomamos conhecimento do destino das crianças.

Em outras palavras, observamos que Natalina engravidou do primeiro filho aos 13 anos. Quando a mãe descobriu a gravidez da menina, aconselhou a filha a fazer um aborto, tendo a situação financeira da família como uma das motivações: “Como haveria de criar mais uma criança? [...] na casa já havia tanta gente!” (EVARISTO, 2016, p. 44). As reclamações da mãe e, sobretudo, as ameaças de levá-la à presença de Sá Praxedes, uma parteira-aborteira, foram determinantes para uma tomada de decisão: “Sá Praxedes não! Ela morria de medo da velha. Diziam que ela comia meninos” (EVARISTO, 2016, p. 44). Natalina fugiu de casa na primeira oportunidade, ganhou as ruas e o mundo.

A primeira gravidez da personagem foi vivida em meio à violência intrafamiliar e simbólica que a colocaram em situação de vulnerabilidade. Nota-se que Natalina não tinha maturidade para enfrentar uma responsabilidade tão pesada para uma menina que ainda tinha sonhos de criança. Nesse sentido, entregar o filho aos cuidados de outra pessoa era garantir a proteção que ela não era capaz de dar. Em outros termos: “A menina-mãe saiu leve e vazia do hospital! E era como se tivesse ganho uma boneca que não desejasse e cedesse o brinquedo para alguém que quisesse” (EVARISTO, 2016, p. 46).

A segunda gravidez de Natalina também não foi planejada; não sentia vontade de ser mãe nem de constituir família ao lado de um homem. O namorado estava feliz com a gravidez, até propôs ficarem juntos e cuidar do filho, porém, mais uma vez a personagem rejeita essa condição e faz um acordo para que Tonho, pai do filho, criasse a criança: “Tonho chorou muito e voltou para a terra dele, sem nunca entender a recusa de Natalina diante do que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz” (EVARISTO, 2016, p. 46). A negação de Natalina atribui um *status* secundário à maternagem, pois a personagem não a reconhece como símbolo de poder; pelo contrário, compreende sua condição de opressão.

Para Patricia Hill Collins (2019, p. 323): “As diferentes reações à maternidade e a ambivalência de muitas mulheres negras em relação à maternagem são um reflexo da natureza contraditória da maternidade”. Assim, nota-se a aversão da personagem ao ideal tradicional da família, bem como a falta de habilidade e de informação que subjaz à violência sistêmica operada sobre o corpo negro e subalterno.

Por sua vez, a terceira gravidez de Natalina está enfaticamente relacionada aos padrões de dominação. A patroa queria um filho, mas não podia engravidar e, diante disso, precisava que Natalina alugasse o útero para que a “semente vingasse”. Assim foi acordado entre patroa

e empregada, que, por sua vez, não fez questão do pagamento. Essa relação de subordinação entre patrão e empregado parece se configurar em mais um caso de exploração sexual, principalmente quando o subalterno não consegue dar conta da violência sofrida: “Ela e o marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho para o patrão” (EVARISTO, 2016, p. 47).

Conforme Angela Davis (2016), essa prática, como resquício da escravidão, ainda é latente, haja vista a dominação econômica estabelecida sobre as mulheres negras, que em muitos casos são obrigadas a prestar serviços de caráter sexual aos patrões para garantirem o emprego. Embora Natalina demonstre-se solidária com a patroa, entende-se que ambas estão em papéis diferentes: uma é a empregada; a outra, a patroa, conforme o trecho a seguir: “Tudo certo, deitaria com o patrão, sem paga alguma, tantas vezes fosse preciso” (EVARISTO, 2016, p. 47). Percebe-se, com muita nitidez, a posição de subalternidade ocupada pela personagem diante da proposta da patroa.

Nessa passagem do conto, fica claro que a subordinação da mulher ao homem está presente em todas as classes sociais. Observa-se que a patroa foi capaz de se aliar ao marido para realizar seus desejos maternais, ainda que para isso tivesse que se submeter à humilhação de saber que o marido estava tendo relações sexuais com outra mulher. Na escravidão, por exemplo, as esposas sabiam que seus maridos mantinham relações sexuais com as escravas, mas, devido à relação de subordinação da mulher ao homem, mantinham-se silenciadas.

De acordo com a narrativa, nas três gravidezes, a personagem ficara devedora: na primeira, fugiu de casa, por conta da pressão da mãe, do pai e de Sá Praxedes, vindo a entregar o filho a uma enfermeira; na segunda, ela se sentiu pressionada pelo namorado e deixou que ele levasse a criança; já na terceira, cedeu o ventre à patroa para que ela realizasse o sonho da maternidade; na quarta gravidez, por fim, Natalina não ficou devendo nada a ninguém.

Diante dessa leitura, compreendemos que Conceição Evaristo, sob a ótica de um narrador de terceira pessoa, posiciona-nos diante de uma contraposição em relação à forma como a personagem encarou a gravidez do quarto filho:

Não, dessa vez ela não devia nada a ninguém. Se aquela barriga tinha um preço, ela também tinha o seu, e tudo tinha sido feito com uma moeda bem valiosa. Agora teria um filho que seria só seu, sem ameaça de pai, de mãe, de Sá Praxedes, de companheiro algum ou de patrões. E haveria de ensinar para ele que a vida é viver e é morrer. É gerar e é matar (EVARISTO, 2016, p. 49).

Entendemos, ainda, nessa passagem do conto, uma sequência do primeiro parágrafo da narrativa em que há a descrição da felicidade da personagem em relação à quarta gravidez.

Mediante a técnica de *flashback*, o narrador refaz o trajeto percorrido por Natalina, quando ela rememora as circunstâncias em que se deram o sequestro, o estupro, o assassinato do violentador e a gravidez.

Observamos, assim, que Natalina foi abordada em seu barraco por dois homens que, supostamente, estavam à procura do seu irmão. Diante desse inesperado fato, a personagem insistentemente argumentou que seria um engano, pois, ao sair de casa, quando ainda era uma menina, não tinha deixado nenhum irmão. Ainda assim, Natalina é sequestrada, e os homens a colocam dentro do carro com olhos vendados e as mãos amarradas:

Os homens insistiam. Berravam dizendo que era pior e que não adiantava nada ela não dizer a verdade. De vez em quando, o que estava sentado no banco de trás com ela, fazia-lhe um carinho nas pernas. Ela arrepiava de pavor. As mãos estavam amarradas e doíam. Em um dado momento, o carro parou e o que estava a seu lado desceu. Despediu-se dela passando as mãos novamente em suas pernas (EVARISTO, 2016, p. 49).

A passagem acima nos antecipa a violência sexual sofrida por Natalina. Conforme Angela Davis (2016), durante a escravidão, o uso do estupro como mecanismo de terror foi uma prática rotineira e autorizada pelos proprietários de escravos, a fim de manter as mulheres negras sob controle. Tal como na época colonial, o estupro ainda é praticado não só como método de repressão, mas também para representação da virilidade masculina. Segue abaixo o fragmento que culmina com o estupro da personagem:

O homem desceu do carro, puxou-a violentamente, jogou-a no chão; depois desamarrrou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho. Natalina, entre o ódio e o pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase na hora do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor. A noite escura não permitia que divisasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela (EVARISTO, 2016, p. 50).

Nota-se que a violência sexual, além de instrumento de terror, é uma demonstração da sexualidade masculina. Para a pesquisadora Lia Zanotta Machado (1998, p. 251), que estudou a representação simbólica das sexualidades feminina e masculina, observamos que Evaristo abordou o estupro como uma representação do poder e virilidade:

Apoderar-se do corpo da mulher” é o que se espera da função viril. O “não” da mulher, ou o “medo” a mulher, aparecem como constitutos do desejo masculino. O estupro é muito mais o lugar do exercício da afirmação da identidade masculina especular; em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina e reafirma o caráter sacrificial dos corpos das mulheres.

Após a consumação do estupro, o violentador dorme ao lado de Natalina. Ela vê a arma ao lado do homem e, numa reação instintiva, atira contra o agressor: “O tiro foi certo

e tão próximo que Natalina pensou estar se matando também” (EVARISTO, 2016, p. 50). A personagem foge do local e não conta nada a ninguém, guardando para si não só a dor da violência, a coragem, vingança e defesa, mas também a “semente invasora do homem”.

No desfecho do conto, Natalina rompe com o ciclo do abandono e se prepara para receber o filho. A personagem enxerga na criança a semente do estupro, mas também a possibilidade de começar uma nova história, sem que seja pressionada por ninguém: “Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela” (EVARISTO, 2016, p. 50).

Dessa forma, Conceição Evaristo revisita a discussão sobre a maternagem, bem como o legado da violência sexual e o persistente silenciamento das mulheres negras sobre o estupro. Natalina é apresentada como uma mulher cuja reação é típica de vítimas de estupro, que se negam a denunciar porque reconhecem que é inútil protestar. Nesse sentido, a autora denuncia práticas arraigadas na escravidão, assim como a falta de políticas sexuais que deem proteção à mulher negra.

II.5 Um olhar sobre a mãe Benícia e a violência em “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”

No conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, Conceição Evaristo nos apresenta a narrativa de uma criança, vítima de bala perdida, semelhante aos frequentes casos ocorridos no Brasil, principalmente na periferia, onde os confrontos entre traficantes e policiais são rotineiros. Zaíta é irmã gêmea de Naíta, filha de Benícia, uma empregada doméstica que sustenta com o pouco que ganha as filhas gêmeas e mais dois filhos do primeiro casamento. O primeiro é soldado do Exército e o segundo, soldado do tráfico.

A narrativa tem como ponto de partida a jornada de Zaíta à procura da figurinha-flor:

Zaíta espalhou as figurinhas no chão. Olhou demoradamente para casa uma delas. Faltava uma, a mais a bonita, a que retratava a garotinha carregando uma braçada de flores. Um doce perfume parecia exalar da figurinha ajudando a compor o minúsculo quadro. A irmã de Zaíta há muito tempo desejava o desenho e vivia propondo uma troca. Zaíta não aceitava. A outra, com certeza, pensou Zaíta, havia apanhado a figurinha-flor. E agora, como fazer? Não podia falar com a mãe. Sabia no que daria a reclamação. A mãe ficaria com raiva e bateria nas duas. Depois rasgaria todas as outras figurinhas, acabando de vez a coleção (EVARISTO, 2016, p. 71).

O conto nos apresenta uma mãe que, em meio ao caos social, irrita-se facilmente com as reclamações das crianças, submetendo-as a castigos. A personagem rompe com o imaginá-

rio social segundo o qual as mulheres que não seguem o discurso da ordem social vigente de como exercer a prática maternal são vistas como transgressoras, degeneradas e até mesmo demonizadas. Portanto, a narrativa questiona esse olhar sobre a maternagem transgressora.

Por meio dessa narrativa, Conceição Evaristo nos faz pensar nas famílias pobres e periféricas chefiadas por mulheres, que sustentam seus filhos com grande dificuldade e que em muitos casos não tiveram ajuda financeira do companheiro, principalmente as mães negras. A pesquisa de Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013) considera que as mulheres negras sofrem com inúmeros problemas relacionados à hierarquia de gênero, raça e classe.

Em outro trecho da narrativa, é mencionada a situação econômica precária da família, a vivência e as dificuldades de uma mãe periférica para criar seus filhos:

Passou pela mãe, que chegava com algumas sacolas do supermercado. A mãe de Zaíta estava cansada. Tinha trinta e quatro anos e quatro filhos. Os mais velhos já estavam homens. O primeiro estava no exército. Queria seguir carreira. O segundo também. As meninas vieram muito tempo depois, quando Benícia pensava que nem engravidaria mais (EVARISTO, 2016, p. 72).

Na passagem supracitada, a autora dá ênfase à vida precária das personagens. Ao citar que Benícia chegava do supermercado com algumas sacolas, coloca em evidência o fator econômico como um agravante. Na narrativa, não é mencionada a presença de um companheiro dentro do lar, o que permite inferir que Benícia era a responsável pelo núcleo familiar. Logo, o narrador, ao descrever os filhos da personagem, não utiliza nomes, mas os termos “primeiro” e “segundo”. Contudo, é importante destacar que as mulheres foram nomeadas, ou seja, a autora quis abrir espaços para que as personagens femininas contassem suas narrativas de mãe e filhas herdeiras de uma frágil vida familiar.

Ademais, o conto se desenvolve a partir da narrativa das filhas de Benícia, as gêmeas Naíta e Zaíta. Em outras palavras, é importante destacar a constatação da vulnerabilidade à qual as meninas eram submetidas, pois precocemente tiveram contato com a violência presente tanto no espaço familiar quanto na favela. De acordo com a narrativa, a mãe “batia nas meninas, reclamava do barraco pequeno, da vida pobre, dos filhos, principalmente do segundo” (EVARISTO, 2016, p. 72).

Dessa maneira, Benícia vive a maternagem em meio às dificuldades por conta da miséria, da moradia precária e principalmente da criminalidade em que o filho estava inserido. Para alguns que desconhecem essa vivência, Benícia pode ser julgada como uma mãe descuidada e até desalmada, no entanto, a irritabilidade dela poderia representar um gesto de preocupação com os filhos.

Na narrativa, é frequente a preocupação de Benícia com a situação econômica da família, como demonstra o trecho a seguir:

A mãe de Zaíta guardou rapidamente os poucos mantimentos. Teve a sensação de ter perdido algum dinheiro no supermercado. Impossível, levava a metade do salário e não conseguiria comprar quase nada. Estava cansada, mas tinha que aumentar o ganho. Ia arranjar trabalho para os finais de semana (EVARISTO, 2016, p. 74).

É notável a preocupação de Conceição Evaristo ao denunciar a desigualdade social tão acentuada no país. Ela descreve a exploração dos trabalhadores mais pobres que, assim como Benícia, não conseguem suprir as necessidades básicas no fim do mês. Segundo MARTINS, K. O., LACERDA JUNIOR, F. (*apud* MARTÍN-BARÓ, 1985/2012:365-366), a violência não se resume apenas aos atos transgressores com intenção de agredir o outro, mas pode estar ligada ao poder simbólico, que, de forma invisível, vai minando as forças dos sujeitos, tornando-os incapazes de reconhecer seus algozes.

A violência pode ser descrita, portanto, como estrutural e enraizada no sistema capitalista, a partir de estruturas de dominação que exploram os trabalhadores. Em outros termos, compreendemos que Conceição Evaristo denuncia o sistema capitalista, que é uma máquina de fabricar desigualdade social, quando os trabalhadores, para completar sua renda, são obrigados a arrumar mais dois ou três trabalhos informais para sobreviver:

A mãe de Zaíta, às vezes, chegava a pensar que o segundo filho tinha razão. Vinha a vontade de aceitar o dinheiro que ele oferecia sempre, mas não queria compactuar com a escolha dele. Orgulhosamente, não aceitava que ele contribuísse com nada dentro de casa. Estava, porém, chegando à conclusão de que o trabalho como dela não resolvia nada (EVARISTO, 2016, p. 75).

Nesse trecho, pode-se constatar que Benícia não consegue sustentar a família com o seu subemprego. Ela busca compreender as escolhas do filho, que procura outras formas de sobrevivência, mesmo que ilícitas. Reconhece também que não pode aceitar a ajuda para não compactuar com a prática criminosa. Ainda que relute contra o sistema opressor, Benícia parece perder as forças diante das dificuldades enfrentadas. A autora nos coloca diante de um dilema sofrido por uma mãe que não consegue prover o sustenta da família, tampouco evitar que o filho entre no mundo do crime:

Querida uma vida que valesse a pena. Uma vida farta, um caminho menos árduo e o bolso não vazio. Via os seus trabalharem e acumularem miséria no dia a dia. O pai dele e do irmão mais velho gastava seu pouco tempo de vida comendo poeira de tijolos, areia, cimento e cal nas construções civis. O pai da gêmeas, que durante anos morou com a mãe, trabalhava muito e nunca trazia o bolso cheio (EVARISTO, 2016, p. 73-74).

De acordo com Alba Zaluar (2004), o indivíduo tem a falsa sensação de que a marginalização proporcionará a liberdade. Dessa maneira, não resta outra saída que não seja romper com o social, crendo que o caminho da transgressão o conduzirá à independência. Nesse sentido, o jovem rompe com as leis que o limitam; com o tempo, porém, descobre que está sob o comando dos traficantes e pode ser punido com a sentença de morte.

A tão sonhada liberdade acaba assim por piorar ainda mais a situação, ou seja, além das constantes fugas da polícia, também se tornam prisioneiros dos traficantes. Diante disso, Conceição Evaristo tem sua escrita cuidadosa e preocupada com os grupos menos favorecidos, procurando dar voz e representatividade a seus personagens, posicionamento que, de certa forma, rompe com o padrão social vigente, que responsabiliza unicamente esses grupos pela precarização da vida.

Em um fragmento da narrativa, Benícia está na companhia das filhas Naíta e Zaíta, quando começa um tiroteio possivelmente relacionado aos confrontos entre gangues e a polícia: “Zaíta percebeu que a voz da mãe tremia um pouco... e a mãe lhe pareceu ter passado a noite toda acordada” (EVARISTO, 2016, p. 73). Em outras palavras, observamos que a autora apresenta a maternidade vivida por uma mulher moradora da favela que vive momentos de preocupação com sua prole, principalmente com o segundo filho, que estava envolvido com o tráfico de drogas.

Assim como a mãe, as crianças também são submetidas às degradações. De acordo com a narrativa, uma das gêmeas presencia atos ilícitos do irmão: “notou ainda quando ele pegou uma arma debaixo da poltrona...” (EVARISTO, 2016, p. 72). Logo, tendo o filho como chefe de um grupo criminoso, foi inevitável que as crianças menores tivessem contato com a violência.

A autora se empenha em mostrar que a vida de Benícia é afetada por vários problemas, ou seja, além da falta de recursos para sustentar a família, tem a preocupação com o filho que está envolvido com o crime organizado, bem como o cuidado com o destino das meninas. Nota-se, no trecho abaixo, que a mãe se angustia com o desaparecimento das crianças, mas logo a preocupação se transforma em raiva:

Que merda! Todos os dias tinha que falar a mesma coisa! Onde as duas haviam se metido? Por que tinham deixado tudo espalhado? Apanhou a boneca negra, a mais bonitinha, a que só faltava um braço, e arrancou o outro, depois a cabeça e as pernas. Em pouco minutos a boneca estava destruída; cabelos arrancados e olhos vazados (EVARISTO, 2016, p. 75).

Conceição Evaristo apresenta as diferentes faces da maternidade. Benícia, no que lhe concerne, é uma mãe que destrói os brinquedos das crianças como uma forma de externar a raiva que sente. Para Elizabeth Badinter (1980), esse tipo de atitude causa estranheza, levando-nos a enxergar essa mãe como uma aberração ou uma “mãe má”. Considera-se que tais atitudes agressivas comprovam que o amor materno não é perfeito e que as mães não são iguais, inclusive, podem demonstrar sentimento “incerto, frágil, imperfeito”, diferentemente do imaginado pelo coletivo social.

A narrativa também propõe dar voz às mães que, assim como Benícia, têm a vida de suas filhas ceifada por uma bala perdida:

Em meio ao tiroteio a menina ia. Balas, balas e balas desabrochavam como flores malditas, ervas daninhas suspensas no ar. Algumas fizeram círculos no corpo da menina. Daí um minuto tudo acabou. Homens armados sumiram pelos becos silenciosos, cegos e mudos. Cinco ou seis corpos, como o de Zaíta, jaziam no chão (EVARISTO, 2016, p. 76).

Conceição Evaristo denuncia a morte de crianças vítimas de balas perdidas nas favelas brasileiras. A narrativa nos remete aos frequentes casos de crianças pobres e pretas que tiveram sua vida ceifada precocemente, seja por autos de execução, seja por balas perdidas país afora. Em outras palavras, como filhos de escravizados eram separados de seus pais durante a escravidão, os filhos de mães pobres e periféricas continuam a ser brutalmente arrancados dos braços de seus genitores, devido à criminalidade e à violência policial.

Ademais, observamos que mais de um século se passou desde a abolição da escravatura, e os negros continuam condenados à exclusão social. A maior parte deles está alocada nas favelas, em moradias precárias, sem emprego e acesso à educação. Para a pesquisadora negra Lélia Gonzalez (2018, p. 232): “Ser mãe negra numa sociedade como a nossa, desde a época da escravidão é ver o filho – o filho, o companheiro, o irmão, seja lá quem for sair para o trabalho, para a escola e não saber se ele volta”. No contexto de uma sociedade racialmente segregada, as mulheres negras continuam historicamente a ter a maternidade negada, principalmente pela implantação de políticas de Estado que autorizam o extermínio de “vidas não reconhecidas como vidas”.

No conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, é enfatizada a violência disseminada pelos criminosos e pelo próprio Estado, que, na tentativa de conter o crime, acaba difundindo ainda mais a violência, principalmente nos bairros periféricos, onde a marginalidade é mais latente: “Nos últimos tempos na favela, os tiroteios aconteciam com frequência e a qualquer hora. Os componentes dos grupos rivais brigavam para garantir seus espaços e freguesias. Havia ainda o confronto constante com os policiais que invadiam a área” (EVA-

RISTO, 2016, p. 76). Em suma, a autora descreve a favela como um espaço onde os conflitos são intensos, principalmente o confronto entre criminosos rivais e a polícia, que culminou no fim trágico da menina Zaíta.

Assim, ao descrever a vida dos marginalizados em sua narrativa, Conceição Evaristo dá voz às mães, crianças e jovens vítimas de um sistema que continua segregando de forma escancarada a população negra. Afinal, a personagem Zaíta representa tantas outras crianças pretas e pobres que foram silenciadas por uma política de segurança pública de confronto que leva ao extermínio de moradores de favelas, vítimas de um *apartheid* velado e de grave desrespeito aos direitos humanos.

II.6 Um olhar sobre a maternagem e o abandono em “Di lixão”

No conto “Di lixão”, que será analisado nesta subseção, a escritora Conceição Evaristo enfatiza a violência vivenciada por uma criança pobre, moradora de rua. Nessa narrativa, nos deparamos com a violência de Estado e a intrafamiliar, com agressões de natureza física e psicológica que culminam no abandono, criminalidade e morte do personagem. O protagonista se chama Di lixão e é órfão, filho de uma mãe assassinada que, sem amparo de familiares e do Estado, foi parar nas ruas, ficando vulnerável a muitas formas de violência, como a marginalização e o abandono.

Em uma roda de leitura transmitida pelo Instituto Estação das Letras, no dia 14/09/2020, Conceição Evaristo⁶ relatou o quanto foi dolorida a escrita do conto “Di lixão”, o qual descreve como um dos seus preferidos. A escrita do conto nasceu a partir da história de um garoto que vendia amendoim e estava extremamente furioso com o colega que havia lhe batido, e que prometia vingar-se do parceiro. Mediante esse fato, a escritora escreveu o conto “Di lixão”, que conta a história de um menino que foi morar nas ruas depois da morte da mãe. Diante da sua vulnerabilidade social, ele foi acometido por uma dor de dente que culminou na sua morte precoce.

Conforme a pesquisadora Mary Del Priore (*apud* LONDOÑO, 1991, p. 129), no fim do século XIX, os juristas começaram a se preocupar com a realidade das crianças moradoras de rua. Eles usavam o termo “menor abandonado” para se referirem a crianças e adolescentes

⁶INSTITUTO DAS LETRAS. **Roda de leitura no Complexo do Alemão: Encontro com a escritora Conceição Evaristo.** YouTube, Setembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/eK4Ea6HY9Y4>. Acesso em: 14 ago. 2020.

pobres que viviam perambulando pela cidade e não estavam sob a responsabilidade de seus pais ou tutores. Anos depois, o termo passou por debates e discussões devido à sua limitação.

Considerando que a personagem Di lixão morava nas ruas e não tinha nenhum responsável, tampouco a proteção do Estado, vamos dar preferência ao termo “criança abandonada” para nos referirmos à situação de abandono desse adolescente. Assim, na narrativa, nos deparamos com um adolescente de 14 anos que divide com um companheiro de “quarto-marquise” um alpendre de um espaço comercial, usado como tenda para dormir:

Di lixão abriu os olhos sob uma madrugada clara que já se tornava dia. Apalpou um lado do rosto, sentindo a diferença, mesmo sem tocar o outro. O dente latejou espalhando a dor por todo o céu da boca. Passou lentamente a língua no canto da gengiva. Sentiu que a bola de pus estava inteira (EVARISTO, 2016, p. 77).

Essa passagem da narrativa abre o primeiro parágrafo do conto, apresentando um personagem à mercê da dor, sofrimento e abandono. Di lixão estava dormindo na calçada ao lado do amigo com quem dividia o pequeno espaço, quando começou a apresentar sinais de que estava doente. Há alguns dias, um tumor na boca estava lhe incomodando: “O dente latejou espalhando a dor por todo céu da boca” (EVARISTO, 2016 p. 77). O amigo, porém, não demonstrou nenhuma preocupação com Di lixão.

Ademais, convém destacar que a cena de abandono é narrada em terceira pessoa e rememora o tempo em que o menino morava com a mãe, sobretudo o modo como ela havia sido assassinada:

E foi se encolhendo, se enroscando até ganhar a posição de feto. Pela primeira vez, depois de tudo, se lembrou da mãe. Ainda bem que aquela puta tinha morrido! Ele sabia quem tinha matado a mulher. Tinha visto tudo direitinho. Na polícia negou que estivesse por perto, que suspeitasse de alguém. Depois de três ou quatro idas à delegacia, os policiais acabaram por deixá-lo em paz. Ele sabia quem foi. Pouco importava. Que deixassem o homem solto. Não gostava mesmo da mãe (EVARISTO, 2016, p. 78).

Diante desse fragmento, nota-se que o protagonista tem muita mágoa da mãe: “uma puta safada que vivia querendo ensinar a vida para ele” (EVARISTO, 2016, p. 78). Logo, o narrador nos apresenta uma vítima da miséria dos pais, da ausência de laços afetivos, do carinho maternal e sobretudo do desamparo material e moral do Estado, que trata essas crianças como simples caso de polícia.

Nesse sentido, compreendemos que, no conto “Di lixão”, é apresentada uma mãe que não só aplica castigos ao filho, mas também se demonstra preocupada com o destino do menino: “Di, vai para escola! Di, não fala com meus homens! Di, eu nasci aqui, você nasceu aqui, mas dá um jeito de mudar o seu caminho!” (EVARISTO, 2016, p. 78). Em suma, inter-

pretamos que a mãe, apesar da condição subalterna em que vive, reconhece que a escola é um espaço onde Di lixão pode encontrar nova perspectiva de vida e assim evitar o ciclo de miséria e abandono.

Conforme Maria Luiza Marcílio (1998), o fenômeno do abandono é tão antigo quanto a história da colonização. Era muito raro o Estado assumir a responsabilidade por seus menores abandonados, alegando falta de recursos. Contudo, as pesquisas sobre a história social da criança comprovam que havia omissão e descaso público, pois a realização desse serviço era extremamente difícil e cara.

Nota-se que o ciclo da miséria e do abandono se repete com as personagens: tanto a mãe quanto o filho são vítimas de um sistema que os relegam à invisibilidade. Em outras palavras, percebemos que Di lixão experimenta as mais traumáticas formas de violência, não só em casa, como na rua:

Di lixão estava com vontade de mijar. Queria levantar e não podia. Ia soltar nas calças. Não podia fazer. A mãe, aquela puta, era bem capaz de viver de novo e vir castigá-lo. Apalpou, meio sem jeito e envergonhado, as partes doídas. O dente latejou fundo no profundo da boca. Dor de dente matava? Não sabia. Sabia, porém, que ia morrer. Mas isto também, como a morte da mãe, pouca importância tinha. Onde estava o desgraçado do outro? Só não queria morrer sozinho (EVARISTO, 2016, p. 79).

Nessa passagem do conto, a personagem rememora os traumas vividos do lado da mãe, bem como a pouca importância dada à morte dela. Di lixão testemunhou o assassinato da mãe, contudo, devido aos castigos impostos por ela, não conseguiu perdoá-la e, como forma de vingança, não denunciou o assassino para a polícia.

Compreendemos que estamos diante de um conto que, além da temática do abandono, revela também a maternidade transgressora. A mãe lança mão de métodos violentos para punir o filho. Essa atitude, sob o julgamento social, é vista com repúdio, haja vista que, no imaginário coletivo, toda mãe é “boa”. Contudo, a mãe de Di lixão não se encaixa nessa definição, rompendo com esse ideal:

Quando era pequeno mijava nas calças. Sua mãe lhe batia sempre por isso. Um dia, ela numa crise de raiva, ao ver o menino todo ensopado de mijo, puxou a bimbina dele até quase arrebentar. E dizia para ele aos berros que aquilo era para mijar, para mijar, mijar, mijar... (EVARISTO, 2016, p. 79).

Nesse sentido, o ato de transgredir pode causar desconforto, sobretudo nos que veem a maternagem como uma função “santificada”. A maternagem, para a mãe de Di lixão, se torna um ato transgressor desde que decide cuidar do filho sozinho e utiliza a prostituição como forma de sobrevivência em meio à situação de subalternidade.

Conceição Evaristo nos leva a refletir que as funções de prostituta e doméstica foram historicamente reservadas às mulheres pobres. A mãe de Di lixão, por exemplo, morre na miséria e não consegue dar uma vida melhor para o filho. Assim, Di lixão e a mãe são vítimas de um sistema que segrega homens, mulheres e crianças acometidos pela miséria e pelo abandono:

Os primeiros trabalhadores passavam apressados. Di lixão teve vontade de chamar um deles, mas silenciou o desejo na garganta. O sol anunciava o dia quente. Ele, entretanto, tremia de frio. Sentia um vazio na cabeça, no peito e estômago. Tinha um pouco de fome. Havia umas duas semanas que aquele tumorzinho na boca, junto ao dente, doía que ele não podia comer quase nada (EVARISTO, 2016, p. 80).

O trecho supracitado demonstra o quanto o personagem é invisível diante de um sistema opressor, pois teve vontade de chamar alguém, mas recuou e silenciou. A rua pode ser um lugar de encontros, de comercialização, mas também pode ser um espaço de exclusão. O “tumorzinho” na boca que, aparentemente, seria inofensivo, representa a metáfora da condição precária de Di lixão, como alguém que morre aos poucos diante da ineficiência do Estado:

Deitou novamente, retomando a posição de feto, já eram sete horas da manhã. Um transeunte passou e teve a impressão de que o garoto estava morto. Um filete de sangue escorria de sua boca entreaberta. Às nove horas o rabeção da polícia veio recolher o cadáver. O menino era conhecido ali na área. Tinha a mania de chutar os latões de lixo e por isso ganhara o apelido. Sim! Aquele era o Di lixão. Di lixão havia morrido (EVARISTO, 2016, p. 80).

Nessa última passagem do conto, observamos que Di lixão retoma a posição de feto. O narrador parece mais uma vez chamar a atenção do leitor para a falta de proteção maternal e paternal, bem como nos lembra da ausência de políticas públicas que acolham crianças em situação de rua. Ademais, um fato curioso é o nome do personagem, Di lixão. Entendemos que a autora faz questão de mencionar que o menino recebera esse apelido por chutar latões de lixo nas ruas. “Às nove horas o rabeção da polícia veio recolher o cadáver” (EVARISTO, 2016, p. 80). Nesse pequeno fragmento, a autora parece denunciar a precariedade com que a vida é tratada – é como se o corpo do menino fosse confundido como um entulho qualquer que seria recolhido da rua.

Evaristo constrói um personagem extremamente vulnerável às questões sociais e apresenta uma crítica ao sistema que não consegue sugerir formas de incluir essa parte da população que, historicamente, foi condenada à marginalização.

Em outras palavras, compreendemos que a violência estrutural, física e psicológica faz parte do cotidiano de muitas crianças brasileiras, porque são sujeitadas à miséria e ao abandono, não só pelos familiares, como também pelo Estado, que deveria protegê-las.

Dessa forma, a autora tem sua escrita voltada para as classes que vivem em situação de marginalização. Todos os dias, encontramos muitos Di lixão vivendo nas ruas, subjugados ao abandono, desemprego, à falta de moradia, de educação e saúde. A morte da personagem se dá por um motivo aparentemente banal, “uma dor de dente”, mas que, aliada a tantas outras dores, representa a metáfora do abandono e do descaso com os menos favorecidos. Essa narrativa é a de muitos outros abandonados por um Estado que não consegue dar uma assistência mínima à sua população.

CAPÍTULO III

O CORPO NEGRO FEMININO NAS NARRATIVAS DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Historicamente, a construção cultural do corpo esteve atrelada ao domínio do patriarcado. O corpo feminino sofreu com os mais severos julgamentos, o que resultou no silenciamento das mulheres, como afirma Perrot (2003, p. 13): “pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução”, o que cria a imagem supervalorizada da reprodução, rotulando-o como objeto corpo-procriação do desejo masculino.

O patriarcado manteve o controle sobre o corpo feminino. Quando nos referimos às mulheres negras, essa vigilância esteve mais fortemente marcada devido ao silenciamento proveniente da escravidão e da subordinação à qual elas foram submetidas. Seus corpos foram usurpados e objetificados, não só para o trabalho escravo, como para a exploração sexual.

A imagem de controle da mulher negra foi transposta para a literatura, e grandes escritores retrataram as negras como eróticas ou as depreciaram como animais. Contudo, nas últimas décadas, a literatura contemporânea produzida por mulheres negras tem procurado desconstruir de forma conscientizada essa imagem de opressão. Nesse sentido, verifica-se a autoria de Conceição Evaristo como uma escrita de combate aos estereótipos que por longo tempo foram contemplados na literatura brasileira.

Tendo em vista a produção datada de 1858, revisitada 164 anos depois, prova-se que as mulheres negras já estavam escrevendo, contudo, eram apagadas por uma elite branca e letrada, como o caso de Maria Firmina do Reis. Nos escritos da autora, é possível identificar temáticas relacionadas a gênero e raça, bem como a resistência e militância a partir da perspectiva de uma mulher negra.

Essa escrita veementemente política coloca em evidência que não é de hoje que mulheres negras produzem e combatem os discursos depreciativos sobre a população negra. Dessa forma, embora não estivessem nos circuitos editoriais instituídos, evidencia-se que elas estiveram atentas e se mantiveram resistentes e intencionalmente articuladas para contar suas próprias narrativas e falar do corpo negro feminino, que foi histórica e culturalmente desumanizado.

Muitas escritoras negras brasileiras têm publicado, com suas escritas insubordinadas e denunciadoras, procurando desconstruir a “visão única” sobre o negro no Brasil. Conceição Evaristo, Geni Magalhães, Miriam Alves, Cristiane Sobral, entre outras, têm manifestado e

verbalizado na literatura sua “escrevivência”, termo evaristiano que remete à escrita centrada nas próprias vivências, como pontua Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada (DUARTE; NUNES, 2020, p. 32).

Assim, o ato de escrever ultrapassa os limites da percepção de vida. Escrever é uma forma de resistir, principalmente em lugares majoritariamente ocupados por uma cultura da elite. A literatura escrita por mulheres negras busca romper com o imaginário que coloca o negro em determinados lugares ou em funções definidas pelo persistente sistema escravocrata.

III.1 Imagens de controle e opressão em Ana Davenga, Duzu, Maria e Natalina

A mulher negra saiu da escravidão marcada e sacramentada com a imagem da “serviçal fiel e obediente”, criada para justificar a exploração da trabalhadora doméstica, bem como para confiná-la nos serviços subalternos. Na literatura, a imagem de controle da “mãe-preta serviçal e ama de leite” continuou sendo reproduzida, não só nos grandes clássicos da literatura, como nas novelas televisivas.

Ao olharmos o corpo da mulher negra ao longo do processo histórico, nos deparamos com uma série de construções submetidas a um controle social voltado para a desvalorização, exclusão e exploração desse corpo. A representação da imagem da mulher negra é uma tentativa de disciplinar e domesticar o corpo, com o propósito de objetificá-lo.

Nessa perspectiva, ao pensar o corpo da mulher negra, Conceição Evaristo propõe narrativas cujas personagens não só vivenciam inúmeras formas de opressão, mas também questionam e denunciam a imagem de controle que ainda continua viva na cultura erudita e no imaginário popular. As personagens Ana, Duzu, Maria e Natalina são mulheres negras cujos corpos foram demarcados por violência e opressões.

Para a pesquisadora negra Patricia Hill Collins (2019, p.141), “em relação à opressão de raça, imagens de controle como a da ‘mamy’ visam influenciar o comportamento materno da mãe negra”. Nesse sentido, Evaristo apresenta a maternagem da mulher negra em oposição à imagem de controle imposta por uma sociedade patriarcal majoritariamente branca. A per-

sonagem Natalina, por exemplo, ao contrário da figura da mulher tradicional, não se sente obrigada a casar por conta da gravidez, tampouco a criar o filho, como já mencionado no capítulo II desta dissertação.

No conto “Maria”, pode ser observada a forma como muitas trabalhadoras negras são tratadas. Conceição Evaristo ilustra que o corpo negro está numa posição de subalternidade com relação ao lugar que a outra pessoa ocupa. Segundo Collins (2019, p.138), “a dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado”. Maria, como pertencente ao grupo minoritário, não é vista como sujeito, não tem o direito de definir sua própria realidade, tampouco contar sua própria narrativa. A forma como Maria é submetida ao trabalho no fim de semana demonstra que mulheres negras podem ser tratadas como se fossem “animais”, e isso é uma forma de objetificação.

O narrador enfatiza que no fim de semana, na casa da patroa, ocorrera uma festa e que Maria tinha levado para casa os restos de comida, as frutas que tinham enfeitado a mesa. A maneira como a personagem é tratada ilustra como a empregada doméstica negra pode ser objetificada pela relação de dominação, pois é negado a Maria o papel de sujeito, bem como o direito de ser tratada como pessoa. Esse tratamento é tão grave que acaba por desumanizar e deixar o outro na invisibilidade.

A literatura produzida por Conceição Evaristo oferece uma visão abrangente da luta da mulher negra e oferece uma autodefinição positiva diante da imagem depreciativa da condição do corpo negro feminino. No conto “Ana Davenga”, a personagem Ana assume um papel de submissão, tendo em vista que tem poucas chances de sobrevivência, ao ver no companheiro (Davenga) uma possibilidade de não ficar sozinha ou de ter um homem que possa protegê-la. Para Collins (2019), a dor, violência e morte formam um conteúdo essencial da vida dessas mulheres, cujas escolhas de vida são severamente limitadas e que muitas vezes tendem elas próprias a se destruírem.

Conceição Evaristo retrata ainda outras formas pelas quais as mulheres negras tentaram resistir à condição de opressão. Natalina, Duzu e Ana Davenga são personagens femininas negras que resistem à imagem de controle: embora socialmente exploradas, elas inventam formas de fugir da dor. A personagem Duzu, por exemplo, prostituída e abandonada na sarjeta, usa a imaginação para fugir da realidade.

A herança escravocrata impedia Duzu de realizar seus sonhos, de ter tido oportunidade de estudar e até mesmo de viver sua infância, e, para fugir da dor e decepção, constrói um mundo imaginário que também será compartilhado com a neta Querença. Conceição retrata

uma personagem que, embora vivendo na miséria, nega a imagem de controle. Já Natalina é estuprada e engravida do homem que a violentou, mas, mesmo diante da violência, mantém o âmagô da resistência e dá à luz a criança concebida nos “Frágeis limites da vida e da morte” (EVARISTO, 2016, p.50).

A ficção da autora está repleta de heroínas negras independentes. Natalina resiste, fazendo algo inesperado, Criar o filho concebido de uma violência sexual, pois ainda que insultada e violentada, mantém a cabeça erguida; ainda que silenciada, é capaz de resistir. O silêncio de Natalina com relação à violência sofrida não deve ser interpretado como submissão, mas como uma forma de se proteger, como única esfera da liberdade possível diante das situações traumáticas às quais fora submetida, tanto no ambiente familiar quanto na sociedade branca e racista.

A autora permite a alta reflexão sobre a consciência negra feminina que leva mulheres negras a suportar e, em muitos casos, a transcender os limites da opressão interseccional de raça, classe, gênero e sexualidade. Maria, Ana Davenga, Duzu e Natalina encontraram forças para fazer frente à objetificação como “mulheres animais”. Nesse sentido, essas personagens não foram vítimas, mas sobreviventes. Evaristo nos faz refletir que personagens como Ana Davenga e Natalina acabam tornando-se participantes involuntárias de sua própria opressão.

As mulheres apresentadas nos contos conversam umas com as outras: mães, irmãs, avós, netas e amigas. A importância dessas relações transcende os desafios enfrentados pelas personagens: a relação entre Duzu e a neta Querença enfatiza o laço entre a vó e a neta que supera as opressões de imagem, mas que também nos leva a refletir sobre a difícil relação ou a dificuldade que as mulheres negras enfrentam frente à opressão coletiva. Para Collins (2019, p. 203), “quando a sobrevivência da mulher negra está em jogo, criar autodefinições independentes é essencial”; contudo, nessa relação, a mulher negra pode se manter resistente como uma maneira de lidar com a dor, que pode em certos contextos ser encarada como forma de silenciamento e apagamento.

A autora apresenta Duzu e Natalina como personagens femininas negras afetadas pela imagem de controle: a primeira, iniciada na prostituição quando ainda era uma criança. A imagem da prostituta negra está posta como personificação da “raça”, por meio da qual Evaristo nos coloca diante de uma personagem negra depreciada sexualmente. Na segunda, temos a representação do corpo negro espancado e violado, tornando-se uma figura de estimação por

meio da prática forçada, tanto pela violação quanto pela prostituição. Dessa maneira, tais violências funcionam como forma de controle da imagem da objetificação do corpo negro.

Por conseguinte, falar sobre o corpo negro é refletir sobre a representação social de suas especificidades no contexto histórico brasileiro, que coloca em debate o papel assumido pela mulher negra na sociedade. Cotidianamente, a mulher é, em geral, influenciada pelos estereótipos de beleza: mulher branca, alta, olhos claros. E quem não se enquadra nesse padrão está automaticamente eliminada da seleção. Esse cenário excludente é tão cruel que chega a influenciar o modo de vida e comportamento das pessoas, especialmente das meninas negras, que tentam se “embranquecer” para serem aceitas nesse meio social.

Nesse contexto, podemos citar como alvo do sistema opressor o corpo da mulher negra, que inevitavelmente é visto de forma diferenciada. Nos moldes escravocratas, o corpo feminino negro era comercializado, e atualmente esse corpo ainda é exposto para ser consumido. Assim, falar do corpo é nos reportar às narrativas de mulheres negras que tiveram seus corpos expostos às mais diversas formas de violência: estereótipos sexuais, corpo-objeto, pobreza, além das opressões relacionadas à raça, classe e gênero.

Nesse sentido, considerando o corpo da mulher negra na literatura, Conceição Evaristo trata da violência e objetificação do corpo negro do ponto de vista das narrativas de mulheres negras que nos colocam diante da reflexão sobre um corpo violado. Dessa forma, a obra evaristiana desconstrói a visão ultrassexualizada do corpo negro feminino, como, por exemplo, o da personagem Gabriela, invisibilizado e ultrajado, conforme se pode observar no seguinte fragmento da obra de Jorge Amado:

Seu Nacib era para casar com moça distinta, toda nos “brinquês”, calçando sapato, meia de seda, usando perfume. Moça donzela, sem vício de homem. Gabriela servia para cozinhar, a casa arrumar, a roupa lavar, com homem deitar. Não velho e feio, não por dinheiro, por gostar de deitar (AMADO, 1959, p. 181-182).

É perceptível o estereótipo da mulher negra como serviçal ultrassexualizada, que serve não só para o trabalho doméstico, como também para se deitar com os homens. O autor ainda reforça essa visão quando deixa claro que essa atribuição de promiscuidade parte da personagem. Esse ponto de vista coloca em evidência que a imagem de controle da mulher negra em determinados clássicos da literatura é influenciada pela criação social do sistema escravocrata, que infelizmente ainda está vivo na mentalidade e cultura do povo brasileiro.

Em suas obras, especialmente em *Olhos d'Água*, ao apresentar suas personagens, mesmo quando prostituídas, Conceição Evaristo coloca em xeque um corpo feminino negro violentado não só por um passado escravocrata, mas pelas mais variadas formas de represen-

tação e exploração do corpo negro, bem como as imagens de controle impostas por uma classe dominante. Quando nos reportamos ao corpo da mulher negra nas narrativas da autora, nos deparamos com personagens que sofrem múltiplas violências: mulheres prostituídas, violentadas, exploradas e subalternizadas. A autora abre espaço para refletirmos sobre a imagem da mulher negra como uma forma de combatermos os estereótipos discriminatórios que autorizam a violência contra o corpo negro feminino.

Na narrativa de Evaristo, as personagens domésticas, prostitutas, meninos de rua, entre outros personagens excluídos da sociedade, são protagonistas e ganham lugar de destaque, dando ênfase à crítica ao preconceito, ao branqueamento e à marginalidade. Personagens como Di lixão, Ana Davenga, Natalina, Maria e Duzu são construções que vão além da perspectiva social. Ao pensar nesses contos, nos deparamos com uma escritora extremamente preocupada com o abrandamento poético, mesmo tratando de temáticas tão duras.

Entendemos assim que a objetificação e a sexualidade da mulher negra estão atreladas a concepções racistas reproduzidas e naturalizadas, o que é desconstruído nos textos de Evaristo. Exemplo disso é a passagem em que Davenga está atento aos movimentos e à dança de Ana: “Ela lhe lembrava uma bailarina nua, tal qual a que ele vira um dia no filme da televisão. A bailarina dançava livre, solta, na festa de uma aldeia africana” (EVARISTO, 2016, p. 25).

Ao descrever a personagem como uma bailarina que dançava livremente numa festa de seus ancestrais, a autora desconstrói a ideia da mulher sensual e exótica retratada no âmbito das rodas de samba. Configurando esse novo olhar para a ambiência social negra, a personagem se distancia da Gabriela retratada por Jorge Amado no romance *Gabriela, Cravo e Canela*, bem como de Rita Baiana, da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Dessa maneira, Evaristo busca novos sentidos para representar o corpo negro feminino.

A escritora Conceição Evaristo retratou outras formas pelas quais as personagens negras foram desvinculadas do discurso ditado por imagens depreciativas da condição da mulher negra. No conto “Duzu-Querença”, a autora usou os sonhos em formas de “voos” para escapar da dolorosa realidade feminina negra. A personagem Natalina, do conto “Quantos filhos Natalina teve?”, consegue conceber o filho proveniente de um estupro, ignorando a dor na tentativa de se ver livre de qualquer culpa ou cobrança.

A autora não só retrata as várias reações que as mulheres negras expressam individualmente à sua objetificação, mas também nos revela a possibilidade de um crescimento pessoal mesmo em condição tão dolorosa. O crescimento pessoal de Natalina ilustra o processo de rejeição da imagem de controle da mulher negra definida socialmente. A princípio, a autora

apresenta uma personagem ainda menina no enfrentamento de um mundo adulto, vindo a enfrentar uma gravidez indesejada na pré-adolescência. A negação é outra característica fortemente encontrada no conto, pois Natalina não aceita construir família com o pai do segundo filho e abandona o namorado para buscar sua própria autodefinição. No fim do conto, resiste a todas as definições externas de si, que são construídas a partir de imagens de controle aplicadas às mulheres negras e mães solteiras.

As personagens negras de Conceição Evaristo mostram como a escrevivência da autora explora o tema da resistência das mulheres negras às imagens de controle, uma resistência caracterizada pela mulher emergente na literatura negra. Os contos da escritora estão repletos de heroínas negras independentes, personagens que expressam a diversidade de classes sociais. As mulheres de classes trabalhadoras, como Benícia, do conto “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, representam as mulheres emergentes que conseguem superar uma série de dificuldades.

Outra protagonista da classe trabalhadora é Maria, mãe solteira, que busca conciliar o trabalho de doméstica com a criação dos filhos: embora silenciada e acometida por um fim trágico, a autora nos apresenta uma personagem negra capaz de se rebelar contra as imagens de controle. A narrativa propõe assim, em meio ao silêncio, o ecoar da voz de tantas mulheres negras, trabalhadoras vítimas do racismo e sexismo.

III.2 Exploração do corpo negro e feminino

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”. Essa frase, que compõe a letra da música da cantora Elza Soares, é uma síntese dos escritos de Conceição Evaristo. Essa frase é rechaçada cultural e socialmente há cinco séculos na sociedade brasileira. Nesse contexto histórico, o corpo negro feminino foi explorado e sujeito à violência que se perpetua até os dias atuais. Não por acaso, as personagens de Evaristo são mulheres negras que foram vítimas de várias formas de violência, dentre elas a violação do corpo feminino negro.

As personagens Ana Davenga, Duzu e Maria são vozes dissonantes, enfrentando o poder dominante que as silenciou e rompendo com a hegemonia através de um discurso pautado no corpo negro feminino. Isso ocorre tendo em vista as desconstruções em torno das imagens de controle do corpo feminino fora do padrão preconizado pelo modelo estético branco, que

encarcerou as mulheres pretas como serviçais. As personagens de Evaristo são emergentes e se autodefinem mesmo dentro de uma estrutura de subalternização e silenciamento, isto é, elas conseguem criar estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais e deslegitimam a norma colonizadora.

O desfecho trágico do conto “Ana Davenga” evidencia o tratamento dado ao corpo negro feminino mediante o silêncio e o anonimato impostos ao corpo da personagem. Ao ser metralhada pelo policial, Ana leva as mãos à barriga e se encolhe, na tentativa de proteger a criança que estava no seu ventre. Esse gesto da personagem pode ser interpretado como uma voz dissonante, no intuito de denunciar as atrocidades contra os marginalizados. O gesto de autodefesa de Ana exterioriza o grito dos excluídos e demonstra que seu silenciamento é a tentativa de ecoar a voz dos que de alguma forma foram esquecidos e eliminados pelo poder dominante.

Ainda no desfecho do conto, a morte de um policial é noticiada pelo telejornal, enquanto o corpo da mulher negra grávida fica no apagamento – é um “corpo qualquer” alvejado, sem mesmo o direito a uma nota de falecimento. A invisibilidade da personagem é estratégica e denuncia muitos casos cotidianos no Brasil, decorrentes principalmente da discriminação racial, do sexismo e das políticas de morte nos lugares mais periféricos.

“Duzu-Querença” é outra narrativa que denuncia o apagamento do corpo da mulher negra, mas a personagem Duzu usará os sonhos e devaneios como forma de enfrentar o silenciamento. O título do conto, “Duzu-Querença”, nos remete a duas personagens: a avó, marcada pela exploração do corpo feminino negro, e a neta Querença, que em contrapartida irá “reinventar a vida, encontrar novos caminhos” (EVARISTO, 2016, p. 36-37).

No conto, Duzu-Querença ocupa um espaço subalternizado, cuja voz é sufocada e silenciada pelo lugar de opressão, que a obriga a tornar-se objeto de exploração sexual. Ainda menina, a personagem é exposta à prostituição. Conforme a narrativa, a menina teve sua primeira relação sexual ainda criança, com um cliente do prostíbulo. Essa cena levanta um debate sobre as condições das mulheres negras, que já em tenra idade têm o corpo visto como objeto de desejo. “Existe um olhar colonizador sobre os nossos corpos”, segundo Djamila Ribeiro (2019, p. 34), que resulta no apagamento, silenciamento e exclusão social. Nesse sentido, a menina Duzu representa a condição subalterna da mulher negra.

Conceição Evaristo problematiza e denuncia a exclusão dos sujeitos e o perigo de uma história única, “que rouba a dignidade das pessoas” (ADICHIE, 2019, p. 27), contudo, a autora nos propõe desestabilizar essa visão única através da voz insurgente, na figura da neta de

Querença, que aparece como uma possibilidade de alcançar a autodefinição, rompendo com as estruturas sociais.

Conforme destaca Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentiras, mas que são incompletos”, fazendo com que uma história se torne hegemônica. Nesse sentido, tais estereótipos confinam a mulher negra em determinados lugares ou funções, como arrumadeira, cozinheira, prostituta ou mãe preta, bem como o mito da “mulata permissiva”, que fomenta representações negativas, a exemplo da erotização exacerbada dos corpos negros, que objetificam e desumanizam esses sujeitos, formando as imagens de controle social.

A personagem Maria tem o corpo marcado pela exploração do trabalho doméstico. Nessa perspectiva, é notório compreender que o trabalho doméstico no Brasil é fortemente estigmatizado pela inferiorização, que leva à violência marcada pelo racismo e discriminação. A forma como esse trabalho é visto coloca as mulheres negras em condição de subalternidade, haja vista que essa função, em sua totalidade, é destinada a esse grupo social. Em muitos casos, elas têm seus corpos explorados e expostos a diversas formas de violência. Maria, nome dado à personagem, é a representatividade de uma mulher comum e que representa tantas Marias acometidas pela exploração, vítimas não só da violência social, como da violência física. Na narrativa, Maria tem um corte na mão, provocado por uma faca a laser que enfatiza visivelmente o ferimento profundo de um sistema excludente e escravista.

O conto nos apresenta, portanto, a exploração no local de trabalho, pois os patrões muitas vezes não exercem suas responsabilidades trabalhistas, fazendo com que essas mulheres sejam submetidas a baixos salários em troca de seus serviços, sofrendo desrespeito. Nesse sentido, é possível constatar que o corpo feminino negro sofre violência, que vai desde os abusos e exploração no local de trabalho à agressão física no transporte coletivo.

Diante do exposto, a análise do conto “Maria” nos aponta o corpo de uma mulher marcada pela exploração e violência praticada por uma sociedade racista, sexista e patriarcal. A primeira violência está vinculada ao trabalho doméstico na casa de uma família rica, que a explora com o pagamento de um salário aviltante que mal dá para comprar remédios para as crianças. A segunda está relacionada à solidão e abandono, pois o companheiro a deixou cumprindo todas as obrigações, sobretudo a de cuidar dos filhos. A terceira, por fim, diz respeito à violência física sofrida por Maria, que tem a morte brutalmente executada pelos passageiros de um transporte coletivo.

Maria foi linchada pela condição que o corpo feminino negro assume diante de um cenário social racista e sexista. O fato de ser uma mulher negra e ter seu corpo criminalizado confirma que essas mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social, justamente porque são as mais afetadas pela realidade violenta que acomete as mulheres no Brasil. A personagem Maria representa tantas outras que vivem na invisibilidade e que têm seus corpos desrespeitados, violados e criminalizados.

Segundo Djamila Ribeiro (2019, p.42), “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que quando as pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida”. A personagem do conto “Maria” não só reivindicou o direito à voz, como também o direito à vida, mas, infelizmente, não teve suas pautas reivindicatórias atendidas.

No conto “Quantos filhos Natalina teve?”, por sua vez, estamos diante de uma personagem vítima de estupro, que num impulso repentino consegue tirar a vida do estuprador, mas que decide criar a semente que vingou em decorrência da violência sexual. Natalina consegue apagar as marcas da violência deixadas pelo agressor: aquela criança seria bem-vinda, aquele “filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte” (EVARISTO, 2016, p. 20).

Dessa forma, o corpo subalterno de Natalina se apresenta resistente, principalmente diante da longa história de abusos perpetrados contra as mulheres negras, pois a personagem não se coloca no lugar de vítima devido à violência sofrida, mas descortina na dor a oportunidade de recomeçar uma nova vida sem ter dívida nenhuma com ninguém. O conto nos apresenta a maternagem fora dos padrões maternais concebidos pela ideologia sociocultural. Contrapondo-se a esse olhar, a personagem rompe com esse ideal e assume o papel de genitora quando a gestação é desejada.

Nesse sentido, Conceição Evaristo propõe uma reflexão sobre a maternidade da mãe-negra, com um olhar diferente daquele que é narrado como a história única e idealizada do amor materno, levando-nos a refletir sobre as diversas formas de maternar. Logo, o conto nos leva a pensar quantas mães e filhos da dor foram gerados de forma traumática por mulheres negras que tiveram seus corpos violados em abusos domésticos, incestos e exploração sexual. Para Collins (2019, p. 253):

Essas mulheres são vitimadas duplamente: primeiro pelo estupro, nesse caso o estupro coletivo na escravidão; e o segundo de membros da família, moradores da comunidade e instituições sociais, como a justiça penal, que de alguma maneira acreditam que as vítimas de estupro são responsáveis por serem vítimas.

A autora levanta um debate sobre a situação da mulher negra diante das estatísticas atuais, que afirmam que ela está mais propensa a não denunciar seu agressor porque entende que não terá suas reivindicações atendidas. Nesse sentido, a personagem Natalina, ao contrário do que se espera, tem sua reivindicação atendida porque mata o agressor como uma forma de se proteger, sentindo-se então vingada e pronta para o recomeço.

Assim, a obra evaristiana nos mostra diferentes personagens cujas narrativas se confundem e se inter cruzam, sobretudo na dor e nas lutas semelhantes. Suas personagens são mulheres negras que experimentam formas paralelas de violência, especificamente atreladas à raça e ao gênero.

III.3 As “escrevivências” do corpo negro e feminino

O termo “escrevivência”, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, em sua junção das palavras “escrever” e “viver”, representa a “escrita de si”, bem como a escrita de mulheres negras orientadas por uma subjetividade feminina negra. As narrativas evaristianas são marcadas pela crítica social, pela história dos afrodescendentes e por lutas que permitem refletir profundamente sobre as causas relacionadas à raça e ao gênero. Para Evaristo (2005, p. 203), a escrita é uma forma de acessar o mundo:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando nisso. Não sei de vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia, esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo.

Dessa forma, nos deparamos com um projeto literário profundamente marcado pela vivência e memória. A escrevivência está ligada à memória ancestral, que desde o momento em que é acionada deixa de ser uma simples representação do passado e passa a ser o presente, de modo a transformar o futuro em forma de reescrita das narrativas que descrevem o negro dentro de uma perspectiva ocidental e excludente.

Em um país onde o negro foi e ainda é silenciado, fazem-se urgentes narrativas que desconstruam a visão única sobre o corpo negro, principalmente quando a subalternização desses corpos tem a história marcada pela escravidão. Dessa maneira, a literatura produzida por mulheres negras não tem só um valor estético, mas constitui um caráter revolucionário e

político, como bem descreve Evaristo (2005, p. 20): a escrevivência “não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. A escrita do corpo aqui analisado tem como propósito escrutinar as narrativas escritas por mulheres que, assim como Conceição Evaristo, pretendem refletir a escrita e leitura atravessada pelo corpo feminino negro como forma de insubordinação e de estilhaçar as máscaras do silenciamento.

Para a autora, a escrevivência, a princípio, é vista como a escrita de mulheres negras que pretendem desconstruir uma imagem do passado, em que o corpo negro feminino estava sob controle e sujeição do escravocrata. Por meio dela, essas mulheres se reinventaram e sob o domínio da escrita são capazes de resistir, de denunciar e reivindicar a escrevivência para se libertar das amarras de um passado marcado pelo poder do mando.

De acordo com Evaristo, as mulheres negras escrevíveis se apropriaram da escrita e lançaram mão da oralidade colada aos seus ancestrais: assim como os senhores escravocratas lançaram mão de seus corpos escravizados, elas lançaram mão da escrita para dizer a esses senhores que não aceitam nenhuma forma de exploração e açoite, e que escreverão suas narrativas e contarão outras histórias que há muito tempo foram sufocadas nas cozinhas das casas-grandes e no fundo das senzalas. Nesse sentido, Constância Lima e Isabella Rosado (2020, p. 32) afirma que:

Nossa escrevivência traz experiências, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana.

Experienciar e resgatar as memórias de seus ancestrais através de sua escrita é uma forma de se aproximar da cultura que fora negada a ela e aos seus. A autora nos propõe um olhar diferenciado sobre outros povos, aqueles a quem foi negada a sua própria história, e, como forma de sair do domínio do mando e da história única, Evaristo nos apresenta narrativas nas quais seus personagens experimentam a humanidade que lhe foi negada desde o processo de colonização.

Na narrativa “Ana Davenga”, o personagem Davenga, apresentado como “transgressor”, é capaz de demonstrar humanidade e sobretudo sentimentos pela esposa, embora tenha cometido assassinatos. Os personagens, mesmo quando transgressores e mergulhados no crime, são capazes de mandar um beijo e um abraço para os filhos, conforme vimos no conto “Maria”, quando a personagem se encontra com o ex-companheiro dentro do coletivo.

A maioria das personagens de Evaristo é apresentada dentro de um espaço de exclusão e é marcada pela pobreza, marginalização e violência. De acordo com a autora, o leitor pode ser levado a se identificar com essas personagens devido às suas experiências de vida, bem como o escritor ou escritora a lançar mão da escrita para imprimir no corpo escrito um pouco de si, mesmo que involuntariamente. Nesse sentido, a escrita permeia as narrativas dos escritores e pode fazer com que o leitor se identifique com seus personagens.

Escritoras negras, assim como Evaristo, têm sua escrita atravessada pelo corpo negro ou por uma escrevivência. Segundo Collins (2019, p. 173), “As escritoras negras estadunidenses retratam outras formas pelas quais as mulheres negras tentaram escapar desse mundo ditado pela imagem depreciativa da condição da mulher negra”. Essa escrita também está presente na ficção de muitas escritoras negras brasileiras, cujas personagens experimentam diversas formas de violência, mas que usam a negação como tentativa de driblar os problemas, ou até usam a loucura como forma de escapar da dor. No conto “Duzu-Querença”, a personagem Duzu usa os sonhos e “voos” para amenizar a dor da exclusão:

Duzu olhou a sua volta, viu algumas roupas no varal. Levantou com dificuldade e foi até lá. Com dificuldade maior ainda, ficou nas pontinhas dos pés abrindo os braços. As roupas balançavam ao sabor do vento. Ela, ali no meio, se sentia como um pássaro que ia por cima de tudo e de todos. Sobrevoava o morro, o mar, a cidade. As pernas doíam, mas possuía asas para voar. Duzu voava no alto do morro. Voava quando perambulava pela cidade. Voava quando estava sentada ali à porta da igreja. Duzu estava feliz. Havia se agarrado aos delírios, entorpecendo a dor. E foi se misturando às roupas no varal que ela ganhara asas e assim viajava, voava, distanciando-se o mais possível do real (EVARISTO, 2016, p. 35).

Conforme o exposto, a personagem Duzu é marcada por uma escrita que subverte a imagem depreciativa da mulher negra. Na introdução à obra *Olhos d'Água*, a escritora Jurema Werneck afirma que a autora reinventa “formas de estar no mundo” e “inventa jeitos de sobrevivências”. Assim, suas personagens, embora acometidas pela violência e marginalização, são resistentes a todas as definições externas de si mesmas, sobretudo à imagem de controle perpetuada em muitas narrativas literárias.

Evaristo afirma que quando escreve suas narrativas ou um texto ensaístico, não se desvincula de sua condição de mulher, cidadã, negra, brasileira e mãe, por isso sua escrevivência é carregada de subjetividade e sua literatura é construída a partir de suas próprias experiências, com uma linguagem partindo da oralidade, sobretudo da vivência do povo. Conforme a própria autora, “é a linguagem a marca mais profunda e mais reveladora da subjetividade das pessoas” (DUARTE; NUNES, 2020, p. 42).

Dessa forma, a linguagem tão marcante nos textos da autora revela-se em narrativas comprometidas com a “existência do ser negro”, num país em que o racismo continua sendo palco das mais veementes atrocidades contra a população afrodescendente. Além disso, a escrevivência evaristianiana é emergente a ponto de romper com as formas e gêneros narrativos preconizados na literatura brasileira.

Ao dialogar com a memória coletiva e com a “escrita de si”, a autora pode introduzir os desvalidos e esquecidos em um lugar que por muito tempo foi negado a esses povos. A própria escritora afirma: “que sua ficção, as personagens nascem profundamente marcada por sua condição de mulher negra e pobre” e também pelo seu posicionamento enquanto cidadã comprometida com os menos favorecidos. (DUARTE; NUNES, 2020, p.63).

Por essa linha, as narrativas evaristianas apresentam características únicas e “emergentes”. As personagens, apesar de atropeladas pela indiferença, violência e marginalização, se apresentam como “mulheres emergentes” capazes de se reinventar, mesmo em momentos de dor. Para Collins (2019), a literatura emergente feminina negra é aquela que cria uma nova condição da mulher negra, e essa característica é muito presente na ficção de Conceição Evaristo. A personagem Natalina, no conto ‘Quantos filhos Natalina teve?’, se rebela contra o domínio patriarcal, reivindica e toma posse de seu corpo através da construção da própria identidade. Conforme (DUARTE; CÔRTEZ; PEREIRA, 2018 p. 227):

Natalina e Maria acordam para a vida e contestam as estruturas que lhes são impostas pelo sistema patriarcal, tomam posse de si por meio da construção de suas autoestimas e identidades, trazendo à luz a voz das minorias sexuais, a voz dos corpos que querem ter razão sobre suas almas.

Assim, a escritora Conceição Evaristo não só retrata as várias reações que as mulheres negras expressam individualmente diante da objetificação, como também a capacidade de se reinventar e de construir autodefinições positivas. Logo, isso significa que suas personagens deixam de se ver como objetos e passam a expressar a totalidade do eu, ou seja, começam a expressar sua voz individual.

Pela voz da personagem Natalina, a autora sugere que a única forma de sobreviver é enfrentar o desrespeito cotidiano e os ataques inerentes às imagens de controle. E, dessa forma, a autora cria a possibilidade de tornar a voz audível, principalmente em um meio social em que as vozes das mulheres foram silenciadas. Logo, se as mulheres em geral não eram ouvidas, a mulher negra até pouco tempo era invisível na sociedade.

No desfecho do conto “Quantos filhos Natalina teve?”, o narrador onisciente é capaz de descrever os desejos mais íntimos da personagem, inclusive como ela se sente depois de passar pela experiência traumática do estupro:

Estava feliz. O filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz e só consigo mesma. Lembrava de Sá Praxedes e sorria. Aquela criança Sá Praxedes não ia conseguir comer nunca. Um dia, quando era quase menina ainda, saíra da cidade onde nascera fugindo da velha parteira. Agora, bem recentemente, saíra de outra cidade fugindo do comparsa de um homem que ela havia matado. Sabia que o perigo existia, mas estava feliz. Brevemente iria parir um filho. Um filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte (EVARISTO, 2016, p. 50).

A fala de Natalina através do narrador onisciente demonstra que, por trás de uma máscara da conformidade, há uma personagem emergente que representa tantas mulheres negras que em vez de se lamentarem, procuram sobreviver e inventar atos de resistência. Logo, o conformismo de Natalina não pode ser encarado como ato de submissão, mas como a única via de liberdade possível para ela no estado permanente de encarceramento em que vivia.

Em suma, no conto ‘Quantos filhos Natalina teve?’ observamos a visível força da “mulher emergente” diante das dificuldades e imagens de controle debatidas pela autora, sobretudo diante da autodefinição da mulher imposta pelas estruturas patriarcais. As narrativas de Evaristo não só tratam da vida e da morte, mas também reivindicam a voz às mulheres negras nas entrelinhas de um texto que denuncia as mazelas sociais que tentam silenciar esse grupo através do racismo e do sexismo persistentes na sociedade brasileira.

O ponto de vista interno da mulher afrodescendente que experimenta limitações sociais de raça, gênero e sexismo é uma nuance predominante na escrita de Conceição Evaristo. Suas narrativas são impregnadas da condição subalterna da mulher negra, dando voz a personagens emergentes que cuidam em desconstruir os estereótipos que tendem a encobrir a verdadeira condição das mulheres negras, relegadas aos serviços domésticos nas casas das madames, em continuidade à escravidão no país.

Como a própria escritora atesta, sua escrita não tem nada de inocente; pelo contrário, está comprometida com um projeto político no seu sentido mais amplo:

[...] nada que eu escrevo é inocente, É muito bem pensado. Há pouco falei que “não usaria a palavra domínio”. É uma literatura em que a escolha semântica está profundamente relacionada com a minha situação social ou com a experiência social que já vivi. Penso que a literatura brasileira está precisando de obras que provoquem a academia para rever até o próprio conceito do que seria literatura. Talvez, a minha obra dê para pensar isso também (DUARTE; NUNES, 2020, p. 40).

Muitos críticos literários veem a obra de Conceição Evaristo como memorialística, mas, ao criar seus personagens, a autora pensou num projeto que, além de abarcar a memória, poderia ir além das vivências pessoais, inventando personagens que são ficções de memórias. Nesse sentido, o processo criativo da autora nos envereda para além das memórias e acrescenta não só a memória individual, mas a coletiva e, especialmente, a ancestralidade, para fazer ressurgir, preservar e perpetuar a cultura dos seus e suas ancestrais.

Na escrita de Evaristo, nota-se um olhar nada estereotipado sobre a mulher negra. Voltando à análise do conto “Duzu-Querença”, é notório que a personagem Duzu rompe com o estereótipo da prostituta, que no imaginário social é vista como uma mulher glamorosa, sensualizada e sedutora. A autora subverte essa visão quando nos apresenta uma personagem que chega ainda menina em um bordel, levada pelo pai, que, na esperança de dar uma vida melhor à filha, a entrega a D. Esmeraldina, com a promessa de que a menina iria estudar. Logo, os sonhos do pai em ver a menina ter uma vida melhor na cidade grande não se concretizam, porque a pequena de mediano se torna empregada doméstica e é encaminhada à prostituição.

Dessa forma, a autora nos apresenta outra faceta da prostituição e não cai na armadilha de representá-la como uma vida de “glamour”, como quase sempre se vê na literatura, novelas e cinema. Pelo contrário, a representação feminina rompe com os estereótipos acima apontados e coloca a personagem em condição degradante e de indulgência social. Duzu representa muitas meninas que, na esperança de uma vida melhor, acabam enveredando o caminho da prostituição da forma mais hostil possível, experimentando no corpo as mais diversas formas de violação.

Outro estereótipo desconstruído nas narrativas de Evaristo é o da mulher negra sexualizada, que sempre foi vista como mulher estéril, como a personagem Vidinha, de *Memórias de um Sargento de Milícias*, e a personagem Rita Baiana, de *O Cortiço*. Ambas são descritas como objetos de satisfação erótica: Vidinha é caracterizada como “formidável namorada” (1998, p. 107), assim como Rita Baiana, a quem o narrador se refere como “pomba no cio” (2010, p. 111). Rita Baiana e Vidinha são mulheres que não servem para casar, tampouco para procriar. A ausência da representação não só na literatura, como no contexto social brasileiro, é destacada por Conceição Evaristo (2006, p. 118-119):

[...] relatos orais, assim como vários textos escritos e ainda todo um material iconográfico, fotos e pinturas, apresentam as mulheres negras desempenhando seus papéis de mães-pretas, de amas-de-leite, de educadoras informais da prole colonizadora, um outro papel, uma outra representatividade, é negada à mulher negra no seio da sociedade brasileira. Há a negação de uma imagem em que a mulher negra apareça no centro da sua própria descendência. Apagam-lhe a prole, a sua família, pois a ima-

gem da mãe preta nasce no processo de escravidão e como tal esses filhos não são seus, e sim, de seus senhores.

Confrontando a ideia da mulher sexualizada que não procria, como visto na descrição acima apresentada, as narrativas de Evaristo propõem, através de suas personagens, dar representatividade às mães negras. Duzu, por exemplo, teve sua linhagem colocada em evidência: “O filhos de Duzu foram muitos. Nove. Estavam espalhados pelos morros, zonas e pela cidade. Todos os filhos tiveram filhos” (EVARISTO, 2016, p. 34).

É notório que a escritora brasileira Conceição Evaristo tem colocado em evidência uma gama de representações das mulheres negras e suas funções determinantes como mulheres mantenedoras de seus lares e da criação de seus rebentos. Em um contexto de apagamento da imagem da mulher afrodescendente como mãe, Evaristo nos apresenta personagens protagonistas negras que enfrentam dilemas com relação à maternagem.

Evidenciamos em *Natalina*, a protagonista do conto “Quantos filhos Natalina teve?”, a gravidez indesejada, o racismo e a discriminação, temáticas problematizadas pela autora para trazer à discussão o debate sobre uma série de problemas enfrentados pelas mulheres, sobretudo negras, com relação à maternagem.

A maternagem negra vivida pela personagem torna-se um ato de resistência, pois a primeira gravidez foi indesejada, enquanto na segunda Natalina sai da maternidade de mãos vazias: “uma enfermeira quis o menino. A menina-mãe saiu leve e vazia do hospital” (EVARISTO, 2016, p. 45). A segunda também não foi planejada. E, apesar de Tonho, pai da criança, ter ficado feliz e ter buscado formar família, Natalina não se sentia preparada para essa responsabilidade. Sua terceira gravidez foi mais dura ainda, porque decorreria de “barriga de aluguel” para a patroa, que não podia engravidar. Já a quarta gravidez foi gerada a partir de uma “dupla violência” – o estupro e a morte do agressor –, e nessa, Natalina não se sentia pressionada por ninguém, embora carregando a semente de um estupro era capaz de resistir. Por fim, na quarta gravidez não ficaria em dívida com ninguém: “E haveria de ensinar para ele que a vida é viver e é morrer. É gerar e é matar” (EVARISTO, 2016, p. 49).

A maternagem negra, como já mencionado, configura-se como ato de resistência, cuja complexidade é evidenciada em textos literários a exemplo dos acima analisados e escritos no contexto da diáspora negra. Na literatura brasileira, não só a escritora Conceição Evaristo, como Ana Maria Gonçalves, Geni Guimarães, entre outras, trouxeram complexas visões sobre a temática materna das afrodescendentes, pouco explorada na literatura canônica nacional.

Notamos ainda nos textos de Evaristo a preocupação em denunciar especialmente as condições desfavoráveis das mulheres negras, vítimas de discriminação, racismo, sexismo e

violência cotidiana. Entendemos que a literatura da autora tem sua origem a partir de um corpo feminino negro agregado às suas escrituras e nos proporciona um olhar mais delineado a respeito das narrativas das mulheres afrodescendentes no Brasil. Nesse sentido, aferimos que a escritora consegue mapear as memórias dos afrodescendentes a partir do corpo feminino negro.

Assim, a escrita de Conceição Evaristo é marcada pelo corpo e pelas perspectivas da mulher negra. A própria escritora, em depoimento, diz:

Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio minha ficção, não me desvinculo de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta (EVARISTO, 2009, p. 18).

Dessa forma, estamos diante não só de uma escrita ficcional, mas também das experiências vivenciadas por uma escritora negra. Evaristo afirma que não só se apresenta como sujeito autoral, como sente necessidade de se impor como sujeito da escrita na narrativa, de modo que é visível o tom denunciante utilizado pela autora como uma forma de se rebelar contra um sistema opressor que tem relegado a população negra ao apagamento e silenciamento.

Evaristo (2005, p.35) tem dito que “escrever pode ser uma espécie de vingança”. Já para Schøllhammer (2009), essa vingança citada pode ser entendida como uma necessidade do(a) escritor(a) contemporâneo de denunciar uma realidade histórica com a qual ele(a) não concorda. Nesse sentido, os escritores sentem pressa em escrever sobre narrativas sociais cuja versão foi contada como história única, pois o(a) autor(a) se sente incomodado(a) e tem urgência em falar.

Nesse contexto, as narrativas de Conceição Evaristo denunciam o silêncio diante de mulheres negras estupradas, espancadas, abandonadas, exploradas e mortas. A autora sente necessidade de denunciar e construir narrativas que fomentem a resistência através de personagens femininas, negras e insubmissas; além disso, é notório o empenho em fazer com que essas mulheres negras ocupem seus lugares de fala e representação.

Nesse sentido, a escritora cumpre com o compromisso de que as vozes dos afrodescendentes não caiam no esquecimento. A própria autora afirma que as autoras negras desejam reparar e recontar a narrativa oficial contada como história única. Evaristo (2005, p. 204) reitera que:

Essas escritoras buscam na história mal contada pelas linhas oficiais, na literatura mutiladora da cultura dos corpos negros, assim como os outros discursos sociais, elementos para comporem as suas escritas. Debruçam-se sobre as tradições afro-

brasileiras, relembram e bem relembram as histórias de dispersão que os mares contam, se postam atentas diante da miséria e da riqueza que o cotidiano oferece, assim como escrevem as suas dores e alegrias íntimas.

O corpo negro mutilado e silenciado está presente nas narrativas de Conceição Evaristo como fruto de uma história mal contada e mutiladora. Nesse sentido, a escrevivência da autora ganha um caráter transgressor, à medida que rompe com a história negligenciada de uma população que foi relegada ao silenciamento e ao apagamento. O silêncio transgressor de mulheres violentadas e linchadas nas narrativas da autora simboliza as máscaras que são estilhaçadas com os gritos dos excluídos. Evaristo (2017), em entrevista à *Carta Capital*, para a escritora Djamila Ribeiro⁷, evidencia que o estilhaçamento ocorre de forma simbólica quando falamos com força pelos orifícios das máscaras. De acordo com Kilomba (2019, p. 33-34):

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado.

Conforme Kilomba (2019), a máscara simboliza as opressões das políticas coloniais e de medidas utilizadas pelos senhores brancos para evitar que os escravos comessem os frutos durante a plantação, contudo, a principal função era torturar e silenciar a voz dos negros escravizados, visto que a boca tornava-se assim lugar de mudez. Dessa forma, a máscara simboliza as estruturas coloniais sádicas de poder e dominação de um povo relegado ao silenciamento.

Essa máscara mencionada por Grada Kilomba nos faz refletir sobre as personagens silenciadas nas narrativas de Conceição Evaristo, em uma escrita que tende a romper com as estruturas de poder, haja vista que o silêncio de Ana Davenga, Maria, Natalina, Duzu, Zaíta e Di lixão culmina no estilhaçamento das máscaras impostas pelas estruturas de poder. A escrevivência, portanto, além de estética, é política, resistente e tem o propósito de dar voz e representatividade à população negra silenciada.

O silêncio marca as narrativas da escritora, contudo, as personagens tendem a falar pelos orifícios das máscaras. Apesar de toda a opressão vivida pela personagem Ana Davenga, ela consegue na obscuridade encontrar possibilidades de mudança, mesmo no desfecho marcado pela violência e brutalidade da morte da personagem. O narrador onisciente apresenta Ana Davenga momentos antes da festa de aniversário para tentar trilhar novos caminhos, novas escritas de vida:

⁷ CARTA CAPITAL. Conceição Evaristo: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio”, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>. Acesso em: 23/06/2020.

Ana Davenga alisou a barriga. Lá dentro estava a sua, bem pequena, bem sonho ainda. As crianças, haviam umas que de longe e às vezes de perto acompanhavam as façanhas dos pais. Algumas seguiriam as mesmas trilhas. Outras, quem sabe, traçariam caminhos diferentes? E o filho dela com Davenga, que caminho faria? Ah, isto pertence ao futuro (EVARISTO, 2016, p. 19).

No trecho acima, evidencia-se que apesar do silêncio no entorno das indagações de Ana Davenga, é perceptível que a personagem, embora silenciada devido às estruturas de poder e à realidade na qual se encontrava, é capaz de refletir sobre sua condição e existência. A falta de respostas claras diante da obscuridade culmina numa pequena fresta de luz na escuridão. Eis o desfecho do conto, em suas últimas linhas: “Em uma garrafa de cerveja cheia de água, um botão de rosa, que Ana Davenga havia recebido de seu homem, na festa primeira de seu aniversário, vinte e sete, se abria” (EVARISTO, 2016, p. 30). O botão de rosa se abrindo evidencia uma forte simbologia: apesar da morte do casal, o desabrochar significa que nem tudo está acabado, que mesmo num ambiente mórbido uma flor pode insistir em nascer. Nesse sentido, a autora nos deixa um pouco de esperança.

Conceição Evaristo, mesmo sem renunciar a cenas violentas e de grande comoção, nos surpreende com uma linguagem marcada por nuances poéticas cuja escrita cuidadosa abre espaço para o diálogo entre sentimentos e humanidades, não só das vítimas, mas de seus algozes. Sobre os contos “Ana Davenga” e “Maria”, a própria Conceição Evaristo (2020, p. 40) menciona que:

O personagem Davenga é um sujeito humano capaz de uma enorme atrocidade, mas é também capaz de viver uma bela e comovente história de amor. O assaltante do ônibus do conto, “Maria” antes de assaltar os passageiros, manda um abraço e um beijo para as crianças. Trago outro tratamento, outra construção para essas personagens negras, assim como outro olhar para uma outra ambiência social negra. No conto “Ana Davenga”, a personagem dança, aparece como uma bailarina nua das culturas ancestrais, aos olhos de Davenga, e a descrição de Ana não a faz parecer, por exemplo, como a Rita Baiana. Ela não é a Gabriela, Cravo e Canela; busquei outra forma também de compor o corpo negro.

A escrevivência de Evaristo nos pega desprevenidos, justamente por não esperarmos que ela traga para as narrativas um olhar poético em passagens fortemente marcadas por cenas de violência, que, diferentemente de outros autores que tratam do tema de forma estereotipada, ela é capaz de nos apresentar uma ficção com nuances líricas que rompem com o lugar-comum. Nesse sentido, a escrita de Evaristo trata-se de uma “ficção-verdade”, termo emprestado de Constância Lima Duarte (2020) para tratar dessa escrevivência que está comprometida com a história dos grupos subalternos, sem deixar que suas narrativas sejam rotuladas pelo julgamento e pelo preconceito, embora trate de cenas de extrema degradação humana.

Como já mencionado acima, os contos de Evaristo não abrem mão de cenas dilacerantes, contudo, a linguagem utilizada pela autora é marcada por nuances poéticas, pois embora trate de cenários degradantes, há lugar para o sentimento e a humanidade. Além disso, a ficção de Evaristo não só tem cuidado com a estética, mas também é marcada pela temática afro-brasileira e, principalmente, por uma escrita sustentada pela memória individual e coletiva. De acordo com Duarte, Côrtes e Pereira (2018 p. 215):

A autora vale-se da ficção para dialogar com o feminismo negro contemporâneo, mas também com as demandas de outras gerações de mulheres exploradas e silenciadas num cotidiano de violência. E o faz, todavia, “sem perder a ternura” que marca seu olhar de mãe e de companheira.

Os textos literários de Conceição Evaristo nos permitem repensar os lugares de representação designados às mulheres negras, não só na história cultural do país, mas também na literatura brasileira. Assim, a autora, através de narrativas ficcionais impregnadas por suas experiências e vivências dos afrodescendentes, não defende somente uma escrita negra, mas a escrita de mulheres negras que ousam romper com o cânone literário e com as definições raciais, sexistas e preconceituosas da sociedade.

Através de sua literatura, a autora resiste a apresentar suas personagens dentro das definições estereotipadas e disseminadas pelo discurso patriarcal. Evaristo tem um olhar diferenciado, uma vez que se apropria de narrativas de mulheres que passaram por sua vida ou que de alguma forma estiveram presentes, mas que foram apagadas das narrativas oficiais, haja vista que a escrita dessas mulheres foi constantemente recusada, sobretudo no meio intelectual masculino. Sobre a escrita de mulheres, a autora questiona: “O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita?” (DUARTE; NUNES, 2020, p. 35). Sobre isso, a própria autora ousa responder a pergunta:

Tento responder: talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo (DUARTE; NUNES, 2020, p. 35).

Para Evaristo, o ato de escrever oferece “apreensão do mundo”, pois é através da escrita que essas mulheres se descobrem como sujeitos comprometidos com suas próprias narrativas, além de se libertarem das definições do “outro”. Esse olhar se desconstrói quando essas mulheres conseguem narrar e escrever suas próprias histórias.

Voltando aos contos analisados, as personagens apresentadas nas narrativas de Conceição Evaristo mostram-se desde o início como mulheres que enfrentam problemas sociais diversos, mas sem as idealizações encontradas em muitos escritos da literatura brasileira. A mulher negra, como Natalina, pode renunciar a seus filhos e companheiros indesejados para seguir sua vida sozinha. Ao contrário das narrativas tradicionais, as mães de *Olhos d'Água* não correspondem ao estereótipo da “mãe preta”, tampouco são mulheres ultrassexualizadas, vistas como “lascivas” ou “promíscuas”.

Os corpos metralhados, abandonados e linchados de protagonistas, como Ana Davenga, Duzu e Maria, apontam para um novo olhar que escapa à idealização e aos estereótipos da “mulher negra forte” que tudo supera. A autora dá voz e representatividade às mulheres silenciadas, mas insiste em representá-las como corpos degradados e relegados às políticas racistas e sexistas que fazem com que o corpo negro seja invisibilizado na sociedade.

Mesmo em narrativas tão violentas, Conceição Evaristo pode descrever cenas degradantes com uma linguagem extremamente poética. Nessa passagem do conto “Duzu-Querença”, a linguagem poética se sobressai às agruras da personagem, que a colocam como vítima da precariedade oriunda da modernização excludente à qual as mulheres negras foram submetidas na pirâmide social:

Duzu olhou no fundo da lata, encontrando apenas espaço vazio. Insistiu ainda. Diversas vezes levou a mão lá dentro e retornou com um imaginário alimento que jogava prazerosamente à boca. Quando se fartou desse sonho, arrotou satisfeita, abandonando a lata na escadaria da igreja e caminhou até mais adiante, se afastando dos outros mendigos (EVARISTO, 2016, p. 31).

Nos textos de Conceição Evaristo, a violência incide sobre o corpo violentado, prostituído e abandonado de Duzu, assim como sobre o corpo metralhado de Ana Davenga e o corpo linchado de Maria, tanto quanto sobre outras personagens relegadas ao abandono e à violência sistêmica que recaem sobre os corpos negros, pobres e indigentes. Como tratado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes (2020, p. 85), “cabe ao brutalismo poético colocar-se como antípoda dessa redução do sujeito a corpo descartável, pela via tocante e sublime que humaniza a dor, o ódio, bem como a alegria parca e passageira que atravessa contos e romances”. Assim, os contos de Evaristo apresentam uma linguagem poética, mesmo em cenas pungentes e degradantes, o que faz com que seus textos sejam diferenciados.

As narrativas selecionadas nesta pesquisa apresentam fortemente uma perspectiva de classe e gênero, sob um novo olhar, na tentativa de dar representatividade e voz às mulheres negras. Nas palavras de Jurema Werneck:

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê? Parcelas da sociedade estão dizendo para você que este é o cenário. As leituras que se fazem dele trazem possibilidades em extremos: pode-se ver tanto a mulher destituída, vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser, inferiorizada, apequenada, violentada. Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza. A que inventa jeitos de sobrevivência para si, para a família, para a comunidade. Pode-se ver a que é derrotada, expurgada [...] (in EVARISTO, 2016, p. 13).

A mulher afrodescendente resignada ao sistema de opressão de raça, gênero e sexismo está presente nas narrativas de Conceição Evaristo. Assim, nos deparamos com mulheres que sofrem diversas formas de violência, mas também encontramos mulheres que em meio aos problemas encontrarão formas de sobreviver, principalmente de se rebelar contra a violência sistêmica que relega as mulheres negras à subalternização.

Vale lembrar neste estudo a importância da autoria feminina, pois sabe-se que, devido aos fatos históricos, culturais e sociais, foi negada às mulheres a inserção não só em determinados lugares sociais, como também o ingresso no mundo das letras, pois só muito recentemente as mulheres ascenderam no âmbito pessoal e profissional, e, conseqüentemente, no mundo cultural.

No que se refere à representação da mulher negra na literatura, reafirmamos que elas foram retratadas no discurso canônico como mulheres “promíscuas”, vistas como um objeto do desejo sexual masculino a ser manipulado e controlado. Já como escravas, foram rotuladas como pessoas de cor, menos humanas e “animalescas”, e relegadas ao trabalho pesado. Nesse sentido, essas imagens ou estereótipos funcionam como mecanismos discursivos para alocarem as mulheres negras na parte inferior da hierarquia social. Sobre isso, Conceição Evaristo (2005, p. 54) assegura a importância do fazer literário das mulheres negras para romper com o discurso patriarcal:

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no *corpus* literário brasileiro imagens de autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida.

Desse modo, nota-se na escrita de mulheres negras um olhar aguçado da escrita de si e do outro, em que surgem vozes insurgentes na defesa dos mais excluídos; trata-se, assim, da

escrita sobre o corpo feminino negro afetado por dores individuais e coletivas. Cumpre destacar também a importância dada à ancestralidade como forma de preservação e perpetuação de uma cultura apagada pelas políticas de colonização, bem como a garantia do direito à literatura, que oportuniza à mulher negra a voz e a representatividade.

Na escrita de Conceição Evaristo, as personagens nos são apresentadas com forte teor de denúncia social, principalmente sobre as precárias condições de moradia nas favelas, a discriminação, o preconceito, racismo e a violência cotidiana. A morte e a vida são personagens que circulam nas narrativas evaristianas, na tentativa de dar voz aos mais marginalizados, principalmente às personagens femininas negras, relegadas à invisibilidade nos becos, casas, barracos e nas ruas das grandes cidades.

A literatura negra escrita por mulheres configura-se como uma das formas de resistência. Com a representatividade do corpo da mulher negra nas narrativas evaristianas, a autora rompe com os parâmetros da literatura hegemônica, ao construir personagens femininas negras que não atendem às demandas convencionais ou ao olhar sobre a mulher negra como símbolo de uma “sexualidade feminina incontrolada”.

Conceição Evaristo desconstrói estereótipos, ao inserir novas formas de representação da mulher negra não só na literatura, como na sociedade. Há, portanto, um olhar insurgente sobre o corpo da mulher negra na literatura, bem como uma mudança na forma da escrita e representação dessas personagens. Dessa maneira, a autoria negra busca desmontar a história única em torno da representação desses sujeitos, fazendo com que a escrita seja um ato de resistência.

Assim, é válido ressaltar que a literatura feminina negra não pretende se sobrepor à escrita masculina, mas se difere porque, além da representação feminina, intenciona ter voz e representatividade. Nesse sentido, podemos afirmar que a literatura feminina negra, além de reclamar o direito à escritura, também tenciona o desejo de autonomia política e cultural, bem como seu lugar de direito na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contos selecionados neste trabalho fazem parte da coletânea *Olhos d'Água*, da escritora Conceição Evaristo. A obra ganhou o prêmio Jabuti, em 2015, sendo traduzida para vários idiomas. Já reconhecida por suas escritas, a autora nos coloca diante de uma escrita que apresenta fortemente uma perspectiva de classe, gênero e etnia, lançando um novo olhar sobre as representações, principalmente da mulher negra.

A escolha da proposta de análise dos contos evaristianos se deu por conta da perspectiva da escritora, sobretudo por um posicionamento contra-hegemônico validado no exercício do seu fazer literário. Nesse sentido, as temáticas levantadas pela autora nos fazem questionar e refletir sobre os velhos conceitos literários canônicos valorizados no nosso país.

No ano de 2018, Conceição Evaristo se candidatou a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), saudando-se na ocasião a possível entrada da primeira mulher negra na academia, contudo, sob a justificativa de que não teria seguido os protocolos de campanha, ela não conseguiu votos suficientes para ser eleita. Dessa maneira, Conceição Evaristo levanta possíveis questionamentos com relação aos lugares marcados e estabelecidos na sociedade brasileira.

O exercício de elaboração do presente trabalho, embora provavelmente marcado por falhas nas propostas analíticas e nas referências utilizadas, tenciona olhar para os lugares socialmente demarcados, para a violência de gênero e as desigualdades sociais e raciais presentes nos contos. Sob esse viés, propomos análises que, além das denúncias, buscam discutir as condições daqueles que vivem à margem da sociedade.

Os seis contos selecionados para este trabalho apresentam violências contra as mulheres, sobretudo as mulheres negras. O racismo cotidiano, a pobreza, a opressão e a violência patriarcal são práticas naturalizadas e que permeiam a vida das personagens femininas nas narrativas evaristianas. A obra *Olhos d'Água* nos traz assim reflexões em torno de questões de gênero, raça e etnia. A escrita de Conceição Evaristo confronta os estereótipos que marcaram os discursos hegemônicos herdados da escravidão e que ainda hoje são reproduzidos na sociedade.

A escrita da autora atravessa ainda o corpo feminino negro e denuncia as violências cometidas contra as mulheres negras, colocando-as na posição de enfrentamento. A voz que ecoa de dentro das cozinhas alheias, de dentro do transporte coletivo e de lugares subalternos

é uma forma não só de denunciar, mas também de resistir às atrocidades enfrentadas cotidianamente pela população afrodescendente.

Ao escrever narrativas de mulheres negras marcadas pela violência física, psicológica e sistêmica, a autora nos faz refletir sobre os lugares sociais e o racismo velado e amplamente estruturado não só nas instituições, como também nos discursos sociais, para privilegiar determinados grupos em detrimento de outros, principalmente os que sofreram o peso do colonialismo e foram, conseqüentemente, relegados ao esquecimento.

As narrativas de Conceição Evaristo têm um engajamento que denuncia as diversas formas de violência alimentadas contra o povo negro, principalmente contra as mulheres afrodescendentes, que são duramente desapreciadas por representações culturais e sociais que atravessam a literatura. Contrapondo esse olhar, a autora evidencia a libertação de suas personagens femininas, de modo a superar os estigmas e os estereótipos.

Nesse sentido, nos contos estudados, embora as personagens femininas estejam em condição de subalternidade, elas rompem com a história única. Mulheres como Natalina, Duzu e Ana são emancipadas enquanto sujeitos e desestabilizam as normas preconizadas. Essas personagens femininas se apropriam do seu lugar de fala, pois, na medida em que assumem seu protagonismo, elas driblam as dificuldades e conquistam o direito de serem ouvidas através de um lugar de insubordinação.

Em suas narrativas, Conceição Evaristo trata da vida e da morte, e, na tessitura mais profunda de sua escrita, ressalta a história do povo negro, especialmente das mulheres afrodescendentes em situação de vulnerabilidade. A escrita de dentro para fora dos espaços marginalizados retrata a violência, a opressão de classe, gênero, etnia, entre outras atrocidades que atingem profundamente as minorias.

A autora tem sua escrita insubmissa e denuncia as crueldades cometidas contra a população afrodescendente, dando ênfase ao corpo feminino negro atravessado pelo racismo, violência de gênero e sexismo que colocam as mulheres negras em situação de vulnerabilidade. Nos contos estudados, as personagens femininas ainda ocupam lugares depreciativos, porém, com um olhar que confronta o poder estabelecido.

Dessa maneira, a literatura pode ser encarada como uma ferramenta de estudo que investiga determinados grupos sociais que foram historicamente excluídos. Em uma sociedade onde o patriarcalismo ainda é evidente, as mulheres, sobretudo negras, sofrem com os estigmas e preconceitos provenientes do colonialismo escravista.

Conceição Evaristo busca retratar em suas narrativas a condição das mulheres negras de forma realista. As personagens são empregadas domésticas, mães, crianças, mulheres vítimas de estupro, racismo e sexismo, que afetam cotidianamente esses grupos mais vulneráveis. A autora não se desvencilha de sua condição de mulher negra como escritora que utiliza sua escrevivência para reivindicar e denunciar as atrocidades cometidas contra determinado grupo social.

A literatura produzida por Evaristo traz a condição da mulher negra, advinda de um grupo étnico que passou por um processo de escravização e herdou determinados estigmas sociais e culturais que permanecem vivos na sociedade. Nesse sentido, a escrita da autora se torna insurgente e resistente, não só na tentativa de denunciar sentimentos coletivos, mas também de externar um grito que estilhaça as máscaras da opressão.

Dessa forma, por uma urgência em falar, denunciar e contar outra versão da história que ficou na invisibilidade, a escrevivência rompe com o enclausuramento e cria fissuras na literatura, fazendo com que revise as aflições vividas por seus antepassados para se libertar das violências. Assim, a literatura que Evaristo produz entoa novas cantigas, como ela mesma diz, não para adormecer, mas para despertar os senhores de seus sonos injustos.

Assim, esta dissertação sobre o livro *Olhos d'Água*, de Conceição Evaristo, nos envereda por uma literatura que assume uma escrita libertadora. Os contos estudados expressam diversas formas de violência silenciosa, marcadas pelo abandono e indiferença em torno das personagens femininas, sobretudo negras. A autora discute a condição daqueles que vivem à margem, mas retoma a dignidade dos seus ancestrais, dando às personagens o direito de contar suas próprias vivências.

O estudo aqui apresentado constitui apenas uma primeira aproximação à obra e aponta alguns caminhos possíveis para novas análises dos textos. Acreditamos que os textos literários resgatam a identidade de um povo à medida que deixam de contar uma história única. Assim, compreendemos que o olhar dos que experienciaram as dores e aflições do povo negro tem muito a nos contar, principalmente sobre um lado da história que por muito tempo esteve no apagamento.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. – 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA Manuel Antonio de, **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1998.
- ALVES, Miriam. **A literatura negra feminina no Brasil – Pensando a existência**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as negros/as (ABPN), [S.I.]. v. 1, n. 3, p. 181-190, fev, 2011. Disponível em:<<https://abnrevista.org.br/index.php/sito/article/view/280>>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela: crônica de uma cidade do interior**: romance. 9. ed. São Paulo: Martins, 1959.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. – Manaus: Editora Valer, 2010.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Miriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Zahar: Rio de Janeiro, 2009
- BAPTISTA, M. M. Estudos culturais: o quê e o como da investigação. **Carnets [Online]**, Première Série - 1 Numéro Spécial | 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/carnets/4382>. Acesso em: 18.04.2019
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Trad. Leyla Perrone- Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**: O que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução Marina Vargas. Revisão técnica Carla Rodrigues. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CANDIDO, Antonio. Direito à Literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causa e recomendações políticas para sua prevenção. **Ciência & Saúde coletiva**, vol. 4, n. 1, 1999, p. 53-69. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7130.pdf>. Acesso em: 27/08/2019.

CHESNAIS, Jean Claude. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours**. Paris, Laffont, 1981.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Diaz. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos pagu**, n. 51, Campinas, 2017. Disponível em: [/https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 07/10/2020.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004. 95 p

CUNHA, Helena Parente. **Desafiando o cânone**: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

DALCASTAGNÈ, Regina (Org.). **Ver e imaginar o outro**: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Ed. Horizonte, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Mulheres marcadas: Literatura, gênero, etnicidade”. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, v. 17, dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Aa.pdf. Acesso em 27/06/2021.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs). **Escrevivências: A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina comunicação e Arte, 2020.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. 2. ed. Belo Horizonte: Idea, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'Água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira**. (Ensaio). Rio de Janeiro: UFF/RJ, 2005, p. 52-57.

EVARISTO, Conceição. **Dos sorrisos, do silêncio e das falas**. In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Chaliton (Org.). *Mulheres no Brasil: resistências, lutas e conquistas*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2006, P. 111-112.

EVARISTO, Conceição. **Fêmea fênix**. In: **Maria Mulher** – Informativo, ano 2, n. 13, 25 jul. 2005.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>>
Acesso em: 07 fev. 2022.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs). **Mulheres no Mundo** - etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.

FERRÉZ. Terrorismo literário. In: FERRÉZ (Org). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Outros espaços. In: _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos e escritos III)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONZALEZ, Lélia; HOSENBALG, Carlos. **Lugar do Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras – Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

GONZAGA Sérgio. Literatura marginal. In: FERREIRA, João Francisco (Org.). *Crítica literária em nossos dias e literatura marginal*. Porto Alegre: Editora Universidade, UFRGS.

HALL, Stuart. **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Violência**. In: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Burque de. **1939. Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 2014.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 2018.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo. Ática, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX**. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 305-324, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins. Paris: Editions Anthropos, 2000.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LONDOÑO, Fernando Torres. **“A origem do conceito menor”** In: DEL. PRIORE, Mary (Org.) **História da criança no Brasil**, São Paulo: Contesto, 1991.

MACHADO, L.Z. **Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**. Série Antropologia, Brasília-DF, v. 284, p. 1-19, 2000. Disponível em: <https://docplayer.com.br/54126-Serie-antropologia-284-perspectivas-em-confronto-relacoes-de-genero-ou-patriarcado-contemporaneo.html>. Acesso em: 10/04/2020.

MACHADO, L.Z. (1998). Masculinidade, sexualidade e estupro: As construções da virilidade. **Cadernos pagu**, (11), 231-273. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634/2553>. Acesso em: 22/04/2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec Ltda., 1998.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: Justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, K. O., LACERDA JUNIOR, F. **A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação.** Revista Psicologia Política, 14(31), 579-589. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010. Acesso em: 15 nov. 2021.

MINAYO, M. C de S. A violência sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, n. 10. p. 7-18, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/06/2020.

MINAYO, MCS. **Violência e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 132p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em:

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, 2018, p. 39-57. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/b9dd24b9-cfbc-47cd-8975-a9ca06b9226a/002916650.pdf>. Acesso em: 05/03/2021.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL E SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e Saúde.** Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2008). Disponível em: <https://cdn.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 13/06/2020.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão.** Salvador: EDUFBA, 2013.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher.** In: MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs.). *Corpo feminino em debate.* São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Polén, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** características relativa à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Públi-*

ca, Rio de Janeiro, 20(2), 2004. p. 456-464. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200013>. Acesso em: 15 mai. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.- (Coleção Milton Santos; 1)

SCHOLLAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STEVENS, C. M. T.; Vania Vasconcelos. **Mães de outras cores: matrifocalidade na literatura afro-brasileira de autoria feminina**. Cerrados, Brasília, v. 20, p. 200-215, 2011. Disponível em: <<http://www.revistacerrados.com.br/index.php/revistacerrados/article/view/221/191>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente**. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tania Navarro (Org.). **A construção dos corpos: perspectivas feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007. v. 1, p. 85-116.

SILVA, Danielle de Luna e. **Maternagens na diáspora Amefricanas: resistência e liminaridade em Amada, Compaixão e Um defeito de cor**. João Pessoa, 2017, 171 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11928/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 20/08/2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasileira, 1999.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de ciências sociais.**, vol. 15, n. 44, outubro, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pfKy4Gf3jHtVr7XqxLQjRZR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10/04/2020.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos**: o campo em chamas. São Paulo: Brasiliense, 1992. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 3, 1999, p. 03-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/YtDsTzWVBr8g3KRP5bCy3gs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20/11/2020.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. -. 440p.